

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Leopoldina

Leitura da Realidade Municipal



Julho/2006



Escola de Arquitetura/UFMG



Parceria com o conhecimento.

FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
Prefeitura Municipal de Leopoldina

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE LEOPOLDINA

LEOPOLDINA
BELO HORIZONTE
2006
VOLUME I / II

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnico-Administrativa e Operacional

Leonardo Barci Castriota - *Arquiteto Urbanista*
Maria Aparecida Cambraia - *Arquiteta Urbanista*
Ricardo Orlandi França - *Arquiteto Urbanista*
Letícia Mourão Cerqueira - *Arquiteta Urbanista*

Equipe Meio Ambiente

Stael de Alvarenga Pereira Costa – *Professora EA-UFMG – Arquiteta Urbanista*
Marieta Cardoso Maciel – *Professora EA-UFMG – Arquiteta Urbanista*
Valesca Brandão Cerqueira Coimbra – *Arquiteta Urbanista*
Vilmar Pereira de Sousa – *Geógrafo*
Karina Machado de Castro Simão – *Arquiteta Urbanista*
Rafaele Bogatzky Ribeiro – *Arquiteta Urbanista – EA-UFMG*
Stefânia de Araújo Perna – *Arquiteta Urbanista – EA-UFMG*
Luana Rodrigues Godinho – *Estagiária de Arquitetura – EA-UFMG*
Suellen Mota Marques Costa – *Estagiária de Arquitetura – EA-UFMG*

Equipe Habitação

Maria Cristina Villefort Teixeira – *Professora EA-UFMG – Arquiteta Urbanista*
Camila Rodrigues Costa – *Estagiária de Arquitetura – EA-UFMG*
Manoela Lara Campolina – *Estagiária de Arquitetura – EA-UFMG*

Equipe de Conforto Ambiental

Eleonora Sad de Assis – *Professora EA-UFMG – Arquiteta Urbanista*
Roberta Vieira Gonçalves de Souza – *Professora EA-UFMG – Arquiteta Urbanista*
Victor Mourthé Valadares – *Professor EA-UFMG – Arquiteta Urbanista*
Jussara Grosch Ludgero Ramos – *Arquiteta Urbanista*
José Luiz de Abreu Junior – *Estagiário de Arquitetura – EA-UFMG*
Gianni Maria Machado Cornacchia – *Estagiária de Arquitetura – EA-UFMG*

Equipe Desenvolvimento Econômico Social

João Júlio Vitral – *Professor EA-UFMG – Arquiteto Urbanista*
Lucia Capanema – *Professora EA-UFMG – Arquiteta Urbanista*
Maria de Lourdes Dolabela Pereira – *Professora FAFICH-UFMG – Socióloga*
Hayato Hirashima – *Arquiteto Urbanista / Sociólogo*
Fernanda Motta – *Socióloga*
Murillo Marschner – *Sociólogo*
André Drummond Melo Silva – *Estagiário de Sociologia*
Elieser de Freitas Ribeiro – *Estagiário de Sociologia*
Felipe Nunes dos Santos – *Estagiário de Sociologia*
Luciana Nunes dos Santos Teixeira – *Estagiária de Arquitetura - EA-UFMG*

Equipe de Patrimônio Cultural e História

Leonardo Barci Castriota – *Professor EA-UFMG – Arquiteto Urbanista*
Myriam Bahia Lopes – *Professora EA-UFMG – Historiadora*
Mauro Sousa Júnior - *Historiador*
Cléo Alves Pinto de Oliveira – *Estagiária de Arquitetura – EA-UFMG*
Izabella Salles – *Historiadora*
Nívia Raquel de Souza e Silva – *Estagiária de Arquitetura – EA-UFMG*

Equipe Saneamento, Drenagem, Resíduos Sólidos e Abastecimento de Água

Joana Cruz de Souza e Silva – *Azurit Engenharia Ltda – Engenheira Civil*

Juliana Costa Morais Santos – *Azurit Engenharia Ltda – Estagiária de Engenharia Ambiental*

Liliane Rossi Abreu – *Azurit Engenharia Ltda – Engenheira Civil*

Luciano Rosa Cota – *Azurit Engenharia Ltda – Biólogo*

Equipe Sistema Viário e Circulação de Veículos e Pedestres

Ronaldo Guimarães Gouvêa – *Professor da Escola de Engenharia – UFMG – Engenheiro Civil e Urbanista*

Eduardo Guimarães Calazans – *Engenheiro Civil*

Gustavo Fonseca de Oliveira – *Estagiário de Engenharia Civil*

Apoio técnico

Paulo Henrique Alonso – *Arquiteto Urbanista*

Wagner de Souza Rezende - *Arquiteto Urbanista*

Cahuê Rando Carolino -*Estagiário de Arquitetura – EA-UFMG*

Edilson Borges de Barros Filho -*Estagiário de Arquitetura – EA-UFMG*

Otávio Moreira Carneiro de Miranda -*Estagiário de Arquitetura – EA-UFMG*

Paula Castro Teixeira -*Estagiário de Arquitetura – EA-UFMG*

Talita Rodrigues Pereira -*Estagiário de Arquitetura – EA-UFMG*

Vivian Cotta Castro -*Estagiário de Arquitetura – EA-UFMG*

Coordenador Local

Eduardo Fajardo Soares – *Arquiteto Urbanista – EA-UFMG*

Apresentação

A Constituição Federal de 1988 considera o Plano Diretor como “instrumento básico de desenvolvimento e de expansão urbana”, destacando que a “função social da propriedade urbana” deverá atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas nesse documento. A Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, veio criar e regulamentar os diversos instrumentos de política urbana, vinculando-os ao Plano Diretor, bem como estabeleceu normas para sua elaboração participativa.

Na elaboração de um Plano Diretor Participativo, convergem os múltiplos interesses da população que, em nome do interesse geral da coletividade, trabalha para o futuro da cidade. É um momento decisivo da vida comunitária. É quando os cidadãos se reconhecem como cidadãos e partícipes dos destinos da cidade, e, juntos, celebram um acordo. Um acordo expresso pelo plano urbanístico.

A tônica do planejamento urbano não é mais apenas construir uma cidade a partir de um sítio desocupado, de um espaço aberto pronto para receber cidades idealizadas, existentes apenas na mente de quem as concebe. Hoje tratamos da cidade real, feita para e pelos cidadãos.

Planejar uma cidade é fundamentalmente criar condições para orientar as ações presentes e futuras daqueles que atuam sobre o espaço urbano. A lógica da distribuição das atividades urbanas ou as regularidades encontradas na localização dos diferentes usos urbanos são o alvo das investigações relacionadas ao planejamento urbano, visando a oferecer subsídios para a melhor organização do espaço - mais eficiente com relação aos fluxos de deslocamento, mais adequada à vizinhança e menos agressiva do ponto de vista estético-paisagístico. O planejamento urbano, como qualquer outro tipo de planejamento, pode ser entendido como um conjunto de ações, tendo em vista um resultado específico desejado.

De acordo com SUPPLY (SEMPA, 2004), um novo Plano não se destina apenas a dar sinergia e coerência às ações do setor público. Ele também serve como orientador e balizamento imprescindível para os projetos e as iniciativas de toda a sociedade: suas

empresas, seus agentes econômicos, seus cidadãos. Deve consolidar um compromisso com o futuro proposto para a cidade: o que deve ser preservado ou transformado, as operações urbanas previstas, as novas regiões de oportunidades, as metas a serem cumpridas em termos de infra-estrutura e saneamento, as possíveis modificações no sistema viário e de transporte.

Para a elaboração de um Plano Diretor Participativo são feitas duas leituras do município: uma técnica e outra comunitária; ambas devem convergir para atender às principais demandas da população, conduzindo a um resultado comum, considerado desejável para o conjunto da população.

Neste trabalho inicial, as diversas dimensões da dinâmica urbana são tratadas por áreas específicas de conhecimento, tais como história e patrimônio, economia, meio ambiente, infra-estrutura e transporte. As diversas leituras destas áreas, ao convergirem para um resultado comum apontam para um acervo de propostas diversificado e, ao mesmo tempo, integrado.

Este Relatório apresenta, como fechamento da primeira etapa de trabalhos, o diagnóstico da realidade atual do município, desenvolvido através das Leituras Comunitárias, dos levantamentos feitos pelo corpo técnico da Prefeitura e das avaliações técnicas realizadas pela equipe de profissionais ligados à UFMG, visando à elaboração do **Plano Diretor Participativo de Leopoldina**.

SUMÁRIO

VOLUME I

A – LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL.....	17
PARTE I - LEITURA TÉCNICA	18
1 A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE LEOPOLDINA.....	19
1.1 HISTÓRIA	19
1.1.1 Introdução	19
1.1.2 Metodologia	19
1.1.3 Fases do trabalho.....	19
1.1.4 Dificuldades encontradas no município.....	19
1.1.5 Espaço e história em Leopoldina	19
1.1.6 Estratégia proposta para o resgate da história no município	20
1.1.6.1 Educação	20
1.1.6.2 Informação	21
1.1.6.3 Levantamento.....	21
1.1.6.4 Espaços de guarda e difusão	22
1.1.6.5 Legislação e normas	22
1.1.6.6 Gestão do patrimônio cultural e natural.....	22
1.1.7 Apontamentos históricos sobre a cidade de Leopoldina	23
1.1.8 A Tradição do Deslocamento	23
1.1.9 Uma breve análise crítica sobre o tópico deslocamento.....	24
1.1.10 Periodização e cultura	27
1.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE LEOPOLDINA.....	32
1.2.1 Histórico do município de Leopoldina	33
1.2.2 Análise da Política de Patrimônio de Leopoldina.....	37
1.2.2.1 Atuação municipal	37
1.2.2.2 Legislação municipal – súmula.....	38
1.2.2.3 Atuação junto ao ICMS Cultural do Estado	38
1.2.2.4 Quadro institucional.....	39
1.2.3 Análise do Patrimônio Cultural de Leopoldina.....	39
1.2.3.1 Acervo patrimonial de Leopoldina	39
1.2.3.1.1 Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	39
1.2.3.1.2 Bens móveis e integrados	44
1.2.3.1.3 Sítios Naturais	45
1.2.3.1.4 Manifestações culturais	47
1.2.3.1.5 Patrimônio Arqueológico	48
1.2.3.1.6 Arquivos	48

1.2.4	Bens tombados – súmula	50
1.2.5	Bens inventariados – súmula	51
1.2.6	Conclusões e recomendações	55
1.3	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
1.3.1	Fontes manuscritas.....	56
1.3.2	Fontes impressas	56
1.3.3	Referências de fontes e arquivos a serem pesquisados	57
1.3.3.1	<i>Sobre os indígenas</i>	57
1.4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
1.5	ANEXO.....	59
2	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DE LEOPOLDINA.....	65
2.1	APRESENTAÇÃO	65
2.2	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA	65
2.2.1	Informações básicas	65
2.2.2	Localização	65
2.2.3	Clima.....	66
2.2.4	População	68
2.2.5	Hidrografia	68
2.2.5.1	<i>Qualidade das águas superficiais em Leopoldina</i>	68
2.2.6	Aspectos Geomorfológicos.....	70
2.2.7	Aspectos Geológicos.....	70
2.2.8	Cobertura vegetal	71
2.2.8.1	<i>Caracterização das formações florestais nativas</i>	71
2.2.8.2	<i>Áreas de Cerrados</i>	71
2.2.9	Meio Antrópico – As principais atividades antrópicas	71
2.2.9.1	<i>Atividades agrícolas e agropecuárias</i>	71
2.2.9.2	<i>Atividades de mineração</i>	72
2.2.10	A urbanização	72
2.3	A PERCEPÇÃO DA MACRO-PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA.....	72
2.3.1	A ecologia da paisagem.....	73
2.3.2	Riscos e fragilidades da macro-paisagem de Leopoldina.....	74
2.4	A PAISAGEM URBANA DE LEOPOLDINA.....	77
2.4.1	Antecedentes	77
2.4.2	Condicionantes.....	78
2.4.2.1	<i>Condicionantes topoclimáticos do ambiente urbano</i>	78
2.4.2.2	<i>Condicionantes climáticos para as edificações locais</i>	80
2.4.2.3	<i>Condicionantes acústicos</i>	82
2.4.2.3.1	Considerações gerais.....	82
2.4.2.3.2	Considerações Específicas de Leopoldina	84

2.4.3	Evolução da forma urbana	87
2.4.4	Os tecidos urbanos	88
2.4.4.1	<i>Tecido Urbano 01</i>	88
2.4.4.2	<i>Tecido Urbano 02</i>	89
2.4.4.3	<i>Tecido Urbano 03</i>	89
2.4.4.4	<i>Tecido Urbano 04</i>	91
2.4.4.5	<i>Tecido Urbano 05</i>	91
2.4.4.6	<i>Tecido Urbano 06</i>	92
2.4.4.7	<i>Tecido Urbano 07</i>	93
2.4.4.8	<i>Tecido Urbano 08</i>	94
2.4.4.9	<i>Tecido Urbano 09</i>	95
2.4.4.10	<i>Tecido Urbano 10</i>	96
2.4.4.11	<i>Tecido Urbano 11</i>	97
2.4.4.12	<i>Tecido Urbano 12</i>	98
2.5	HABITAÇÃO	98
2.6	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	103
2.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
2.7.1	Deficiências	104
2.7.1.1	<i>Área rural e distritos</i>	104
2.7.1.2	<i>Sede Urbana</i>	104
2.8	POTENCIALIDADES	105
3	ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE LEOPOLDINA	106
3.1	ASPECTOS ECONÔMICOS	106
3.1.1	Renda	107
3.1.2	Principais atividades econômicas	108
3.1.3	Acesso a bens de consumo	114
3.1.4	Acesso à infra-estrutura	115
3.2	ASPECTOS SOCIAIS	119
3.2.1	Metodologia	120
3.2.2	Dados Comparativos: Leopoldina e Micro-Região	121
3.2.3	Dados gerais	123
3.2.4	Aspectos sócio-demográficos	123
3.2.4.1	<i>Distribuição da população</i>	123
3.2.4.2	<i>Densidade demográfica</i>	124
3.2.4.3	<i>Rendimento médio do chefe do domicílio</i>	124
3.2.4.4	<i>Média de anos de estudo do chefe da família</i>	125
3.2.4.5	<i>População por sexo e faixa etária</i>	126
3.2.4.6	<i>Total de domicílios por setor censitário</i>	127
3.2.4.7	<i>Média de moradores por domicílio</i>	127
3.2.5	Dados urbanísticos	128
3.2.5.1	<i>Distribuição da densidade domiciliar</i>	128
3.2.5.2	<i>Condição de ocupação – domicílios próprios</i>	128
3.2.5.3	<i>Condição de ocupação – domicílios alugados</i>	129

3.2.5.4	<i>Condição de ocupação – outras formas de ocupação</i>	129
3.2.5.5	<i>Proporção dos domicílios tipo casa</i>	130
3.2.5.6	<i>Proporção dos domicílios tipo apartamento</i>	130
3.2.6	Infra estrutura	131
3.2.6.1	<i>Abastecimento de água via rede urbana</i>	131
3.2.6.2	<i>Abastecimento de água via poço ou nascente</i>	131
3.2.6.3	<i>Abastecimento de água – outras formas</i>	132
3.2.6.4	<i>Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto</i>	132
3.2.6.5	<i>Esgotamento sanitário via vala</i>	133
3.2.6.6	<i>Esgotamento sanitário via rio ou lago</i>	133
3.2.6.7	<i>Esgotamento via outras formas</i>	133
3.2.6.8	<i>Esgotamento via fossa séptica ou rudimentar</i>	134
3.2.6.9	<i>Coleta de lixo</i>	134
3.2.6.10	<i>Lixo queimado ou enterrado na propriedade</i>	135
3.2.6.11	<i>Lixo jogado em terreno baldio</i>	135
3.3	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	136
3.3.1	Capacidade Institucional da Prefeitura Municipal	136
3.3.2	Estrutura Administrativa	136
3.3.3	Funcionalismo e Patrimônio Público	137
3.3.4	Finanças Municipais	138
3.3.5	Aspectos turísticos	142
3.3.5.1	<i>Produtos Turísticos e Atrativos</i>	142
3.3.5.2	<i>Atrativos</i>	144
3.3.5.3	<i>Festas do município</i>	155
3.3.6	Qualidade e oferta da infra-estrutura turística	157
3.3.6.1	<i>Alojamentos hoteleiros</i>	157
3.3.6.2	<i>Serviços e alimentação</i>	157
3.3.6.3	<i>Participação e segmentação no Circuito Turístico</i>	157
3.3.6.4	<i>Potencialidades e ameaças</i>	158
3.4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
4	SANEAMENTO BÁSICO	159
4.1	INTRODUÇÃO	159
4.2	METODOLOGIA	160
4.3	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	160
4.3.1	Problemas Identificados	169
4.4	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	169
4.4.1	Problemas Identificados	175
4.5	DRENAGEM URBANA	175
4.5.1	Problemas identificados	180
4.6	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	181
4.6.1	Problemas Identificados	186

4.7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	187
5	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE.....	188
5.1	SISTEMA VIÁRIO E CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS E PEDESTRES - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	188
5.1.1	Expansão da frota de veículos.....	189
5.1.2	Roteiro para levantamento	189
5.1.3	Condições de circulação – principais problemas	191
6	CONSOLIDAÇÃO DE DIRETRIZES PARA O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA.....	200
6.1	HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	200
6.2	MEIO AMBIENTE.....	201
6.2.1	Meio rural	201
6.2.2	Meio urbano	202
6.2.2.1	<i>Conforto Ambiental</i>	202
6.2.2.2	<i>Habitação</i>	202
6.2.2.3	<i>Meio ambiente</i>	203
6.3	ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	203
6.3.1	Atividades econômicas.....	203
6.4	SANEAMENTO	204
6.4.1	Abastecimento de água	204
6.4.2	Esgoto	204
6.4.3	Drenagem	204
6.4.4	Resíduos sólidos.....	204
6.5	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	205
6.6	DIRETRIZES DE OCUPAÇÃO DO SOLO.....	205

PARTE II - LEITURA COMUNITÁRIA.....	206
1 INTRODUÇÃO	207
2 RESUMO DAS LEITURAS COMUNITÁRIAS.....	211
2.1 LEITURA DIA 29/05/06 – BAIROS COHAB VELHA, VILA ESTEVES E PIRINEUS ..	211
2.2 LEITURA DIA 29/05/06 – BAIROS BELA VISTA, SÃO SEBASTIÃO E SÃO CRISTÓVÃO.....	212
2.3 LEITURA DO DIA 30/05/06 – BAIRRO DO ROSÁRIO	212
2.4 LEITURA DO DIA 01/06/06 – BAIRRO VALE DO SOL E BAIRRO POPULAR	214
2.5 LEITURA DIA 02/06/06 – DISTRITO DE PROVIDÊNCIA E VILA SÃO MARTINHO....	215
2.6 LEITURA DIA 02/06/06 – DISTRITO DE PIACATUBA	216
2.7 LEITURA DIA 05/06/06 – DISTRITO DE TEBAS	217
2.8 LEITURA DIA 05/06/06 – DISTRITO DE RIBEIRO JUNQUEIRA	218
2.9 LEITURA DIA 06/06/06 – DISTRITO DE ABAÍBA	218
2.10 LEITURA DIA 08/06/06 – DISTRITO DE VISTA ALEGRE.....	219

B - PROPOSTAS DE ANTE-PROJETOS DE LEI..... 220

1 – ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO 221

VOLUME II

C – CADERNO DE MAPAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Exemplo de preservação de patrimônio natural e histórico em São João D'El Rei.....	23
Figura 1.2 – Mapa da capitania de Minas Gerais e suas comarcas	26
Figura 1.3 - E. E. Prof. Botelho Reis.....	41
Figura 1.4 - Prefeitura Municipal.....	41
Figura 1.5 - Edificações Rua Barão de Cotegipe.....	41
Figura 1.6 - Edificações Rua Lucas Augusto.....	41
Figura 1.7 - Distrito de Piacatuba	43
Figura 1.8 - Fazenda Paraíso	43
Figura 1.9 - Altar Igreja Matriz de N. Sra da Piedade - Piacatuba	45
Figura 1.10 - Imagem Igreja do Rosário	45
Figura 1.11 - “O Gigante que Dorme”	45
Figura 1.12 - Usina Maurício.....	45
Figura 2.1 - Vista do Jardim Fortaleza.....	89
Figura 2.2 - Casa do Condomínio Jardim Fortaleza.....	89
Figura 2.3 – Vista do Bairro Meia Laranja	90
Figura 2.4 – Vista do Bairro Chácara Dona Euzébia	91
Figura 2.5 – Casa no Bairro Chácara Dona Euzébia	91
Figura 2.6 – Edificações no Bairro Popular	92
Figura 2.7 – Casa no Bairro Popular	92
Figura 2.8 – Vista do bairro Tomé Nogueira.....	92
Figura 2.9 - Outra vista do bairro Tomé Nogueira.....	92
Figura 2.10 – Vista do bairro Bela Vista.....	93
Figura 2.11 – Implantação das casas no bairro Bela Vista.....	93
Figura 2.12 – Tipologia construtiva do bairro Bela Vista.....	93
Figura 2.13 – Vista do bairro Pinguda.....	93
Figura 2.14 - Ocupação de fundo de vale no Bairro Quinta Residência.....	94
Figura 2.15 - Tecido 08 no Bairro Fortaleza	95
Figura 2.16 – Tecido urbano 09, no Centro de Leopoldina.....	96
Figura 2.17 - Edificação característica deste tecido à esquerda.....	97
Figura 2.18 – Vista da BR-116.....	97
Figura 2.19 – Vista do bairro Imperador.....	97
Figura 2.20 – Edificação no Bairro Arthur Leão.....	98
Figura 2.21 – Edificações próximas ao córrego no bairro São Cristóvão.....	100
Figura 2.22 – Vista do bairro Jardim dos Bandeirantes.....	100
Figura 2.23 – Alto Bela Vista	101
Figura 3.1 - Organograma da Prefeitura Municipal.....	140
Figura 4.1 – O município de Leopoldina e o rio Pirapetinga.....	161
Figura 4.2 – Captação de água superficial da COPASA. Barragem de regularização de nível no rio Pirapetinga - Julho 2006.....	162
Figura 4.3 – Vista frontal da barragem de captação de água do rio Pirapetinga	162
Figura 4.4 - Fachada da ETA, da sede do município de Leopoldina	163
Figura 4.5 – Laboratório da ETA. Dosagem dos produtos químicos na entrada do tratamento realizado.....	164

Figura 4.6 – Laboratório da ETA. Dosagem dos produtos químicos na entrada do tratamento realizado	164
Figura 4.7 – Vista das instalações da ETA.	164
Figura 4.8 – Lançamento do efluente da ETA, proveniente da lavagem dos filtros, no ribeirão Feijão Cru.	165
Figura 4.9 – Reservatórios R1 e R2 da ETA - Julho 2006.	168
Figura 4.10 – Ribeirão Feijão Cru, no bairro Bela Vista.....	170
Figura 4.11 – Ribeirão Feijão Cru, no bairro Bela Vista.....	170
Figura 4.12 – Lançamento de esgotos no ribeirão Feijão Cru, no centro de Leopoldina...	171
Figura 4.13 – Lançamentos clandestinos de esgotos.....	171
Figura 4.14 – Tubulação de esgotos da Prefeitura rompida, sob a ponte da rua João Neto.	172
Figura 4.15 – Canal mestre da rede de esgotos, localizado ao longo da canalização do ribeirão.....	173
Figura 4.16 – Matadouro Municipal de Leopoldina – vista geral.....	174
Figura 4.17 – Matadouro Municipal de Leopoldina – estábulo	174
Figura 4.18 – Principais drenagens de Leopoldina e municípios vizinhos - Bacia do rio Paraíba do Sul.....	176
Figura 4.19 – Principais drenagens da mancha urbana de Leopoldina.	176
Figura 4.20 – Vista do rio Pirapetinga, próximo ao ponto onde é realizada a captação de água para abastecimento público – Julho 2006.	177
Figura 4.21 – Aspecto geral das vias públicas da cidade de Leopoldina.	178
Figura 4.22 – Aspecto geral das vias públicas da cidade de Leopoldina.	178
Figura 4.23 – Bueiro com grelha localizado no centro histórico da cidade de Leopoldina.	179
Figura 4.24 – Vista do veículo destinado à coleta dos resíduos de saúde de Leopoldina no momento de disposição no aterro – Julho 2006.	183
Figura 4.25 – Vista do ribeirão Feijão Cru, no centro de Leopoldina.	183
Figura 4.26 – Localização do aterro de Leopoldina.	184
Figura 4.27 - Vista geral do aterro controlado do município de Leopoldina.....	184
Figura 4.28 – Vista do maciço de resíduos do aterro de Leopoldina.	185
Figura 4.29 – Vista da vala destinada aos resíduos de saúde do aterro de Leopoldina...	185
Figura 4.30 - Notar a posição do aterro na vertente direita da microbacia (registro feito da vertente oposta).....	186
Figura 5.1 - Leopoldina: principais ligações rodoviárias	188
Figura 5.2 - Rua Coronel Oliver Fajardo (próximo à Praça Felix Faragé).....	191
Figura 5.3 - Av. Presidente Carlos Luz.....	191
Figura 5.4 – Rua Tiradentes	192
Figura 5.5 – Rua José Peres	192
Figura 5.6 – Rua Custódio Junqueira	193
Figura 5.7 – Rua Gabriel Andrade Junqueira	193
Figura 5.8 – Praça Prof. Botelho Reis	193
Figura 5.9 - Rua Gabriel Andrade Junqueira	194
Figura 5.10 – Rua Acácio Serpa.....	194
Figura 5.11 - Avenida Getúlio Vargas.....	194
Figura 5.12 - Avenida Getúlio Vargas.....	195
Figura 5.13 - Praça João XXIII.....	195
Figura 5.14 - Avenida Getúlio Vargas (próximo à ponte sobre o Córrego Feijão Cru)	195
Figura 5.15 – Rua José Peres	196

Figura 5.16 - Rua Coronel Oliver Fajardo (próximo à interseção com a R. José Peres) .	196
Figura 5.17 - Avenida Presidente Carlos Luz	196
Figura 5.18 - Avenida Getúlio Vargas (esquina com Rua Farmacêutico Durval Barros) ...	197
Figura 5.19 - Praça Francisco Pinheiro Lacerda.....	197
Figura 5.20 - Rua José Peres (próximo à ponte sobre o Córrego Feijão Cru).....	197
Figura 5.21 - Avenida Getúlio Vargas	198
Figura 5.22 - Rua Tiradentes (próximo à Praça Nossa Senhora do Rosário).....	198
Figura 5.23 - Rua Barão de Cotegipe (próximo à esquina com Rua Tiradentes)	198
Figura 5.24 - Praça Francisco Pinheiro Lacerda (interseç. com Rua Jonas S. Bastos)	199
Figura 5.25 - Avenida Getúlio Vargas	199
Figura 5.26 - Praça Gama Cerqueira.....	199
Figura 5.27 - Custódio Junqueira / R. João Lamarca (próximo à Praça Félix Martins).....	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Dados climatológicos de Leopoldina.....	67
Gráfico 2.2 - Diagrama Bioclimático de Givoni sobre Carta Psicrométrica para Leopoldina.	82
Gráfico 2.3 - Níveis acústicos medidos (barras negras) e admissíveis (barras verdes) nos nove pontos de medição e em média em Leopoldina - MG.	86
Gráfico 3.1 - População urbana e rural de Leopoldina	106
Gráfico 3.2 - Índice de Desenvolvimento Humano em Leopoldina.....	118
Gráfico 5.1 - Evolução da frota por tipo de veículo (unidades).....	189
Gráfico 5.2 - Evolução da frota por tipo de veículo (percentual).....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Qualidade das águas	69
Tabela 2.2 - Limites para níveis acústicos globais em [dB(A)].....	83
Tabela 2.3 - Descritores de Ruído Ambiental em Leopoldina	86
Tabela 3.1 - População de Leopoldina, 1970 – 2004.....	106
Tabela 3.2 – Renda domiciliar de Leopoldina 1991-2000	107
Tabela 3.3 – Renda da Microrregião – 1991 - 2000.....	109
Tabela 3.4 – População ocupada por setores econômicos em Leopoldina - 2000	110
Tabela 3.5 – Principais produtos agrícolas - 2003	112
Tabela 3.6 - Pecuária - Principais Efetivos - 2002	112
Tabela 3.7 - Energia Elétrica - Consumo - 1999-2003.....	113
Tabela 3.8 - Acesso da população a bens de consumo – percentual de pessoas com computador, carro e geladeira na Microrregião de Cataguases - 1991 e 2000.....	114
Tabela 3.9 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso aos serviços básicos, 1991 e 2000 - Municípios da Microrregião Cataguases (Minas Gerais).....	116
Tabela 3.10 - Densidade (número de moradores por dormitório - m/d) e Propriedade do Domicílio	117
Tabela 3.11 - Indicadores de Vulnerabilidade Familiar, 1991 e 2000	118
Tabela 3.12 - Indicadores Sociais – Leopoldina e Micro Região	122
Tabela 3.13 - População por sexo e faixa etária – área urbana.....	126

Tabela 3.14 - População por sexo e faixa etária – área rural.....	126
Tabela 3.15 - Distribuição dos cargos funcionais da Prefeitura Municipal com respectivos salários iniciais	138
Tabela 3.16 – Arrecadação de ICMS e outros impostos – Leopoldina (2001-2004).....	138
Tabela 3.17 – Finanças Públicas 2003 – Leopoldina/MG (em Reais).	141
Tabela 3.18 - Parâmetros para os Municípios de Minas Gerais (em Reais; 2006).....	142
Tabela 3.19 - Atrativos de Leopoldina.....	143
Tabela 5.1 - Frota de veículos automotores.....	188

LISTA DE QUADROS

PARTE I

Quadro 1.1 – Legislação pertinente.....	38
Quadro 1.2 –Legislação construtiva e lei orgânica	38
Quadro 1.3 - Quadro síntese	39
Quadro 2.1 - Pontos de medição e sua classificação e seus valores admitidos pela NBR – 10.151 / ABNT.....	85
Quadro 3.1 - Principais empresas industriais classificadas segundo o número de empregados (2000)	111
Quadro 3.2 – Serviços em Leopoldina.....	113

PARTE II

Quadro 1.1 – Locais das leituras comunitárias	208
--	-----

A – LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL

PARTE I - LEITURA TÉCNICA

1 A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE LEOPOLDINA

1.1 HISTÓRIA

1.1.1 Introdução

A presente leitura busca, usando a metodologia fornecida pela disciplina história, subsidiar a formulação de diretrizes para uma política de patrimônio cultural do município de Leopoldina.

1.1.2 Metodologia

O reduzido acervo documental disponível em Leopoldina direcionou-nos para uma leitura que privilegiou a relação do espaço e da memória.

1.1.3 Fases do trabalho

- levantamento e leitura de bibliografia e fontes sobre a história de Leopoldina;
- leitura do espaço;
- formulação de hipóteses;
- redação do relatório da primeira fase do trabalho.

1.1.4 Dificuldades encontradas no município

Leopoldina não possui arquivo histórico municipal nem arquivo do fórum e criminal organizados. Esta situação dificulta o acesso dos pesquisadores a fontes fundamentais para o estudo da história do município. Tal fato fere o artigo 30 da Constituição Federal e providências devem ser tomadas a respeito.

1.1.5 Espaço e história em Leopoldina

A cidade de Leopoldina situa-se na Zona da Mata mineira, no vale do Rio Pomba. Dada a importância desse rio na história de Minas Gerais, sugerimos a criação de uma política regional de preservação do patrimônio cultural que estabelecesse ações cooperadas entre

os municípios de Cataguases, Leopoldina e Muriaé, sobretudo no resgate da história e da cultura indígena e dos afro-descendentes.

Na leitura do espaço em Leopoldina chamou-nos especial atenção a forte relação de seus moradores com o presente, a despeito da legislação de proteção do patrimônio no município instituída a partir de 1996. Mencionamos dois exemplos que ilustram a falta de interesse da população com a história. A demolição da Estação Ferroviária e a ocupação do seu entorno com trailers, e o extravio de vestígios de artefatos indígenas encontrados por ocasião de obras realizadas no posto de gasolina Puris. As edificações que apresentam valor histórico e o seu entorno sofreram degradação. A diferença de nível na implantação de edificações criou pontos de observação dos quais pode se obter vistas panorâmicas do centro da cidade. Desses locais a degradação é observável, sobretudo nos acréscimos verticais com coberturas metálicas realizados nas edificações. Por outro lado, Leopoldina é uma cidade que mantém o centro vivo, mesmo aos domingos. Nos distritos sobrevivem conjuntos de edificações e equipamentos da ferrovia e a Usina Maurício criada em 1906, em Piacatuba, testemunhos da relação entre o ciclo do café e a paisagem industrial.

1.1.6 Estratégia proposta para o resgate da história no município

As propostas listadas abaixo e que são divididas por tema são sugestões para o Plano Diretor Participativo de Leopoldina.

Ativação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina, que foi criado em 1996 e desativado em 2002.

1.1.6.1 Educação

Do ponto de vista do ensino, seria oportuno que fosse criada uma disciplina de educação patrimonial nas escolas do município. A prefeitura e as empresas privadas da região criariam prêmios de redação sobre a história da cidade, a exemplo do promovido sobre Augusto dos Anjos. A Secretaria de Educação Municipal estabelecerá um programa de incentivo à pesquisa e à produção de material de divulgação sobre a história da cidade.

1.1.6.2 *Informação*

Destaca-se a necessidade urgente de se organizar o arquivo municipal e do fórum, remodelar e equipar a biblioteca pública municipal; criar locais para coleta, higienização, restauro, arranjo, elaboração de catálogos e disponibilização de informação presente nas coleções de documentos dos poderes públicos, em especial os arquivos da câmara, do judiciário, criminal e também das paróquias. Organização de local para coleta, classificação e disponibilização de documentos arqueológicos. O espaço da antiga Cia Fiação e Tecidos Leopoldinense, com seus galpões que se encontram ociosos, poderia ser adquirido pela prefeitura e qualificado como espaço histórico-cultural que abrigaria os acervos documentais e bibliográficos e atividades culturais afins.

Os documentos dos séculos XVIII e XIX relativos a história de Leopoldina e que se encontram depositados na biblioteca e no arquivo nacional seriam levantados, reproduzidos e depositados nas bibliotecas públicas e nos arquivos.

Equipar as bibliotecas públicas com bibliografia sobre a história de Minas Gerais, para citar um exemplo, a coleção Mineiriana publicada pela Fundação João Pinheiro, cuja distribuição é gratuita.

A Prefeitura deveria investir na qualificação de seus funcionários com a contratação de bibliotecários e arquivistas e na realização de convênios com a Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal de Belo Horizonte, Arquivo Nacional e Arquivo Público Mineiro e fornecer cursos de atualização para professores da rede pública com enfoque especial em história, geografia, antropologia e arqueologia.

1.1.6.3 *Levantamento*

Mapeamento das correrias – deslocamentos - dos indígenas nos séculos XVIII e início do século XIX, das rotas dos escravos, dos fluxos migratórios provenientes das regiões mineiras, do litoral e do exterior. Estabelecimento de um perfil histórico da população por meio do levantamento das séries de batismo, casamento, óbito e testamentos pertencentes ao acervo da câmara municipal, das paróquias e do fórum.

Estabelecimento de um programa voltado para prospecção arqueológica de forma a se restabelecer três importantes pontos da cultura material do município relacionados, em primeiro lugar a colonização, em segundo a agricultura de exportação do café e em terceiro a paisagem associada ao binômio ferrovia-indústria.

1.1.6.4 Espaços de guarda e difusão

A criação de espaços com exposições permanentes sobre a história do café, da água mineral e da história do termalismo, da ferrovia e da indústria têxtil.

O Centro Federal de Educação Tecnologia, CEFET, forneceria cursos de capacitação de mão de obra da construção civil para trabalhar em edificações históricas.

1.1.6.5 Legislação e normas

À legislação atual seriam acrescentadas normas para a sinalização e a instalação de antenas que interferem na fachada das edificações mais antigas, a exemplo da loja do Boticário na Rua Barão de Cotegipe.

1.1.6.6 Gestão do patrimônio cultural e natural

Criação de mecanismos de proteção, tombamento e gestão sustentada para a restauração e conservação de antigas fazendas da região e produção de um circuito turístico do café. Desenvolvimento de uma metodologia para se tratar a paisagem industrial no município, ou seja, o trinômio café-ferrovia-eletricidade e industrialização. Exemplo deste tipo de gestão pode ser visto na Figura 1.1.

Ativação do transporte de passageiros pela Ferrovia Central Atlântica (FCA) e implantação de vagões de serviços que poderiam atender a região em carro-museu, carro-biblioteca, carro-cidadania.

Projeto paisagístico no entorno da Catedral de São Sebastião e orientação no cuidado com as árvores, cuja poda produz formas que interferem na visibilidade de edificações de valor histórico como, por exemplo, em frente ao Ginásio Leopoldinense, atual Escola Estadual Professor Botelho Reis, edificação tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA.

Monitoramento da qualidade da água, em especial nas áreas de banho e em cachoeiras dos distritos. Saneamento e monitoramento da água do histórico córrego do Feijão Cru e recuperação de seu vale. Estabelecimento de política de controle epidemiológico da população de doenças transmissíveis pela água, em especial a esquistossomose.



Figura 1.1 - Exemplo de preservação de patrimônio natural e histórico em São João D'El Rei.

1.1.7 Apontamentos históricos sobre a cidade de Leopoldina

Grande parte dos estudos sobre a Zona da Mata analisa a história da região somente a partir do século XIX, quando teve início a produção de café. Caio Prado Junior, ao assimilar o teor dos depoimentos do governador das minas Luis da Cunha Meneses afirmou que a Mata Mineira seria uma área pouco propícia ao povoamento. Segundo essa visão da história, durante o século XVIII, a região servia apenas como via de ligação entre o Rio de Janeiro e a região mineradora, além de atuar como uma importante barreira natural que protegia as lavras descobertas de possíveis invasores.

1.1.8 A Tradição do Deslocamento

Diferentemente da versão citada acima, a região da Zona da Mata é caracterizada pelo intenso deslocamento de vários povos indígenas, em micro e macro escalas, desde o pleistoceno.

Como bem lembra Maria Leônia Chaves de Resende, “o genocídio promovido pelos bandeirantes serviu como justificativa habitual para a falta de informações” da história de vários povos indígenas; no entanto, “há evidências incontestáveis da permanência de vários grupos indígenas” em todo o país. Quando fazemos um paralelo entre a Zona da Mata mineira e outras regiões do Brasil percebemos semelhanças no que se refere à rede de comunicação e de deslocamento.

Por volta de 1832, “na área compreendida entre o rio Angu, ao sul, e o ribeirão Meia Pataca ao norte, o rio Pomba ao Leste, e as serras a oeste, nas divisas do município de São João Nepomuceno, imperavam ainda as matas virgens, e para elas os puris se dirigiam desde o século anterior, fugindo do ataque dos Coroados, que os expulsaram de suas malocas situadas desde as paragens do rio Muriaé e Bagres, até as colinas próximas à serra da Onça. Perseguidos desta maneira penetraram no rio Sapé, ou o margearam até alcançar o rio Pomba, e, navegando esse ou palmilhando-lhe as margens, atingiram o rio Pardo, e as matas ao Sul destas, estabelecendo-se então nas terras que se denominavam Feijão Cru.” (Joel P. Manoel, Índios Puris, primórdios da história de Muriaé, R H M).

A terminologia puri “foi empregada para designar coletivamente a todos os ‘bugres’ da região da Mata, de este a sudeste, e que por ‘bugres’ e ‘coipós’ eram conhecidos todos os índios bravos de Minas no período colonial, embora tais nomes se referissem a tribos de origem étnica diversa’ (Resenha Ethnográfica publicada na Revista carioca “Cultura e Trabalho” pelo professor Nelson de Senna, fevereiro de 1928).

Em meados do século XVIII a região é caracterizada pelos aldeamentos e prisões (quartéis) dentro da estratégia ofensiva também denominada guerra justa contra os Botocudos.

1.1.9 Uma breve análise crítica sobre o tópico deslocamento

A região da Zona da Mata tem como característica histórica ter sido um espaço destinado ao fluxo intenso de homens, animais, produtos e por isso, e dada a vizinhança do rio Doce, despertou grande preocupação por parte da corôa portuguesa com o contrabando. O grande número de povos indígenas de que se tem registro nesta região denota de um lado grandes deslocamentos destes e de outros choques entre tribos rivais e com a frente de colonização. A tradicional migração indígena no Brasil é extremamente extensa, às vezes

tendo percursos que delineavam toda a linha do litoral do Brasil chegando ao interior pelos grandes rios como o Amazonas e o São Francisco, alcançando o litoral sul do Brasil. Estes deslocamentos nos apontam dificuldades em estabelecer um local de origem ou início destas rotas. O diagnóstico mais aceito é o de que não se deve pensar em local de saída, mas o de chegada. Isto significa que um povo indígena escolhia certas regiões para se fixar por um período mais prolongado segundo uma variedade de fatores das quais destacamos como mais freqüentes, as condições de relevo, a posição estratégica, a terra propícia ao plantio, o fato de se ter filhos, a caça, a situação de guerra, os locais santos e sagrados (cemitérios, grutas, rios e montes destinados aos deuses e às almas). Fato é que a região da Zona da Mata apresenta características territoriais que vão de encontro a um aspecto dominante na cultura destes povos no Brasil: a imensa rede de rios, córregos e ribeirões que, além de vias naturais, são orientadores dos caminhos palmilhados. Além disso, a extensa cadeia de montanhas é um recurso de extrema importância nos conflitos e na reorientação dos caminhos a seguir. A abundância de frutas, caça e pesca também é importante de ser ressaltada, pois estes provimentos naturais facilitavam o deslocamento destes povos por eles poderem contar com víveres por toda parte.

das navegações nos rios, se somam as mulas dos tropeiros, caravanas de comerciantes, tropas militares e posteriormente a construção de vias férreas e a malha de rodovias.

É importante salientar também que a região por si só é uma divisora de caminhos para os portos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Os elementos da estória que circulam sobre a cidade de Leopoldina não fazem menção à cultura indígena; ao contrário, quando se menciona a presença deles na região é o nome de Marlière e de sua descendência francesa que surgem em destaque.

1.1.10 Periodização e cultura

Essa é a visão dominante e que é reproduzida no inventário do IEPHA, que inicia o informe histórico com a formação de seu núcleo original de Leopoldina no largo do Rosário, no início do século XIX. Entretanto, estudos recentes mostram que o processo de colonização da Zona da Mata teve início no século XVIII e, portanto, se falarmos em aldeamento e a despeito de nesse período nenhuma vila ter sido erigida na região, não podemos desconsiderar a existência de grande número de pousos, roças e sesmarias que tiveram importância fundamental no processo de ocupação territorial.

Destacamos, segundo Lamas, duas fases da colonização da Mata Mineira: a primeira teve início na primeira metade do século XVIII e está relacionada com o processo de abertura do caminho novo, realizado na região sul da Zona da Mata, e a outra que começou na segunda metade do mesmo século, a partir da ocupação da área central, localizada às margens do Rio Pomba.

“Vale ainda destacar a preocupação dos governadores das gerais em povoar a área do caminho novo na primeira metade do século XVIII. Existem cartas administrativas que mostram que, pelo menos desde a administração de D. Pedro de Almeida Portugal (1717-1720), o projeto de povoar com pousos, roças, ranchos e sesmarias a área próxima ao caminho novo estava diretamente relacionada com o projeto de diminuir os descaminhos do ouro”(Lamas). Segundo o memorialista Francisco de Paula Ferreira de Resende, em seu livro *Minhas Recordações*, publicado em 1944, a região do córrego do Feijão Cru começou a receber seus primeiros habitantes brancos a partir da terceira década do século XIX. Mas, em seu trabalho sobre a Zona da Mata, Carrara aponta que, em Leopoldina,

houve a concessão de muitas sesmarias no ano de 1818, além da ocupação de terras devolutas por parte da família Monteiro.

Com a decadência da produção aurífera, antigos proprietários de lavras minerais saíram da região de Ouro Preto e se deslocaram para o atual território leopoldinense, a fim de se dedicarem à agropecuária. A área corresponde à sub-região sul da Mata mineira. A predominância da mão-de-obra escrava nessa área se deve ao fato de esses mineradores possuírem um grande número de escravos. Neste processo de ocupação prevaleceu a formação de latifúndios monocultores.

A região era originalmente ocupada por índios puris. Esses nativos ofereciam certos obstáculos ao processo de colonização, pois muitos deles não aceitavam pacificamente a dominação branca.

Segundo informações contidas na obra Leopoldina de Outrora, editada em 1963 por Luiz Eugenio Botelho, dois motivos provocaram a emigração dos nativos: o crescimento da população branca e o surto de epidemias de sarampo, que causou grande mortalidade entre os indígenas.

A obra acima mencionada cita o depoimento, fornecido a Ferreira de Resende, de um senhor que vivia entre os nativos e conhecia o Feijão Cru desde os seus primórdios. Esse relato nos fornece dados sobre a visão do historiador local da cultura indígena:

1º - os índios que conheceu foram os corados, caporés e puris (...) os seus aldeamentos eram dentro das matas e em forma circular... de ranchos feitos de palha de palmito (que) giravam pelas margens do rio Pomba, Roça Grande até a margem do Paraíba e os Coroados e Caporés giravam na margem do Rio Pomba, Presídio e Ubá e não permaneciam alojados no mesmo lugar (...)

2º - As suas poderosas armas de defesa e de caça constam de flecha e bodoque.

3º - (...) possuíam facas e foices velhas e arcos de barril e com isto faziam tudo.

4º - Plantavam favas de mangalê, caratinga, batatas doces, bananas da terra e milho, caçando a terra com cavadeira de pau e de tudo davam cabo em estado verde.

5º - Pescavam com timbó ou com balaios do mesmo feitio.

6º - Nadam como peixes, fazem jangadas para os seus transportes e, montados em um pau, atravessam em qualquer rio, exceto os lugares de cachoeira.

(...)

15º - Em tempo determinado fazem as suas reuniões (...) as suas cantigas são de um alarido infernal e para essas ocasiões fazem provisões de caças assadas e cozidas; esses divertimentos duravam e 2 a 3 dias e nestas reuniões tornavam-se perigosos pela bebedeira que tomavam de uma bebida que lhe davam o nome de patipuera (milho mascado e depositado com água em uma grande panela de barro).

Ao contrário da historiografia tradicional que aponta para a expulsão de grupos indígenas provenientes da zona da mata e do extermínio de muitos grupos através de conflitos e da proliferação de doenças infecto-contagiosas, Carrara (1993) afirma que o controle dos nativos se deu através de um processo de convivência forçada, no qual os silvícolas foram aos poucos sendo sedentarizados. Os índios foram se aproximando das fazendas atraídos com a troca de artigos como roupas, rapadura, farinha, açúcar, machados, facas, foices e acabaram por se sedentarizar por meio dos trabalhos agrícolas. Alguns grupos permaneceram semi-nômades e constituíram a mão-de-obra de várias fazendas da região, além de atuarem como guardas de presídios, trabalhadores nas obras públicas e no povoamento de novas áreas.

A produção de café proporcionou um desenvolvimento significativo da cidade que teve de fazer face a novos problemas. Através do relatório apresentado pelo Conselho da Intendência Municipal no ano de 1892, podemos levantar várias deficiências que deveriam ser sanadas pelas autoridades, como a construção de casas para os conselhos distritais, os reparos nos cemitérios existentes e a construção de novos cemitérios nos distritos.

Os conselheiros descrevem as obras que foram realizadas ou autorizadas pela câmara:

- Ponte e calçamento na estrada e povoação de Tebas, 1:500\$000.
- Ponte sobre o Ribeirão do Feijão Cru, 1:235\$000.
- Calçamento na rua do Grama, 2:600\$000.
- Ponte na povoação de Campo Limpo, 250\$000.

- Reforma do encanamento do largo da Estação.
- Rebaixamento do feijão Cru em terras do Tenente Vital.
- Esgotamento da Lagoa do Desengano.
- Complemento dos passeios aumentados das ruas da Estação e do Rosário.
- Calçamento do morro do cemitério e da rua do Grama.
- A população, em épocas de epidemias, exigia da câmara o arrombamento de um açude existente nas terras do padre Soleiro.

De acordo com o relatório, o recalçamento do largo da Estação não foi efetuado porque a Companhia Leopoldina não cumpriu com a sua promessa de realizar a obra.

No final do século XIX, os cemitérios precisavam de reparos e em alguns distritos eles deveriam ser construídos. O cemitério localizado no extremo da cidade, inaugurado em 1881, deveria receber a anexação de outro terreno, pois a mais antiga das covas possuía menos de 5 anos e segundo os higienistas, não podiam ser revolvidas. A fim de prevenir doenças, era lançado sobre cada caixão, meio alqueire de cal.

De acordo com os membros da Intendência, até o final do ano de 1887, a cidade não possuía água canalizada. As casas eram abastecidas através de cisternas. Posteriormente a Câmara passou a oferecer o serviço pelo valor de 8 contos e 500 mil reis. O primeiro encanamento foi feito através de canos de barro, que depois foram substituídos por tubos de ferro, a fim de evitar os constantes entupimentos.

Outro grave problema que afetava a população de Leopoldina no final do século XIX eram as epidemias. Entre 1890 e 1892 houve um surto de febre amarela na região. Na sessão de novembro de 1891, a intendência convidou três médicos da cidade para que eles pudessem opinar sobre a situação. Os mesmos aconselharam que a câmara deveria contratar o Dr. Domingos Freire para que ele vacinasse a população contra a doença, mas a câmara se recusou a tomar tal providência, alegando falta de recursos e que as pessoas se recusariam a receber o profilático.

Para evitar a proliferação da moléstia, as autoridades sanitárias determinaram a desinfecção das casas e estabelecimentos comerciais e industriais. Cada morador teria que arcar com o a despesa dos desinfetantes, com exceção de pessoas carentes.

O presidente da Intendência autorizou o fornecimento de medicamentos aos pobres e criou uma comissão de socorros responsável pela administração da enfermaria, limpeza e remoção de lixo das casas e limpeza das ruas.

Botelho comenta, baseado em suas lembranças que na época da epidemia várias pessoas abandonavam suas casas na cidade e buscavam refúgio nas fazendas mais próximas.

De acordo com Carrara, a economia da região era voltada para o mercado externo e por isso a agricultura destinada ao abastecimento do mercado interno praticamente não tinha espaço. Durante o século XIX Leopoldina contava com pequeno número de estabelecimentos comerciais, lojas e tavernas em relação a outras cidades da zona central da Mata.

Os últimos anos do período imperial foram marcados por duas questões muito importantes: o fim do escravismo e a chegada da ferrovia.

A estrada de ferro chegou a Leopoldina no ano de 1877. Os fazendeiros defendiam a permanência do escravismo e encaravam a ferrovia como um meio de transporte essencial para o escoamento do café. Dito isto, é importante lembrar que as primeiras estações da Leopoldina construídas no sul da Mata são implantadas em propriedades rurais: Cedofeira, Retiro, São Martinho, Providência, Mariano. As estações urbanas demoraram a ser concluídas.

A correspondência enviada pelos diretores da Companhia Leopoldina ao presidente da província nos traz informações relevantes sobre o papel da ferrovia na geração de capitais. Em 1883 a estrada rendeu a importância de 1.2912.881.196 reis. As tarifas cobradas eram as seguintes:

Para viajantes:

1ª classe = até 100 km	65 reis
2ª classe = por km excedente	40 reis

Para mercadorias:

Gêneros de importação = até 60 km	3,5 reis
Por km excedente até 120	2 reis
Por km excedente de 120	15 reis
Gêneros de exportação: até 60 km	3 reis
Por km excedente até 120	2,5 reis
Por km excedente de 120	1 reis
Gêneros alimentícios de 1ª necessidade:	
Por 10 kilos e por km	1 reis

Para os remetentes, a estrada de ferro Leopoldina atravessava a região mais rica da província de Minas Gerais, local de cultivo de diversos gêneros, como o café, a cana, o fumo e diversos tipos de cereais. À margem da linha funcionava um engenho central de cana de açúcar e outros dois estavam sendo construídos. Além disso, existiam duas fábricas de fiação de tecidos.

O fim da escravidão e o esgotamento do solo provocaram uma profunda mudança na economia do sul, pois os produtores de café passaram a se dedicar a outros tipos de atividade, como por exemplo, a pecuária. Em Leopoldina, o capital disponível foi transferido para os setores agropecuários, energético e bancário.

No início do século XX, Leopoldina passou a se dedicar intensamente à pecuária leiteira e posteriormente sofreu um processo de industrialização, com destaque para a indústria têxtil.

1.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE LEOPOLDINA

Leopoldina é cortada por importantes rodovias federais, como a BR-116/Rio-Bahia e a BR-267 e tem hoje a indústria e a agropecuária como principais atividades. A cafeicultura, no entanto, foi a principal responsável pelo rápido crescimento da região, impulsionado ainda mais pela construção da Estrada de Ferro Leopoldina em 1872. A cidade no século XIX chegou a apresentar o segundo maior número de escravos de Minas Gerais. Os abalos provocados pela crise do café, entretanto, levaram o município a perder destaque na economia do Estado.

Com isso, Leopoldina oferece hoje um acervo cultural que reflete em grande parte a sua história, mantendo ainda alguns exemplares da época do café. A cidade apresenta, ainda, alguns distritos com acervo significativo e exemplares de arquitetura rural, que poderiam ser recuperados e utilizados para turismo rural.

No entanto, Leopoldina não tem desenvolvido políticas de patrimônio e a sua paisagem vem apresentando uma significativa degradação, com grande parte do seu acervo se perdendo, exigindo-se medidas sistemáticas para a reversão desse quadro.

1.2.1 Histórico do município de Leopoldina

A Zona da Mata, no vale do Rio Pomba, foi habitada originalmente pelos índios das tribos puris, coroados e caporés, que começaram a dividir o espaço com os tropeiros desbravadores que descobriram a área no século XVIII. A ocupação do território aconteceu no final deste século e se deveu à busca por formas de trabalho alternativas à mineração, estando centrada na agricultura e, posteriormente, na cafeicultura.

Os primeiros desbravadores, como Pedro Afonso Galvão de São Martinho, passaram pela região por volta de 1780, mas foi no início do século XIX, mais especificamente em 1811, que a administração pública passou a conceder sesmarias a poucos homens – como Fernando Afonso Corrêa de Lacerda e a seu irmão Jerônimo Pinheiro Corrêa de Lacerda – os quais originaram as primeiras famílias tradicionais do município.

Segundo a tradição local, a denominação de “Arraial do Feijão Cru” se deve a um pitoresco acontecimento ocorrido com alguns tropeiros que trafegavam pela Bacia do Rio Pomba no início do século XIX. Certa vez acamparam numa clareira localizada nas proximidades de um córrego – possivelmente no espaço onde hoje é a Praça do Rosário - e acenderam fogo com intuito de espantar os animais selvagens e cozinhar o feijão para o preparo da refeição matutina, depois da qual seguiriam caminhada mata adentro. Porém, o cozinheiro dormira ao lado do fogão, permitindo que o vento apagasse o fogo, e assim o feijão colocado para cozimento ficou completamente cru. Este incidente serviu de referência para o nome do local, ficando batizado o córrego como “Ribeirão do Feijão Cru” e, por extensão, o lugar do acampamento ficou conhecido como “Pouso do Feijão Cru”.

Por volta de 1830, dois fazendeiros da região - Joaquim Ferreira de Brito e seu genro Francisco Pinheiro de Lacerda – doaram terras para a construção da futura capela de Santa Rita do Meia Pataca, o que confirma a existência de algum tipo de organização social. Na mesma época chegaram ao lugarejo as três famílias pioneiras de Leopoldina: os Almeida, os Brito e os Neto, que já vieram entrosados de Ibertioga, Conceição e Santa Rita do Ibitipoca. Este triângulo de famílias pioneiras absorveu as demais.

O distrito primitivo recebeu o nome de São Sebastião do Feijão Cru e foi o primeiro criado pela Câmara Municipal do Pomba, em 11.09.1830, juntamente com o Distrito da Santíssima Trindade do Descoberto.

A povoação intensificou-se a partir de então, sendo que a cidade iniciou sua configuração urbana pelo Rosário, onde foi construída uma igreja em um terreno doado por José Ferreira Brito. No século XIX, o centro urbano situava-se na Praça Visconde do Rio Branco (atual Praça Professor Botelho Reis), de onde partiam as principais vias públicas e foram construídos os edifícios mais importantes, que eram: Câmara Municipal, Fórum, Cadeia, Farmácia Central e Hotel Leopoldinense, dentre outros. Mesmo antes de seu maior desenvolvimento urbano, o distrito de São Sebastião do Feijão Cru destacava-se como um dos primeiros na renda do Estado, devido à significativa produção de suas lavouras de café.

Em 27 de abril de 1854 o distrito foi promovido a freguesia pelo Artigo 1º da Lei 666, e pelo Artigo 2º da mesma Lei foi elevado à categoria de vila, denominada Vila de Leopoldina, município de Mar de Espanha. O nome foi uma homenagem à segunda filha do Imperador D. Pedro II, princesa Leopoldina. Inicialmente, o município era formado pela sede, também denominada cidade de Leopoldina, e pelos distritos de Piedade (hoje Piacatuba), Conceição da Boa Vista, Laranjal, Madre de Deus, Meia Pataca, São Francisco de Assis do Capivara, São José do Paraíba e Rio Pardo.

A 20 de janeiro de 1855, antes de completados nove meses da promulgação da Lei, deu-se a instalação do município e sua sede recebeu foros de cidade em 16 de outubro de 1861, através da Lei Provincial nº 1.116. Os primeiros representantes da cidade – Manoel José Monteiro de Castro, o mais velho dentre os eleitos para a Câmara de Leopoldina, sendo coadjuvado na administração pelos senhores Francisco José de Freitas Lima, João

Gualberto Ferreira Brito, José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros e José Vieira de Resende e Silva – foram empossados pelo presidente da câmara municipal da Vila de Mar de Espanha.

A elevação à cidade viria em 1881, pela Lei nº. 1176 de 18 de outubro, adotando em definitivo o nome de Leopoldina. No decorrer do século XIX ocorreram transformações na configuração do município, em consequência do processo de emancipação de determinados distritos e do surgimento de outras localidades, que a ele foram incorporadas. Dentre os distritos constituídos no período podem ser mencionados os seguintes:

- Dores do Monte Alegre - 1858;
- Santana do Pirapetinga - 1864;
- Espírito Santo do Empossado - 1869;
- Campo Limpo (atual Ribeiro Junqueira) - 1878;
- Tebas - 1880;
- Itapiruçu - 1883;
- Providência, Recreio, Santa Izabel (atual Abaíba) e São Joaquim - 1890.

Na divisão administrativa de 1911, o Município de Leopoldina aparece constituído de dez distritos. Em 1938 foram emancipados os distritos de Conceição da Boa Vista, Recreio e São Joaquim, e em 1962 o município perdeu o distrito de Argirita. Estes foram sucessivamente reduzidos até o número atual de cinco – Piacatuba (antigo Nossa Senhora da Piedade), Abaíba (antigo Santa Isabel), Providência, Ribeiro Junqueira (antigo Campo Limpo) e Tebas (antigo Santo Antônio de Tebas).

O desenvolvimento de Leopoldina está ligado, em sua fase inicial, à expansão da cultura cafeeira que, do Vale do Paraíba, atingiu a Zona da Mata, a partir de 1830. A produção de café deu a Leopoldina expressiva função comercial e esta foi intensificada pela chegada à cidade, em 1877, de um ramal da Estrada de Ferro Leopoldina. Em 1885 a Cia. Estrada de Ferro Leopoldina já possuía 532 km de linhas em tráfego e 229 km em construção. Foi a

maior companhia ferroviária privada desse período, cobrindo toda a região cafeeira da Mata.

Em 1881 o imperador D. Pedro II deu início a uma excursão de vários dias pelo interior da Província, tendo sido Leopoldina a última cidade a ser visitada por Sua Majestade e a imperatriz Dona Tereza Cristina. Fato curioso se deu em relação a essa visita, pois na época a Câmara Municipal se recusou a recebê-los, cabendo toda a iniciativa da recepção às pessoas de relevância da sociedade leopoldinense e pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento. A decisão da Câmara foi polêmica, dividindo a opinião pública, e os anti-monarquistas se aproveitaram do ocorrido para pregação do Estado Republicano. No entanto, a decisão da Câmara não foi de cunho político e sim devido à ausência de recursos financeiros para cobrir as despesas que tão ilustres visitantes exigiam, visto que o governo provincial, localizado em Ouro Preto, recusou-se à contribuição de recursos para a realização das homenagens.

Desejando aproximar-se do ideal de progresso e civilização, marcante nos fins do século XIX, a elite do município buscou incorporar os novos hábitos europeus. Assim, havia grande interesse em cinema, teatro e literatura. Entre 1890 e 1920 suas escolas se multiplicaram rapidamente, dando à cidade o apelido de Atenas da Zona da Mata, se referindo ao valor dado à educação e à preocupação com a formação cultural. É desta época, mas mais especificamente das primeiras décadas do século XX, a construção do acervo arquitetônico mais significativo e ainda preservado de Leopoldina, composto por belos edifícios em estilo eclético.

Em Leopoldina, a produção de café não foi tão expressiva quanto a de outros municípios da região, Matias Barbosa, Mar de Espanha, Porto Novo do Cunha (Além Paraíba), Rio Pomba e Rio Preto. Contudo, o café criou condições para o desenvolvimento da cidade, aumentando as oportunidades de trabalho e de lucro para uma parcela da sociedade local. Além disso, mesmo não tendo sido os empreendimentos industriais, oriundos do capital cafeeiro, foi a partir dele que se criou a malha ferroviária que perpassou a região, como resposta à necessidade de acesso dos produtores agrícolas ao mercado.

Porém, a lavoura cafeeira logo entrou em decadência na Zona da Mata. Com a decadência da lavoura cafeeira, a economia do município passou a fortalecer-se com a pecuária

leiteira, as culturas de cereais, principalmente o arroz e, mais recentemente, com a industrialização. Essa última fase tem sido extremamente beneficiada pela construção da rodovia Rio-Bahia, que atingiu a cidade na década de 1950. A nova ligação rodoviária veio fortalecer a posição de Leopoldina como “entroncamento” de comunicações, acarretando uma grande expansão no setor industrial.

No setor industrial, Leopoldina também não acompanhou o desenvolvimento que ocorreu em outras regiões mineiras, por exemplo, nas regiões Central e Sul do Estado. Contudo, atualmente o município dispõe de indústrias de transformação, como têxtil (fiação e tecelagem de algodão), extrativa (água mineral) e de beneficiamento agrícola.

1.2.2 Análise da Política de Patrimônio de Leopoldina

1.2.2.1 Atuação municipal

No município de Leopoldina não encontramos nenhum bem tombado em nível federal. Inventariado pelo IEPHA entre os anos de 1995 e 1999, Leopoldina foi objeto de um único tombamento por parte daquele órgão, o da Escola Estadual Professor Botelho Reis, edifício eclético notável. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais, IPAC-MG, completado em 1999, chama a atenção para o conjunto arquitetônico e urbanístico ligado ao “período do apogeu do café”, filiando-se ao Ecletismo que marcou o fim do século XIX e início do século XX. Ali se destacam, ainda, algumas fazendas do ciclo do café e o distrito de Piacatuba, formado por um casario homogêneo e mantido em seu traçado original.

Duas leis de 1996, a Nº 1662 e a Nº 2832, aparentemente instituíram a proteção do patrimônio no município, autorizando o poder executivo a adotar sob a forma de fundação, o Instituto Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Leopoldina, estabelecendo a proteção do seu Patrimônio Cultural e Natural, e criando o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina. Este último chega a ser regulamentado pelo Decreto Nº 1246, de 16/10/96.

A atuação do Conselho, no entanto, parece ser esporádica e errática, na medida em que foi constatado apenas um tombamento em 1996, quatro em 1999 e três em 2000, sendo todos de bens e espaços públicos. Cabe destacar aqui a seqüência de tombamentos, aparentemente em curso, das estações ferroviárias de alguns distritos, em 2005.

1.2.2.2 Legislação municipal – súmula

Quadro 1.1 – Legislação pertinente

Legislação sobre patrimônio		
1996	Lei Nº 2832 – 24/05/1996	Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina e dá outras providências.
1996	Lei Nº 1662 – 13/04/96	Autoriza o poder executivo a instituir sob a forma de fundação, o Instituto Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Leopoldina e dá outras providências.
1996	Decreto Nº 1246 – 16/10/96	Cria o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina e dá outras providências.
		Regulamenta o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina.

Quadro 1.2 – Legislação construtiva e lei orgânica

Códigos e Lei Orgânica		
1957	Lei Nº 263 – 02/05/1957	Código de Obras
1957	Lei Nº 262 – 02/05/1957	Código de Posturas
1990	Lei nº 2.187 – 27/04/1990	Lei Orgânica Municipal

1.2.2.3 Atuação junto ao ICMS Cultural do Estado

A política patrimonial do município em relação à participação no ICMS Cultural do IEPHA é incipiente. Entre os anos de 1996 e 2000 não foram realizadas ações e a pontuação recebida se deveu, exclusivamente, ao tombamento realizado em nível estadual (Escola Estadual Botelho Reis). Apesar de alguns bens terem sido tombados em 1999 em nível municipal – Escola Municipal Ribeiro Junqueira, Prefeitura Municipal de Leopoldina, Estação de São Martinho e antiga residência do poeta Augusto dos Anjos – estes nunca contaram na pontuação, provavelmente pelo fato de que nunca foram apresentados laudos de conservação.

Em 2001 o município recebeu pontuação pelo tombamento de um bem imóvel em nível municipal.

Em 2002 ocorreram várias mudanças nas diretrizes para a pontuação e, coincidentemente, foi o ano em que o município realizou mais ações, apresentando dossiês, laudos, ações de proteção e investimento e Política Cultural Local. Depois de 2003 Leopoldina deixou de

apresentar novas ações, tendo pontuado apenas pela existência de tombamento em nível estadual.

Quadro 1.3 - Quadro síntese

Ano	Pontos	Análise
1996	2 pontos	Não havia regulamentação dos critérios para avaliação, assim, a pontuação é referente ao tombamento de bem imóvel em nível estadual.
1997	2 pontos	Idem 1996.
1998	2 pontos	Idem 1996.
1999	2 pontos	Idem 1996.
2000	2 pontos	Idem 1996.
2001	3 pontos	2 pontos para tombamento de bem imóvel em nível estadual e 1 ponto para tombamento de bens imóveis em nível municipal.
2002	1,62 pontos	2 pontos para tombamento de bem imóvel em nível estadual, 1 ponto para tombamento de bem imóvel (municipal), 0,90 para dossiês e laudos, 0,42 para Ações de proteção e investimentos e 0,30 para PCL.
2003	0,9 pontos	Pontuação referente a Dossiês e Laudos
2004	0,6 pontos	Pontuação referente a Dossiês e Laudos (provavelmente o município não apresentou laudo de conservação do bem tombado em nível municipal; assim perdeu os pontos referentes a ele).
2005	0,6 pontos	Idem 2004
2006	0,6 pontos	Idem 2004

1.2.2.4 *Quadro institucional*

O Conselho do Patrimônio foi criado em 1996, mas desde 2002 não atua. Atualmente não existe corpo técnico específico para cuidar da proteção do patrimônio cultural.

José Gabriel Couto de Viveiros Barbosa, Presidente da ONG Felicidade, afirma em sua entrevista que na verdade, que eu saiba, não há conselho de patrimônio atuante em Leopoldina. Segundo ele, as poucas iniciativas para a preservação do patrimônio são individuais e voluntárias, partindo da própria população: Há moradores que cuidam isoladamente, como o Luiz Raphael D Rosa, que cuida da casa do Augusto dos Anjos.

1.2.3 **Análise do Patrimônio Cultural de Leopoldina**

1.2.3.1 *Acervo patrimonial de Leopoldina*

1.2.3.1.1 Estruturas arquitetônicas e urbanísticas

Leopoldina possui acervo patrimonial edificado, tanto na sede quanto nos distritos, tendo este sido em grande parte já inventariado, e alguns bens tendo recebido o tombamento. A maioria dos imóveis existentes se refere a edificações civis na sede, de estilo eclético, correspondentes ao período do apogeu do café, que marcou a cidade no fim do século XIX e início do século XX. Do início desse período existem também edificações no estilo colonial tardio, havendo ainda um bom número de exemplares significativos nos distritos.

A chegada da ferrovia, inaugurada em 1877, proporcionou notável impulso e desenvolvimento à região. Atravessando quase toda a Zona da Mata, a ferrovia contava com uma extensão de 68 Km no município, facilitando o escoamento de sua produção cafeeira e favorecendo a industrialização. A Companhia Estrada de Ferro Leopoldina Railway foi uma das mais importantes vias de transporte de carga entre Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro.

Na sede existem poucos bens tombados em nível municipal, sendo eles a Escola Municipal Ribeiro Junqueira (Grupo Escolar Ribeiro Junqueira), a Prefeitura Municipal de Leopoldina e a Praça João XXIII. Grande parte do acervo municipal foi inventariada. Na Rua Barão de Cotegeipe se concentram várias edificações com interesse de preservação, de vários estilos, estando muitas delas já inventariadas.

Entre os imóveis de uso público se destacam as edificações educacionais e institucionais no estilo eclético, além do acervo religioso. Podemos citar como exemplos importantes o Ginásio Leopoldinense – atual Escola Estadual Professor Botelho Reis, tombado em nível estadual – o Fórum; a catedral São Sebastião; a Prefeitura Municipal – uma das últimas construções de genuíno padrão colonial existente na sede. Pode-se citar também edificações particulares, como o Cine Teatro Alencar, de 1886, as casas comerciais dos imigrantes árabes e o harmonioso conjunto residencial assobradado da rua Barão de Cotegeipe. Alguns dos exemplares adquiriram usos públicos, como a casa em que o poeta paraibano Augusto dos Anjos viveu seu último ano e morreu, e onde atualmente funciona o Espaço dos Anjos – um misto de museu e espaço cultural –, e o Espaço Cultural da Cia. Força e Luz Cataguases/ Leopoldina, um local de encontro social e de excelentes exposições de artes plásticas e música.



Figura 1.3 - E. E. Prof. Botelho Reis



Figura 1.4 - Prefeitura Municipal



Figura 1.5 - Edificações Rua Barão de Cotegipe



Figura 1.6 - Edificações Rua Lucas Augusto

Grande parte dos imóveis preservados, principalmente os do início do século XX, possuem dois pavimentos, recebendo uso comercial ou de serviços no térreo, e residencial acima. Outros tantos, de todo o período, são construções térreas. Há ainda vários exemplares nos estilos: colonial, decó, chalé, enxaimel e neocolonial.

A presença da arquitetura modernista na cidade é pobre, principalmente se comparado com Cataguases, mas é possível apontar bons exemplares, alguns pertencem ao protomoderno e outros ao modernismo propriamente dito. Pode-se citar a agência de automóveis Ford e o Cine Brasil; a anterior praça Félix Martins antes da mutilação; a agência de autos e posto Imperial, o Banco do Brasil, algumas residências, o atual Colégio Imaculada Conceição e o Bazar René. Há alguns grupos escolares, como o Grupo Escolar Omar Rezende Perez, o grupo do bairro da Onça e o prédio da antiga Escola Parque Complementar, do sistema educacional de Anísio Teixeira, hoje o CEFET. Importante também é o conjunto de residências dos operários da fábrica de tecidos, importante na

economia da cidade a partir do pós II Guerra, porém hoje com poucos representantes originais, já que a maioria sofreu grandes intervenções.

Um dos espaços mais interessantes da cidade é a antiga “Praça dos Urubus”, atual Praça Gama Cerqueira, um autêntico nó de comércio e sociabilidade urbana, localizado na confluência das ruas Tiradentes, 7 de Setembro, ladeira das Estabocas e Carlos Luz – antiga rua Nova, onde se encontra um dos mais antigos prédios comerciais, o prédio dos Neder, entre outras construções com interesse de preservação. Por ser um ponto de convergência de pessoas e atividades (com seu comércio, bares, ponto de ônibus e pracinha, a jogatina de baralho, o dominó dos aposentados e tradicional ponto de encontro para as festas no Clube Cotubas), o local foi escolhido para o resgate das autênticas festas carnavalescas de rua com a apresentação de bandas.

Em relação ao traçado urbano, tanto da sede quanto dos distritos, este é inteiramente orgânico, como a maioria das implantações históricas dos núcleos urbanos. Foi constituído aos poucos, a partir da ocupação do fundo de uma bacia espremida pelos morros. Alguns bairros ocuparam regiões planas, como o Bela Vista, que cresceu no vetor norte seguindo o leito do ramal da antiga estrada de ferro, já desativada para Vista Alegre. Outros seguiram a rodovia Rio-Bahia, sentido Muriaé, a partir dos anos de 1960. É seguindo essa direção na rodovia, nessa mesma época, que já na área rural surge o bairro Fortaleza, devido à construção e instalação ali da Escola Preparatória de Professores, mais um valioso e autêntico prédio da lavra modernista, também lamentavelmente abandonado.

Alguns bens de grande referência para a população foram demolidos, como a capela do antigo Colégio Imaculada e a antiga Igreja Matriz, na Praça Dom Helvécio, esta para construção da Catedral, na década 1930. Outro exemplo é a Igreja do Rosário, a primeira igreja construída na cidade no núcleo geográfico histórico, ainda na transição dos séculos XIX para o XX, tendo sido edificada originalmente em tijolo adobe. Porém, o templo foi totalmente demolido, exceto a torre central, e substituído em 1962 por um exemplar em estrutura de concreto. Outros muitos foram descaracterizados, como o casarão da rua Cotegipe onde ficou hospedado D.Pedro II, o clube Leopoldina e a Escola Estadual Ribeiro Junqueira. Foram também realizadas modificações significativas no parque Félix Martins, descaracterizando-o por completo, como com a colocação de balaustrada clássica no coreto em estilo modernista que identificava a praça.

Nos distritos se encontram os significativos exemplares das estações ferroviárias, tombadas em nível municipal, constituindo importante registro do desenvolvimento do município. Todas as edificações possuem a mesma tipologia e tratamento simples, sendo interligadas pela antiga estrada de ferro Leopoldina Railway, a qual foi criada para o transporte do café ainda no século XIX. Em Ribeiro Junqueira, por exemplo, a malha urbana se desenvolveu a partir e em acompanhamento da linha férrea oportunizada pela topografia do vale. Infelizmente, a estação ferroviária da sede foi demolida em meados de 1960.

Em relação ao restante do acervo dos distritos, este difere da sede, na medida em que é composto por muitas sedes de fazendas cafeeiras do século XIX e início do século XX. As edificações são um capítulo à parte, pois embora construídas com singeleza estrutural, sem muitos adornos, são notáveis e belos exemplos de um vasto patrimônio arquitetônico vernacular. Alguns exemplos importantes são a Fazenda Niagara – que possui mais de cem janelas, capela, imensos salões e senzala - a Fazenda Mato Dentro e a Fazenda Abaíba, entre vários outros. A maioria das edificações lamentavelmente encontra-se em precário estado de conservação. Existe também nos distritos casario colonial, ainda não inventariado.



Figura 1.7 - Distrito de Piacatuba



Figura 1.8 - Fazenda Paraíso

A presença religiosa também é marcante, havendo igrejas e capelas em todo o município. Em Piacatuba encontra-se um belo exemplar da arquitetura religiosa, a igreja Nossa Senhora da Piedade, uma autêntica construção pertencente ao barroco tardio com significativo acervo móvel e que domina o povoado do alto. No mesmo distrito fica a Torre da Cruz Queimada, um prédio de alvenaria de barro, em estilo eclético, construído em 1928 para abrigar uma cruz chamuscada num lendário episódio do início do vilarejo, ainda em

meados do século XIX. Este é objeto de significado religioso, reconhecido como milagroso pela população e é o motivo da principal festa do lugar, a qual atrai muitosromeiros.

Ainda em Piacatuba existe também a “Rua das Pedras”, um legítimo calçamento de pedras chapadas do século XIX, com a sarjeta de escoamento central, em capistrana. No mesmo distrito há também a Usina Maurício, construída em 1906, sendo que esta foi a primeira hidrelétrica da empresa Cataguases-Leopoldina e hoje abriga o Museu da Eletricidade, num belo prédio em estilo eclético.

Em Abaíba, além da estação ferroviária e de um casario com valor histórico, há também a capela de Santa Isabel que, além de uma bela construção de tijolos de barro do início do séc. XX, possui belos altares e a imagem da santa padroeira. Em Tebas existem ricos exemplos de construções civis dos séculos XIX e XX.

1.2.3.1.2 Bens móveis e integrados

A grande maioria do acervo de bens móveis e integrados de Leopoldina e seus distritos é composta por peças sacras, com origem a partir do século XVIII e localizada atualmente nas igrejas.

Nos templos localizados no distrito-sede há várias imagens sacras e objetos litúrgicos. A única peça remanescente da primeira Capela de Nossa Senhora do Rosário, dos primórdios da localidade, é uma imagem de São José mantida no novo templo, construído em substituição ao primitivo. A escultura do Divino é o único entalhe da antiga igreja.

O acervo mais expressivo, porém, fica na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, no distrito de Piacatuba, e é composto por retábulos e imagens que remontam ao século XIX e ao estilo rococó. No distrito de Abaíba, a Capela de Santa Isabel conserva conjunto de talha digno de destaque e representativo de um período de transição entre os estilos rococó e neoclássico.

Ainda no distrito-sede, existe o museu “Espaço dos Anjos”, que reúne objetos pertencentes ao poeta paraibano Augusto dos Anjos, que viveu na cidade em 1914, ano de seu falecimento. São também expostos objetos relacionados à história do município, muitos deles fruto de doações de moradores da cidade, o que vem imprimindo à instituição o papel de museu histórico municipal.



Figura 1.9 - Altar Igreja Matriz de N. Sra da Piedade - Piacatuba



Figura 1.10 - Imagem Igreja do Rosário

1.2.3.1.3 Sítios Naturais

Leopoldina situa-se exatamente na serra dos Puris, nome das tribos de linhagem botocuda, que dominaram a região até meados do século XIX.



Figura 1.12 - Usina Maurício



Figura 1.11 - "O Gigante que Dorme"

A cadeia de montanhas, rios e riachos, vales e várzeas, além das inúmeras cachoeiras e cobertura vegetal remanescente da Mata Atlântica e de matas ciliares, conferem ao local

uma bela paisagem, propícia ao ecoturismo. O elemento dominante da cidade e parte integrante da serra dos Purís é o Morro do Cruzeiro, a mais notória referência geográfica da região. Trata-se de uma imensa pedreira monoteca de granito escuro com mais de duzentos metros de altura. Nesta pedreira encontra-se a segunda melhor pista de salto e vôos de esportes aéreos do estado, ficando atrás somente do Pico do Ibituruna, em Governador Valadares. Ali também se encontra a cachoeira da COPASA.

Na sede existe um horto florestal, equipamento que possui potencial para tornar-se um parque ecológico de lazer para a cidade. Na fazenda Lajinha há uma reserva biológica com área de preservação de 369 hectares, desde 1974. Além disso, no entorno da cidade existem várias áreas verdes que tiveram a cobertura original desmatada. Isso faz com que esses locais mereçam atenção especial, podendo ser transformadas em Áreas de Preservação Ambiental (APA's), de modo a preservar o meio ambiente e a beleza natural da região.

Ainda dentro da sede encontra-se um recurso hídrico de extrema importância histórica para o abastecimento da cidade, que é a mina da Estaboquinha, que há mais de um século serve à população. Como os chafarizes de nossas cidades coloniais, tal mina é digna de um tombamento e revitalização.

Mas são nos distritos e na área rural que encontra-se a maior expressão do patrimônio natural. No distrito de Piacatuba encontram-se as cachoeiras da Poeira D'água e Véu da Noiva, a represa da Usina Maurício, os rios Novo e Pardo e a exuberante vista da cadeia de montanha "O Gigante que Dorme", na divisa com os municípios de Itamaraty e Astolfo Dutra. Por esses motivos já existe um significativo movimento turístico regional oriundo das cidades vizinhas.

No distrito de Tebas há o Pico do Amor e a Cachoeira da Glorinha. Em Providência encontra-se a Pedra Agulha, um imenso monólito de granito escuro, típico de toda região, além da Cachoeira da Soledade. No povoado Palmeiras ficam a Serra dos Barbosa e a Serra das Virgens.

Em Providência iniciou-se um movimento de transformar as antigas fazendas cafeeiras em hotéis-fazenda, como foi feito na Fazenda São Pedro. Esta experiência pode incentivar o

turismo ecológico sustentável, de modo a divulgar ainda mais o patrimônio natural municipal.

Finalmente, oriundo da Serra da Mantiqueira, passando por quase todos os municípios da Zona da Mata mineira e dividindo o município de Leopoldina e Itamaraty de Minas, corre o famoso rio Pomba, de significativo volume d'água piscoso e com corredeiras para a prática de esportes radicais e pesca.

1.2.3.1.4 Manifestações culturais

As manifestações culturais existentes na sede e demais distritos se referem primordialmente a festas religiosas tradicionais, como as realizadas em honra aos padroeiros, festas juninas, além da festa de Maria - onde se apresentam os grupos de folia-de-reis, mineiro-pau e cavalhadas, sendo estes dois últimos raros. Essas manifestações têm origem na época da expansão cafeeira.

Mas é a partir da década de 1930 que acontece a maior festa da cidade, a Exposição Agro-Pecuária. É a mais antiga do país no gênero, já em sua 77ª edição e que atualmente acontece em recinto próprio: um grande prédio e parque de significativo valor arquitetônico para a cidade, construído nos anos de 1940. É neste local que ocorrem as mais recentes festas populares, já a partir dos anos 1990, que são a Feira da Paz e a Exposição do Cavalo Mangalarga Marchador. A raça, tipicamente brasileira, possui muitos criadores no distrito de Abaíba.

O carnaval também sempre foi uma concorrida e efervescente festa popular da cidade, mas que entrou em decadência a partir dos anos de 1980, só iniciando uma reação a partir de 2000, com o retorno de bandinhas carnavalescas e bailes de rua. A emblemática "Pracinha dos Urubus" é um dos focos principais do resgate desta genuína manifestação popular.

Uma das manifestações culturais da cidade é a produção de doces de diversos tipos - em barras, finos, bombons, doces em calda, compotas, pastas, todos de comprovada qualidade pela excelente aceitação no mercado da região e de outros estados. No distrito de Tebas é produzido o tradicional doce de manga Lajinha, sendo que o local é o que mais conserva tradição na produção desses doces caseiros em pequenas fabriquetas familiares. Mas também em outros distritos existe a produção de doces de excelente qualidade. Na

sede também se encontram conhecidas e excelentes doceiras, conhecidas inclusive em outros estados.

Além dos doces, a culinária do município tem sua marca tradicional nos famosos traíra sem espinho, rãs ou lambaris fritos, encontrados principalmente em restaurantes temáticos, tanto na sede quanto nos distritos. Em Providência é produzida carne de sol de grande aceitação na região e nos grandes centros.

Por fim, coerente com sua principal força produtiva, a cidade produz através da Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina, LAC, derivados do leite como queijo, doce de leite, iogurte, manteiga.

O artesanato local é bastante diversificado, apresentando trabalhos em fios (bordados, crochê e tricô), em barro (cerâmica), brinquedos, etc. Estes são exibidos junto com a produção doceira na já consagrada e concorrida feirinha que acontece nos sábados pela manhã na Praça General Osório.

No entanto, toda essa produção cultural/econômica necessita de maior incentivo, de modo a ter uma atuação sistemática, competitiva e com melhores retornos culturais e financeiros para o município.

1.2.3.1.5 Patrimônio Arqueológico

O patrimônio arqueológico de Leopoldina não foi ainda descoberto e registrado. Porém, como a região foi habitada durante muito tempo pelos índios Purís, provavelmente existem vestígios desta ocupação. Há alguns anos, quando da construção do auto-posto Purís, na sede, foram descobertos objetos confeccionados e utilizados pelos índios, porém esses se perderam. Assim, cabe uma investigação aprofundada sobre os registros dessa ocupação.

1.2.3.1.6 Arquivos

Na sede foram inventariados o arquivo municipal, do fórum, arquivo do fórum, arquivo do cartório do 1º ofício de notas e arquivo da câmara municipal. Há também arquivos particulares de famílias, que devem ser descobertos e registrados.

1.2.4 Bens tombados – sùmula

LEOPOLDINA – BENS TOMBADOS							
BEM TOMBADO	ENDEREÇO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	DECRETO	DATA	UTILIZAÇÃO ATUAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Escola Estadual Professor Botelho Reis		Estadual		12/03/96	Institucional	Bom	Eclético
Escola Municipal Ribeiro Junqueira	Pça. Fc.o Pinheiro Correia de Lacerda, 47	Municipal	1435-C	12/04/99	Institucional	Regular	Eclético
Prefeitura Municipal de Leopoldina	Rua Lucas Augusto, s/n	Municipal	1435-A	12/04/99	Institucional	Bom	Eclético
Estação de São Martinho		Municipal	1435-B	12/04/99			
Antiga Residência do poeta Augusto dos Anjos	Rua Barão de Cotegipe, 386 - Centro	Municipal	1435-D	12/04/99	Residencial/ Espaço Cultural dos Anjos (Dez/2005)	Ruim	Início do séc. XX Proteção proposta no dossiê de 2005: tombamento estadual integral
Estação Ferroviária de Vista Alegre	MG-1530	Municipal				Razoável (Dez/2005)	No dossiê de tombamento de 2005 não consta nenhuma proteção legal, e propõe-se o tombamento municipal.
Estação Ferroviária de Abaiba	MG-1528	Municipal	1752	30/11/2000	Residencial (Dez/2005)	Razoável (Dez/2005)	No dossiê de tombamento de 2005 não consta nenhuma proteção legal, e propõe-se o tombamento municipal.

Estação Ferroviária de Providência	MG-1533	Municipal	1753	30/11/2000	Institucional/ outros (Dez/2005)	Excelente (Dez/2005) Reformada em 1996	No dossiê de tombamento de 2005 não consta nenhuma proteção legal, e propõe-se o tombamento municipal.
Estação Ferroviária de Ribeiro Junqueira	MG-2006	Municipal			Destacamento policial. (Dez/2005)	Excelente (Dez/2005) Reformada em 2003	Propõe-se tombamento estadual no dossiê de 2005
Praça João XXIII	Praça João XXIII, Centro	Municipal			Comércio, serviços, outros (Dez/2005)	Excelente. Recentemente reformada	Proteção proposta no dossiê de 2005: tombamento estadual integral
Pça Félix Martins	Pça Félix Martins	Municipal	1754	30/11/2000	Praça		

1.2.5 Bens inventariados – súmula

O IEPHA realizou inventário no município entre 1995 e 1999, apresentado em 3 volumes. Entre os bens inventariados, cabem-se citar:

LEOPOLDINA - BENS INVENTARIADOS – IMÓVEIS						
BEM INVENTARIADO	ENDEREÇO	UTILIZAÇÃO ATUAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DATA DO INVENTÁRIO	OBSERVAÇÕES	
Residência/ Comércio	Rua Lucas Augusto, 2	Residencial/ Comercial	Bom	Nov/ 95	<i>Art déco</i> descaracterizado	
Residência	Rua Professor Manoel Lobato, 1	Residencial	Excelente (dez/95)	Dez/ 95	Eclético	
Residência/ Comércio	Rua Ribeiro Junqueira, 33. Esquina com Rua Presidente Carlos Luz, 352.	Residencial/ Comercial	Bom (dez/95)	Dez/ 95	Eclético	
Centro Espírita "Amor ao Próximo"	Rua Professor Manoel Lobato, 132	Culto Religioso	Bom	Dez/ 95	Eclético	

	Antiga Cia Fiação e Tecidos Leopoldinense	Rua 27 de Abril, 428. Esquina com Rua Francisco Andrade Bastos	Industrial	Bom (dez/95)	Dez/ 95	Eclético
	Chácara do Desengano	Rua Custódio Junqueira, 333. Esquina com Rua Rubens Duarte.	Residencial	Bom (dez/95)	Dez/ 95	
	Praça-Parque	Praça-parque Felix Martins	Outros	Ruim	Nov/ 95	
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 171/177	Serviço/ comercial	Bom (dez/95)	Nov/ 95	Eclético
	Residência	Rua Carlos Rubens de Castro Meirelles, 10/20	Residencial	Bom (dez/95)	Nov/ 95	Art déco
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 217/ 219/ 221	Residencial/ Comercial	Bom	Nov/ 95	Eclético
	Clube Leopoldina	Praça Professor Botelho Reis, esquina com Rua Lucas Augusto, 13	Outros	Bom	Nov/ 95	Eclético
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 318/ 320/ 322/ 324/ 330	Residencial/ Comercial	Bom	Nov/ 95	Eclético
	Residência	Rua Barão de Cotegipe, 438	Residencial	Regular	Dez/ 95	Colonial tardio
	Residência	Rua Barão de Cotegipe, 424	Residencial	Bom	Dez/ 95	Chalé
	Residência	Rua Gabriel Magalhães, 8. Esquina com Praça Professor Botelho Reis, 80/92	Residencial/ Comercial	Bom (dez/95)	Nov/ 95	
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 15	Residencial/ Comercial	Ruim	Nov/ 95	Eclético
	Residência/ Comércio	Praça General Osório, 67. Esquina com Rua Plobio Cortes de Paula, 437.	Comercial	Ruim	Nov/ 95	Eclético
	Residência	Praça Félix Martins, 6. Esquina com Rua José Perez	Residencial	Bom	Dez/ 95	Chalé
	Residência	Rua Custódio Junqueira, 77	Residencial	Bom (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Residência	Rua Presidente Carlos Luz, 540	Residencial	Excelente Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Capela de Santo Antônio	Bairro da Onça	Culto Religioso	Bom (Nov/ 95)	Nov/ 95	

	Residência	Rua Presidente Carlos Luz, 443	Residencial	Excelente (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Residência	Praça Professor Ângelo, 64	Residencial	Bom (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Banco Nacional	Praça General Osório, 10. Esquina com Rua Ribeiro Junqueira, 25/ 26.	Serviço	Bom	Nov/ 95	Eclético
	Residência/ Comércio	Praça General Osório, 43	Residencial/ Comercial	Bom	Nov/ 95	Eclético
	Residência	Rua do Moinho	Residencial	Excelente	Dez/ 95	Eclético
	Cine Alencar	Rua Barão de Cotegipe, 237	Nenhum	Regular	Nov/ 95	Eclético
	Residência/ Serviço	Rua Lucas Augusto, 88	Residencial/ Serviço	Bom	Nov/ 95	Eclético
	Conjunto Residencial/ Comercial	Rua Tiradentes. 65/ 67/ 73/ 83	Residencial/ Comercial	Regular (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Residência	Rua Joaquim Ferreira Brito, 77	Residencial	Excelente (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Residência	Rua Barão de Cotegipe, 171	Outros	Péssimo	Nov/ 95	Ruínas
	Residência	Praça do Rosário, 86/ 90/ 98/ 100	Residencial	Regular	Dez/ 95	Uma das últimas remanescentes Colonial, no entorno da Pça do Rosário.
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 279/ 281/ 285	Residencial/ Comercial	Bom	Dez/ 95	Colonial tardio
	Conjunto Habitacional	Rua Barão de Cotegipe, 149/ 150	Residencial/ Comercial	Regular (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 186/ 190/ 194	Residencial/ Comercial	Regular	Nov/ 95	Colonial tardio
	Residência	Rua 7 de Setembro, 53/ 59	Residencial	Regular (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Residência	Rua Barão de Cotegipe, 46	Comercial	Regular	Dez/ 95	Eclético
	União Beneficente Operária Leopoldinense	Rua Presidente Carlos Luz, 672/ 680	Residencial/ Serviço	Péssimo (Dez/95)	Dez/ 95	Neocolonial

	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 122/ 126	Comercial	Bom	Nov/ 95	Eclético
	Residência	Praça do Rosário, 124	Residencial/ Serviço	Bom (Nov/ 95)	Nov/ 95	
	Residência/ Comércio	Praça do Rosário, 23	Residencial/ Comercial	Bom	Nov/ 95	Colonial tardio
	Residência	Rua Gabriel de Magalhães, 96/ 98/ 100	Residencial	Regular	Nov/ 95	Eclético
	Residência	Rua Barão de Cotegipe, 30	Comercial	Bom	Dez/ 95	Eclético
	Residência	Rua José Perez, 27	Residencial	Bom	Nov/ 95	Neocolonial
	Residência	Rua Gabriel Magalhães, 44/ 50	Residencial	Regular	Nov/ 95	Eclético
	Hospital Municipal	Rua Padre Júlio, 138	Institucional	Bom	Dez/ 95	Neocolonial
	Residência	Rua José Perez, 4	Residencial	Excelente	Nov/ 95	
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 19/ 23	Residencial	s/r (Dez/ 95)	Dez/ 95	
	Residência/ Comércio	Rua Barão de Cotegipe, 65/ 69/ 75	Comercial/ Serviço	Bom	Nov/ 95	Enxaimel
	Residência	Rua José Perez, 13	Residencial	Bom	Dez/ 95	
	Residência (DEMOLIDA)	Rua Barão de Cotegipe, 96	Residencial	Excelente (Nov/ 95)	Nov/ 95	DEMOLIDA
	Residência	Barão de Cotegipe, 139/ 147	Comercial/ Serviços	Bom	Dez/ 95	Neocolonial
	Igreja Matriz de São Sebastião	Praça Dom Elvécio	Institucional	Excelente	Nov/ 95	Neo-românico Inserida no Perímetro de Proteção do Bem Tombado – EE Prof. Botelho Reis
	Capela de São Pedro	Praça Professor Ângelo. Esquina com Rua Oswaldo Vieira	Culto Religioso	Bom	Nov/ 95	Contém Bens Móveis
	Igreja Nossa Senhora do Rosário	Praça do Rosário	Culto Religioso	Bom	Nov/ 95	Contém Bens Móveis
	Fórum	Praça Félix Martins, 44	Institucional	Excelente	Nov/ 95	Contém Arquivo

1.2.6 Conclusões e recomendações

Leopoldina possui um vasto acervo patrimonial edificado, tanto na sede quanto nos distritos, correspondendo a maioria dos imóveis na sede a edificações civis de estilo eclético do período do apogeu do café, que marcou a cidade no fim do século XIX e início do século XX. Esse acervo foi inventariado pelo IEPHA em 1999, e alguns poucos deles receberam tombamento entre 1996 e 2005.

Apesar disso e da existência de leis que instituíram a proteção do patrimônio no Município a partir de 1996, as políticas de patrimônio são praticamente inexistentes no município, tendo o Conselho uma atuação esporádica e errática. Com isso, grande parte do patrimônio da cidade tem se perdido ou se descaracterizado, podendo-se identificar conjuntos mais homogêneos apenas em poucos trechos do centro na cidade, cabendo destacar o conjunto da rua Barão de Cotegipe.

Mesmo assim, notam-se ainda alguns exemplares significativos, e que poderiam ser objeto de proteção, que deveria ser pensada sempre em termos de *preservação de conjunto*, o que garantiria a homogeneidade da escala, quando essa ainda existir.

Além disso, cabe destacar a necessidade de se proteger alguns bens nos distritos, bem como o traçado e o conjunto em alguns deles.

A partir dessas considerações, apresentamos as seguintes sugestões a serem incorporadas nas propostas do *Plano Diretor Participativo* do município de Leopoldina:

- Retomar a atuação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina;
- Dotar o município de estrutura institucional de suporte para a atuação do Conselho, com contratação de profissional especializado para assessorar o mesmo;
- Instituir mecanismo de isenção de Imposto Predial e Territorial (IPTU) para os imóveis considerados de valor histórico e cultural;
- Instituir trabalho de educação patrimonial com objetivo de despertar a consciência local para o valor do patrimônio;

- Criar uma Zona Central no macro-zoneamento a ser proposto no Plano Diretor Participativo do município de Leopoldina, com objetivo de preservar a escala, os espaços públicos e os exemplares significativos da área;
- Prever a recuperação dos espaços públicos localizados na Zona Central;
- Prever ações para preservação e recuperação do patrimônio ferroviário, essencial na história da cidade;
- Prever a recuperação do Horto Florestal, espaço com potencial para área de lazer na cidade;
- Identificar o potencial do patrimônio natural do município, integrando-o com a recuperação das fazendas de café existentes no município, com vistas ao eco-turismo;
- Identificar as festas existentes no município, criando um calendário anual de eventos;
- Prever mecanismos de preservação para os distritos, envolvendo o seu traçado e casario, com especial atenção para Piacatuba;
- Incentivar o artesanato local, notadamente dos distritos e em especial a fabricação de doces, tradicional em Leopoldina;
- Criar o Arquivo Público Municipal, para organizar o patrimônio arquivístico do município, hoje em mau estado.

1.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.3.1 Fontes manuscritas

Correspondência da Presidência da Província.

1.3.2 Fontes impressas

BOTELHO, Leopoldina de outrora: Alguns elementos subsidiários da sua história. Belo Horizonte, 1963.

Governo do Estado de Minas Gerais. SECT. IGA. Limite Intermunicipal Leopoldina Itamarati de Minas. Relatório técnico, fevereiro de 2006, 28 p. ill.

Relatório que o Conselho da Intendência Municipal da Cidade de Leopoldina – MG apresenta... Leuzinger: Rio de Janeiro, 1892.

Relatórios dos Presidentes da Província.

Revista de Historiografia Muriaense. Muriaé

Coleção de cartografia colonial. Fundação Biblioteca Nacional.

1.3.3 Referências de fontes e arquivos a serem pesquisados

1.3.3.1 Sobre os indígenas

Além de uma infinidade de documentos, encontrados em arquivos como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, IHGB, Arquivo Histórico do Itamaraty, Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores e sua mapoteca, APERJ, Museu do Índio, Museu Nacional, MHN, SDGM, Arquivo Histórico do Exército, Museu Histórico do Exército, Cúria metropolitana RJ, Mosteiro de São Bento, Arquivo Provincial dos Capuchinhos do RJ, Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, Museu Casa de Benjamin Constant, Museu da Fazenda Federal, MIS RJ, MAM RJ, Academia Nacional de Medicina, Casa de Oswaldo Cruz, todos arquivos do Rio de Janeiro que contêm documentos com as palavras chave: Aldeamento, Botocudos, Puris, Coroados, Cuietes, Coropós, Rio Doce, Rio Pomba, Rio Pardo, Marlière, Constantino, Descimentos, Correrias, Zona das Mata, Minas dos Goitacazes, dentre outras.

Pode se encontrar também em Ouro Preto, na Casa dos Contos: Lista de trabalhadores da conquista de índios Coroado (1788-89) Constituição das tropas que combateram os Botocudos (1796-98). Conquista dos Arrepiados (1781-83), incluindo a abertura de estradas. Lista de despesas na conquista do vale do rio doce, com pagamentos de soldados, fardamento, gêneros e medicamentos enviados para a conquista dos “índios do cuieté” (1767-89), campanha de expulsão dos índios de Casca da margem direita do rio doce (1726), pagamento de cômruas ao capelão responsável pela conquista e catequização dos Arrepiado e ao vigário dos índios do cuieté, Domingos da Silva Xavier, irmão de Tiradentes,. Compra de rodas de fiar para uso de mulheres índias na vila do Pomba e Peixe. Diligências nos sertões de Macacú. Documentos diversos de despesas

para a manutenção de aldeia indígena em Cuieté, compra de fazenda para fardamento dos índios e pagamento a alfaiates.

Datas limite: 1700 a 1845

Organizado parcialmente e não totalmente microfilmado.

1.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRARA, Angelo. A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuidade: (1839-1909) UFF: Niterói, 1993.

CUNHA, Manuela C, org. "História dos índios no Brasil" Cia das Letras 1993, 2ed.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1975.

FRANCO, Afrânio de Melo. O apóstolo das selvas. Belo Horizonte, 1914.

FREIRE, José R Bessa, coord., "Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro" vol I e II, UERJ. 1995.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Editora Ícone, 1988.

IEPHA. IPAC MG Leopoldina Belo Horizonte, IEPHA, 1999.

JOSE, Oiliam. Marlière, o civilizador. Belo Horizonte: Itatiaia. 1956.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e colonização da Mata Mineira no século XVIII. (disponível em www.historica.arquivo.sp.gov.br) LIBBY, Douglas Cole. Transformação do trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, R.B. A economia escravista em MG no século XIX. Belo Horizonte, 1980.

PICANÇO, Francisco. Viação férrea do Brasil; descrição técnica e estatística de todas as nossas estradas de ferro. Rio de Janeiro, Tip e Lit. de Machado e C, 1884.

PRADO JUNIOR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo. Brasiliense; Publifolha, 2000.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. Minhas Recordações. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

1.5 ANEXO

Transcrição de documento de 1810 que mostra a importância da proximidade da bacia do Rio Doce ao norte e do rio Pomba que ligava a atual Zona da Mata à Campo dos Goitacases. Nessa vasta região circulavam indígenas e contrabandistas visados pela Corôa. O controle dos deslocamentos pela via fluvial é um dos desafios da corôa portuguesa e marcará a primeira ocupação da área que denominamos Zona da Mata.

Cópia

1810

Sendo o Rio Doce hum dos primei =/ ros que se conheceo, e Navegou logo depois do Des =/cobrimento do Brasil, sobindo [sic] por elle Sebastião / Fernandes Tourinho, e Antonio Dias Adorno, no =/ principio do Reynado do Senhor Rey Sebastião, / athe hoje se não tem franqueado a sua Navega=cão; nem tão pouco se tem conhecido os muitos / Rios auxiliares, que o enriquecem; e tanto hum / como outros terião decezivamente [sic] felicitado as / Ricas Capitancias de Minas Geraes, e do Espí =/rito Santo. Mas o Céu guardava para / augmento [sic] da Gloria do Nosso Augusto Sobera =/no depois que veio falicitar com a sua Real / Prezença este grande Continente a franquear =/ se a Navegação de Rios tão interessantes, por / meio dos quaes as Cidades, e Villas do Centro do / Brasil se comonicarão [sic] com os Portos de todos / os Impérios, e Reynos do Mundo = Mui =/tos, e mui diferentes tem sido os pareceres da/quellas Pessoas, que sem conhecimento ocular / da Navegação do Rio Doce, e dos obstáculos que/ a embarção, formavão planos, já para se re =/ moverem, e destruírem as Caxoeiras, e obstacu =/ los, fazendo-se Diques, e Canaes, já para se / impedirem os ataques dos Gentios; outros ainda / que tinham navegado aquele Rio, e visto as / suas Caxoeiras, com tudo não podiao conhecer / os meios de removerem obstáculo algum, pois/ lhe faltavam os conhecimentos precizos. Es =/tas e algumas outras razoes fizeram que / desde o anno de 1800, tempo em que se forma =/rão os Quartéis de Souza, e Lorena, e se fez/ a Divisão das duas Capitancias, estabele =/ cendo-se Destacamentos para servirem de / Registro [V^{oe}], o Commercio das duas Capi =/

[fl 1v]

Capitanias não tivesse até hoje augmento [sic] algum, nem tão pouco os Estabelecimentos de Agricultura, e Mineralização, os quaes de =vem sempre mazelar a paz da Navegação, e / Commercio do mesmo Rio = O governo / da Capitania de Minas Geraes sempre duvidoso / de quaes serão os meios que adoptaria para / conseguir tão importante obra, ora estabelecia / Destacamentos ora os levantava faltando – lhe / sempre o conhecimento ocular, ou de Pessoa de / confiança, e inteligência, que cabalmente lhe/ fizesse ver os meios que se devião adoptar, e as =/ sim tem decorrido quaze 10 annos, sem que / os Povos de huma, e outra Capitania tenham / recebido interesse algum de tão interessante Na = =vegação, dispendendo com tudo a Real Fa =/ zenda grossas som/mas em formar Quartéis / fazer canoas, e já entretendo Destacamentos, / Fieis, Canoeiros, existindo do mesmo mo =/do, como talvez existirão a muitos séculos os / obstáculos que hoje existem, e dificultão aquel=la Navegação = A navegação do Rio /Doce, de sua Barra, até o Porto de Souza, he / franca , e boa, e pouco abaixo do Quartel do dito / Porto de Souza admite Barcaças que podem / velejar, e mesmo bordejar. O tempo que se / gastará nesta Navegação não se pode calcular / exactamente; pois a maior, ou menor porção / de água, e vento influe ma maior, ou menor / velocidade das Embarçaõens, e por consequen =/ cia no espaço corrido em certo tempo dado. /

Mas regularmente huma canoa varjada / gasta 5, a 6 dias do Porto da Regência ao de / Souza, e deste a quelle [sic] 2. A sua Car/ga he de 90, a 100 arrobas, e de huma Barcaça, de 800, a 1000.

Pouco assim = /

[fl 2]

acima do Quartel de Souza, até a Nativi =/ dade, he que existem as 5 Caxoiras, denomina =/ das as Escadinhas, as quaes occupão, o espa =/co de duas, a duas legoas e meia. Estas de =/ modo algum podem ser totalmente destruí =/das, e tão pouco podem abrir canaes, pois as / Rochas, e Montoens de Pedra que existem nas/ margens do Rio, e de que he formado o seo lei =/ to impedem a factura de qualche [sic] que o / mais hábil Hydraulico alli quizesse dirigir; pois o augmento do volume de agoa de amis de / 30 palmos nas grandes cheias o seo pezo, e velo =/ cidade adquirida no plano inclinado por onde /

corre destruição, e arruinarão os Canaes, Di =/quês, que se formassem nas ditas Caxoeiras; / sendo preciso, enormes Sommas pecuniárias / para se formarem, e iguaes despesas para se / conservarem. Mas attentas as razões q/ vou a expor, a existência das ditas Caxoeiras / pouco ou nada podem influir no Commercio / das duas Capitania, o qual ganhará muito / em se permutarem alli os gêneros; a Navega =/ ção será mais fácil, e todos os mais Estabelecimentos farão hum rápido progresso = Se / a navegação de todo o Rio Doce admittisse Bar / ças, as Caxoeiras das Escadinhas Lhe servi =/ rião de hum grande obstáculo: Mas como -/ muitos lugares do Rio que pertencem a Capi =/ tania de Minas Geraes só admittem Navega =/ ção de Vanôas, sempre no ultimo destes se de =/ verão baldiar os gêneros para Barçaças. / Pois bem: Se a Natureza estabeleceu a Na =/ vegação deste Rio, bem como de cabotagem / (por assim me exprimir) fazendo o Com =/ mercio de Porto, a porto em Embarçaçoens Cos = / teiras; por que se não fará o Commercio = /

[fl 2v]

Commercio de tão Rica Capitania em Canoas / na parte do Rio, em que estas podem Navegar / e em Barçaças na quella, em que o Rio as/ admite. O lugar mais conveniente para se / poderem baldear os gêneros de huma para ou =/ tra Embarçação, he sem duvida nos limites das / duas Capitania, e baldeando-se os gêneros, / por que se não permitirão logo. Permu =/ tando-se, as grandes Caxoeiras das Escadinhas, / ficarão como negativas a bem do Commercio, e / Navegação; de que Resultarão grandes vanta =/ tagens a agricultur, Mineralização, Povoação, / e extinção do gentio, e ao mesmo Commercio, e / Navegação = Formando – se no Porto da Na =/ tividade, que fica acima das Escadinhas, Arma = / zens para se Receberem todos os Gêneros de impor = / tação, e exportação, as canoas de Minas Che = / gando aquelle Porto não terão demora alguma / se não em permutarem, ou venderem as suas / carregações. Nos Armazéns que já exis = / tem no Porto de Souza se receberão igualmente / os gêneros de importação, ou os já permutados, / não tendo demora alguma as Embarçações / que dalli navegarem até a foz do Rio se não / a entragar as cargas nos Armazéns, e receber / aquellas, que alli estiverem já permutadas, ou / vendidas. Feitos estes estabelecimentos, e / concluída a Estrada do Quartel de Souza / para o da Natividade pela qual possão na = / dar Bestas, carros, ou carroças, etas de ma = / nhã [sic] conduzirão os gêneros, que estiverem / depositados nos Armazéns de Souza, e

de / tarde voltando conduzirão aquelles já per = / mutados ou comprados, que existirem nos
/ Armazéns da Natividade = Posto isto, o / Commercio se augmentará mais, e mais, /

[fl 3]

e mais, pois a permuta dos gêneros se fará / em menoz [sic] tempo, e os viscos, e
despezas se / dividirão entre os Negociantes de Minas, que / alli fazem negociar com a
quelles, que na quelle / mesmo lugar formarem Estabelecimentos.

A navegação será mais fácil por ser fei / ta em menos tempo, em diferentes Embarçaço= /
ens, e por Canoeiros Práticos das duas partes do / Rio e adoecerem menos do que se
fizessem to = / da = A agricultura terá gran = / de augmento no porto de Souza, e Natividade,
/ não só pelo terreno ser muito productivo, como / pelos Estabelecimentos, que
imediatamente / alli se farão para criação [sic] de Bestas, Bois [Vce], e pela
concurrência [sic] de Comerciantes Fazen = / deiros [Vce]. Em pucos annos os dous
Quartéis / serão grandes Aldeãs, ou Villas. Do aug = / mento da População vem os
estabelecimentos da / Mineralização nos Rios Guandu, e Mai – Nassú / Rios em Minas de
Ouro (como he constante) ; e / todos estes estabelecimentos contribuirão muito / para a
civilização do Gentic, ou serem affugenta = / dos da quelles productivos, e auríferos
terrenos, ou / para sua total exticção; e desta maneira fica / obviado o grande obstáculo das
Caxoeiras das / Escadinhas, rezultando as vantagens assima / ditas = A Nave – gação do
Porto da Na = / tividade até a Barra do Rio Cui – eté, ainda / que tem a vencer as muito
pequenas difficul / dades da Caxoeira do Inferno, e passagem do / M = / com tudo em toda
a Estação do anno se / pode navegar, sem ser necessário descarregar / Canoas [F^a] em
duas horas dez canoas passa = / rão aquelles dous [sic] pequenos obstáculos, só / com o
trabalho de serem puxados por cabos / ou Sipóz

Trez, a trez dias e meio, he - /

[fl 3v]

he o tempo, que regularmente se gasta da / Natividade ao Cui – eté. O augmento dos /
estabelecimentos tanto do Arraial do Cui – eté, como do Destacamento, que existe na
Barra / será de mui grande vantagem a Navegação, / commercio do Rio Doce, como
igualmente, / Agricultura, Mineralização, e Povoação - / pois o seo terno, he o mais

productivo, / e aurífero que se conhece. Da Barra do / Rio Cui – até, a foz do Rio Sussuhi Grande, se / gasta dia e meio, sendo a Navegação a mais / franca, e bôa. Este Rio enriquecerá igual = / mente a Comarca do Srro do frio, até Minas / Novas, donde se exportarão os seos bellos al = / godões por muito menos preço do que hoje se / exportao; como todos os mais generos de expota = / tação, recebendo em troco, e a melhor mercado / os gêneros de consumo. A Navegação in = / teressante deste Rio se deve animar o mais / possível. Fazendo – se Quartéis, Destacamen = / tos, e todos os mais estabelecimentos que se / julguem precisar = De Sussuhi Gran = / de a Caxoeira do Boguari se gasta dia, e / meio; e em toda esta navegação se não encon = / tra Caxoeira, ou diffculdade exeptuando, a / passagem da Figueira, cujo pequeno obsta = / culo ficará Removido tanto que se quebrem / duas pedras; o que he da maior facilidade / possível, e hoje mesmo he hum obstáculo de / tão pequena monta, que dez Canôas a pas=/sarão em meia hora = A Caxoeira / do Boguari ainda que fosse possível o des = / truir – se (o que se não conseguiria) sem des = / pezas enormes, e grandes deffculdades/ nun = / ca já mais se devia fazer, pois he bem de = /

[fl 4]

de suppor, que se descobrissem outras Caxo = / eiras que igualmente impedissem a navega = / cão; e para que se – hão de fazer despesas pe = / cuniarias, e expor a novas diffculdades ha = / vendo hum meio bem fácil de se obviar aque =/ le obstáculo = e vem a ser. Mudar – se o Quar = / tel que existe no Ilhote do Boguari para ter = / ra firme no lugar mais Conveniente, fazendo = / se franca a Estrada que alli se mandou a = / brier, de modo que possão andar carrinhos / de mão, ou mesmo carros, ou carroças. Posto isto, as canoas que Navegarem do Porto da / Natividade até a dita Caxoeira, logo que / alli chegarem serão immediatamente descar = / regadas, e as suas cargas conduzidas nos di=/tos carrinhos, ou carros, até o cimo da Caxo = / eira, aonde se embarcarão em Canoas que / alli sempre devem existir. E como a distan = / cia do principio da Caxoeira ao fim, apenas / será de dous tiros de bala de mosqueteira, em / muito pequeno espaço de tempo, as cargas se = / rão baldeadas de humas canoas, para / outras; e praticando – se o mesmo com as que / descerem de cima, ficara desta maneira ob = / viado o embaraço da Caxoeira do Boguari, / resultando ao mesmo tempo destes estabela = / cimentos grandes vantagens a agricultura, / e Povoação do Rio Doce; e tanto huma co/ mo outra, por todos os modos se deve sempre

/ animar = Da Caxoeira do Boguari, / a Barra do Rio de Sancto Antonio dos Fer = / ros se
gasta pouco mais de hum dia. A = / Navegação deste Rio se deve animar o - / mais
possível; assim como todos os seos es = / tabecimentos; pois virá a ser hum Canal /
Riquezas para as duas Comarcas do Sa = /

[fl 4v]

Sabará, e Serro do Frio = da Barra / do Rio de Sancto Antonio, a Caxoeira Escu = / ra, se
gasta menos de hum dia; e toda a / Navegação de hua Caxoeira a outra, he a / mais franca,
e boa, podendo mesmo Navegar / grandes Barcaças. O obstáculo desta Ca = / xoeira será
facil destruir – se, com muito pe = / quena despeza, abrindo – se hum Canal da / parte de
LEste, o qual terá a extensão de / hum tiro de bala de mosqueteria, e logo / que abrir o
Cannal, Quartel da Caxoeira / escura deverá passar para aquella parte / para proteger a
Navegação, e Commercio [Vce]

Mas em quanto se não abrir o doto Canl, / os mesmos estabelecimentos que se devem fa
= / zer na Caxoeira do Boguari, igualmente / se devem fazer nesta. = Da Caxoeira / escura
á Barra do Rio Piracicaba se gás = / ta hum dia, e sobindo por este Rio, até o Por = / to das
Canoas, dia e meio. Neste Porto se / deve estabelecer hum Destacamento, ratificando – se
o Quartel, que alli existe, e / formar alguns Armazéns = Desta / Maneira não só a
Navegação do Rio Doce, e de todos aquelles que o enrique = / cem teraohum Rápido
aumento, como / o Commercio, Agricultura, Mineralização / de todas as Comarcas do
interior do Bra = / zil; pois he bem sencivel; a grande differen = / ça da despeza que hoje se
faz na im = / portação de todos os gêneros, a quella que / se fará pelo Rio Doce. Huma Ca
= / noa conduz a Carga de 10, a 11 Bestas, e / custa 160 000 r\$ a 180 000, não fazendo di =
/ ariamente despeza; e huma Bes = / ta custando 400 000, á 500 000 r\$ faz a des = /

[fl 5]

despeza diária de milho, ferragem, apare = / lhos [Vce] aressendo, que huma Canôa
du = / ra muitos annos, e as Bestas morrem, e ado = / ecem com muita facilidade nas
grandes / e dificultozas viagens, principalmente, no tempo das agoas. = Rio de Janeiro 18
de Julho de 1810 = Manoel Vieira de Albu = / querque Tovar

Guilherme Cypriano de Souza

2 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DE LEOPOLDINA

2.1 APRESENTAÇÃO

Este capítulo apresenta o diagnóstico preliminar elaborado pelo Grupo do Meio Ambiente baseado nas observações e consultas bibliográficas *preliminares* efetuadas no período de junho a julho de 2006.

O grupo de meio ambiente divide-se em três sub-grupos que contemplam estudos sobre a habitação, o conforto ambiental e os elementos da paisagem, tanto rural quanto da paisagem urbana.

Este relatório apresenta o diagnóstico preliminar que baliza as discussões e propostas para a audiência pública do dia 22 de julho de 2006, conforme estabelecido pela Lei 10.257 que rege o Estatuto das Cidades.

2.2 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

A seguir serão apresentados os dados básicos do município como localização, população, clima, dados geográficos e geomorfológicos.

2.2.1 Informações básicas

O município de Leopoldina localiza-se na Região da Mata do Estado de Minas Gerais. A área total do município abrange de 944,2 km², sendo o segundo mais extenso da microrregião da Zona da Mata, cuja sede está situada a 212 metros de altitude média, tendo como coordenadas geográficas de -21.47° latitude sul e -42.72° de longitude oeste.

A área do município está distribuída em cotas altimétricas situadas entre 200 m e 600 m.

2.2.2 Localização

O município dista 322 km de Belo Horizonte e limita-se ao norte, com Cataguases, a nordeste com o município de Laranjal, a leste com o município de Recreio, a sudeste com os municípios de Pirapetinga e Estrela Dalva, ao sul com os municípios de Volta Grande, Além Paraíba e Santo Antônio do Aventureiro, a sudoeste com o município de Argirita, a

oeste com os municípios de São João Nepomuceno e Descoberto e a noroeste com o município de Itamarati de Minas (ver Mapa 2.1 e Mapa 2.2).

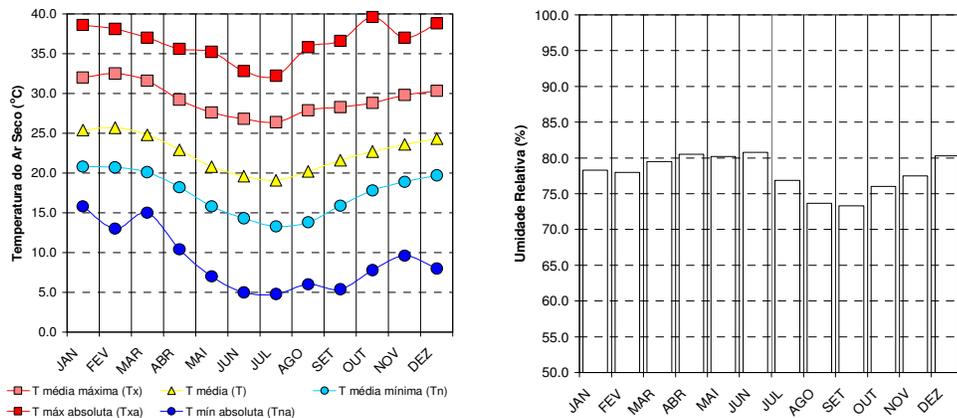
2.2.3 Clima

Leopoldina está localizada, segundo a Classificação Climática de Köppen, no domínio do clima quente tropical chuvoso, com temperatura média do mês mais frio acima de 18°C e distinta estação seca no inverno (Am). Os dados climatológicos do período de 1931-1960 (BRASIL, 1992)¹ mostram que a temperatura média normal anual é de 22,6°C, com extremos de 39,6°C e 5°C neste período. A temperatura média normal das máximas do mês mais quente, fevereiro, é de 32,5°C e a média normal das mínimas do mês mais frio, julho, é de 13,3°C. As amplitudes térmicas mensais variam de cerca de 11,5°C (no verão) a 13°C (no inverno). A umidade relativa média normal anual é de 77,9%, ocorrendo os valores médios mais altos durante o verão e os mais baixos durante a primavera.

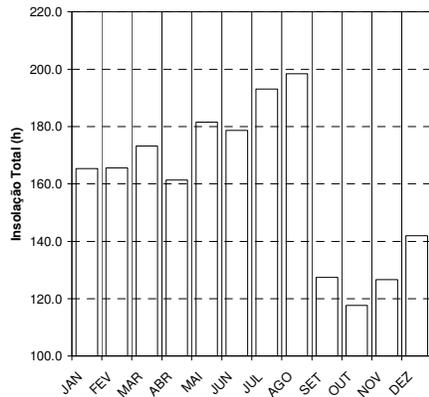
¹ BRASIL, Ministério Agricultura. **Normais climatológicas 1931-60**. 3.ed., Rio de Janeiro: 1984. 78p.

A média normal anual de precipitação total é de 1.266,3 mm, sendo dezembro o mês mais chuvoso (272,2mm) e julho o mais seco (13,8 mm). A média normal anual de insolação total é de 1.931,1 horas, sendo agosto o mês mais ensolarado (198,4 horas, cerca de 6,6 horas diárias de sol) e dezembro o que apresenta a mais baixa insolação (117,7 horas, cerca de 4,0 horas diárias de sol). O Gráfico 2.1 mostra os dados climáticos do período de 1931-1960.

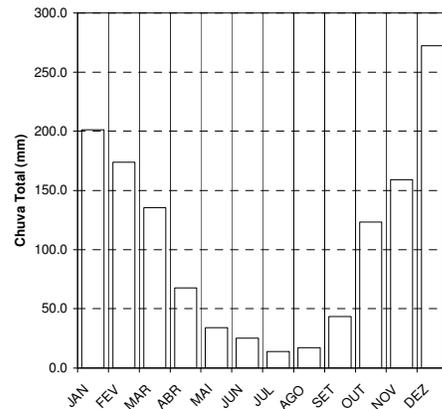
Gráfico 2.1 - Dados climatológicos de Leopoldina



Temperaturas médias do ar (°C)

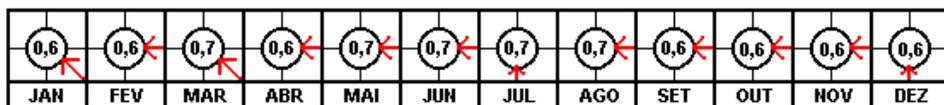


Umidade relativa média (%)



Insolação total média (h)

Precipitação pluviométrica total média (mm)



Vento, velocidade média dentro do círculo, direção predominante em vermelho

Os ventos dominantes têm comportamento relativamente constante ao longo do ano e são de baixa velocidade (abaixo de 1 m/s). As direções predominantes se situam no quadrante leste, com predominância de orientação leste, a qual ocorre durante oito meses. Durante os outros quatro meses restantes do ano, principalmente no período do verão, apresenta-se maior variabilidade, com ocorrência das orientações sul e sudeste.

2.2.4 População

A população total do município é de 43.493 habitantes², sendo que 6.604 deles encontram-se na área rural do município. Os habitantes remanescentes estão distribuídos nos distritos de Piacatuba, Tebas, Vista Alegre, Ribeiro Junqueira, Abaíba, Providência e nos povoadas de Santana, São Martinho, Arraial dos Montes, Cruz Alta, Colônia do DER, Boa Sorte, Vargem Linda, Usina Maurício e Vieira Lemos.

2.2.5 Hidrografia

Aspecto de destaque neste município é a sua intensa rede hidrológica, presente na forma de inúmeros rios, córregos e ribeirões (ver Mapa 2.3).

A rede hidrográfica do município integra a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul³, destacando-se os rios Pirapetinga e o ribeirão Feijão Cru. Por outro lado, os rios Novo, Pardo e os ribeirões Roça Grande e Jatobá são tributários do rio Pomba, também integrante da bacia do rio Paraíba do Sul.

2.2.5.1 Qualidade das águas superficiais em Leopoldina

A qualidade das águas superficiais é resultante de fatores inter-relacionados à geologia, tipo de vegetação, ecossistema do corpo d'água e à influência antropogênica.

A classificação dos cursos d'água é definida através da deliberação normativa n° 20 de 24/06/1997, do COPAM, para estabelecer o nível de qualidade da água a ser alcançado ou mantido para atender as necessidades da comunidade, variando a classificação de classe especial, 01, 02,03.

² www.ibge.gov.br

³ Prefeitura de Leopoldina. Relatório Ambiental. Área da implantação da APA municipal de Leopoldina. Horto florestal. 2005

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM⁴ relaciona determinados parâmetros⁵ para aferir índices de qualidade de águas (IQA) para classificar a qualidade das águas dos rios, que varia de excelente a muito ruim.

A tabela a seguir resume a classificação:

Tabela 2.1 - Qualidade das águas

Classificação	IQA - Variação
Excelente	>90
Bom ruim	70 < IQA > = 90
Médio	50 < IQA > = 70
Ruim	25 < IQA > = 50
Muito Ruim	IQA < = 25

Os dados do IGAM referentes à qualidade das águas dos rios do município de Leopoldina revelam que a qualidade das águas do rio Novo é boa (limite do município de Leopoldina e Itamarati de Minas). O mesmo não ocorre em relação às águas do rio Pomba que recebem a classificação de média, enquanto as águas do rio Pirapetinga não foram analisadas⁶ (ver Mapa 2.4).

O relatório demonstra que, de maneira geral, numa evolução temporal entre os anos de 1997 e 2004, há uma predominância de qualidades satisfatórias das águas das bacias. Informa também que houve uma pequena melhora, em relação ao ano de 2004, nas qualidades gerais das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul, na qual o município de Leopoldina está inserido⁷. Os principais problemas encontrados nos dois rios monitorados no município de Leopoldina referem-se à presença de excessiva quantidade de alumínio, ferro e manganês, decorrentes das atividades de mineração, em Leopoldina, na bacia do Rio Novo.

⁴ Instituto Mineiro de Gestão das Águas. IGAM. Relatório de monitoramento das águas superficiais na Bacia do Rio Paraíba do Sul em 2004. Belo Horizonte, 2005.

⁵ Os parâmetros são: oxigênio dissolvido, coliformes fecais, pH, demanda bioquímica de oxigênio, nitrato fosfato total, temperatura da água, turbidez e sólidos totais.

⁶ Instituto Mineiro de Gestão das Águas. IGAM. Mapa de qualidade das águas superficiais na Bacia do Rio Paraíba do Sul em 2005. Belo Horizonte, 2006.

⁷ Instituto Mineiro de Gestão das Águas. IGAM. Relatório de monitoramento das águas superficiais na Bacia do Rio Paraíba do Sul em 2004. Belo Horizonte, 2005. p. 62 e 89.

2.2.6 Aspectos Geomorfológicos⁸

A Zona da Mata de Minas Gerais está inserida na unidade denominada Depressão do rio Paraíba do Sul, situada sob o domínio leste do planalto da serra da Mantiqueira.

O relevo é constituído por serras dissecadas, alongadas na direção leste e por extenso domínio de colinas de baixa altitude (ver mapa 2.5 e Mapa 2.6)

Nestes domínios há um espesso manto de colúvios e de alteração intempérica, onde se encontram depósitos de minerais tais como a bauxita, o caulim e o manganês.

2.2.7 Aspectos Geológicos

O município está localizado sobre um conjunto de rochas gnáissicas com solos de espessura variável. Sobre estas rochas ocorrem os solos classificados como “Latosolos”, o do tipo vermelho. Estes solos, muito antigos, resultam em perfis profundos e bem drenados, como os que ocorrem nos relevos menos acentuados e que permitem a distribuição uniforme da água devido à sua permeabilidade e profundidade. Estes fatores proporcionam o armazenamento da água e a resistência à erosão, porém a classificação dos latossolos e dos latossolos litológicos em relação à suscetibilidade erosiva é considerada média, devido à exposição de mantos de intemperismo e à sua composição sito arenosa, pouco coesa, que também pode ser associada aos Cambissolos⁹.

Um dos aspectos de destaque é a ocorrência de grandes molotitos de gnaiss que ocorrem em toda a região.

⁸ Prefeitura de Leopoldina. Relatório Ambiental. Área da implantação da APA municipal de Leopoldina. Horto florestal. 2005.

⁹ CETEC: Fundação Centro tecnológico de Minas Gerais. – Diagnostico ambiental de minas Gerias. Belo Horizonte. 1983.

2.2.8 Cobertura vegetal

O município está inserido no domínio da Mata Atlântica (ver Mapa 2.7).

2.2.8.1 Caracterização das formações florestais nativas

A floresta existente incluída no domínio da Mata Atlântica, na região, é a floresta estacional semidecidual, cujo conceito ecológico está relacionado ao clima de duas estações, uma chuvosa e outra seca.

O desmatamento do município é evidente, resultante da implantação das atividades antrópicas: a agricultura e a pecuária extensiva.

Os remanescentes de mata estão fragmentados ao longo do município.

2.2.8.2 Áreas de Cerrados

No município de Leopoldina, dentre as formações de cerrado encontradas, são predominantemente, os campos de altitude.

2.2.9 Meio Antrópico – As principais atividades antrópicas

O meio antrópico na macropaisagem de Leopoldina é representado pelas atividades agrícolas e agropecuárias, pelas minerações, pelas estações de captação das águas e pelas áreas urbanas.

2.2.9.1 Atividades agrícolas e agropecuárias

A atividade agrícola tem expressiva participação na região, tradicionalmente um importante pólo cafeeiro do estado de Minas Gerais, integrante do ciclo do café do vale Paraíba do Sul. A qualidade dos solos alia-se ao relevo pouco acidentado, o que facilitou a implantação de grandes áreas agrícolas cafeeiras que foram substituídas ou pelo cultivo de frutíferas ou pela pecuária.

Da mesma forma, a pecuária é também significativa, caracterizando-se como importante participação do setor primário na área. A pecuária bovina leiteira, feita ainda de forma pouco mecanizada, é uma das atividades econômicas de destaque e ocorre na

macropaisagem pela implantação de pastagens nas antigas lavouras de café e pelo desmatamento extensivo das áreas.

2.2.9.2 Atividades de mineração

Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, atestam a concentração de concessões de pesquisa localizadas próximas aos núcleos urbanos de Oliveira Leite e Usina Maurício no quadrante oeste, no limite com os municípios de Descoberto e Itamarati de Minas. Por outro lado, as concessões de lavras estão distribuídas ao longo dos limites a sudeste, como também no quadrante leste, próximas aos municípios de Recreio e Laranjal.

Os requerimentos de pesquisa se distribuem também no quadrante nordeste, como se observa no mapa de mineração do município de Leopoldina¹⁰.

A extração de bauxita pelo Grupo Votorantin no município de Itamarati de Minas e o seu transporte férreo gera deslocamento de minério ao longo dos distritos de Vista Alegre, Abaíba, Ribeiro Junqueira e Providência (ver Mapa 2.8).

Medidas compensatórias para minimizar o impacto do transporte do material e do fluxo ferroviário nas áreas do município devem ser empreendidas principalmente, visando à ampliação da modalidade do transporte ferroviário com a implantação de passageiros e outras cargas entre a sede do município e os seus distritos.

2.2.10 A urbanização

Outro aspecto característico deste município é a estruturação regional representada pelos distritos e núcleos urbanos, quase todos acessados por rede ferroviária e de rodagem, alguns com pavimentação asfáltica. A tradição ruralista de Leopoldina se faz presente em seus diversos distritos e núcleos urbanos, que formam uma malha de povoações e reforçam a importância de seu caráter rural.

2.3 A PERCEPÇÃO DA MACRO-PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

A paisagem da região expõe, de forma clara, a sua configuração geral, um losango irregular, com a maior dimensão no sentido diagonal a nordeste.

¹⁰ Mapa de mineração do município de Leopoldina. PDP. 2006.

No perímetro interno, pode-se perceber a divisão estrutural estabelecida pelas serras que ocorrem a nordeste e que estabelecem a setorização da região entre as partes norte e central de baixa declividade e o quadrante sudeste, também com predominância de declividades médias (ver Mapa 2.9).

A morfologia da paisagem revela, além do processo da sua formação, outras características detentoras de valores cênicos percebidos pela observação, pela seleção individual e coletiva. Eles representam a expressão da qualidade estética e têm sido preservados pelo grupo social onde se inserem. Esses pontos são representados pelos morros, áreas de vegetação típica e pelas visadas do cenário.

Todos estes elementos constituem os atributos estéticos da paisagem, formada por acentuado movimento tectônico, que a habilita como patrimônio ambiental passível de preservação. Sua localização regional deve ser explorada como um produto econômico e sustentável, como mostra o Mapa 2.10.

2.3.1 A ecologia da paisagem

Cada ecossistema, ou cada elemento da paisagem pode ser identificado numa base cartográfica georreferenciada em decorrência da sua dimensão gráfica e classificada como um corredor, ou uma matriz de suporte, ou uma mancha. (FORMAN,¹¹ 1996).

Este princípio, utilizado na compreensão da paisagem global, possibilita a distinção de áreas diferenciadas tanto da cobertura vegetal existente como da cobertura definida pelas condições urbanas, o que permite a sua identificação e estruturação por meio de distintas conformações morfológicas.

Macedo¹², baseado em Forman, faz a distinção entre as principais configurações morfológicas da paisagem e constata que os objetos ecológicos estabelecem os fluxos de

¹¹ FORMAN, *Landscape Ecology*. 1986.p. 87.

¹² MACEDO, Projeto Orla, 2000. p. 8.

Matrizes podem ser urbanas e correspondem às cidades de médio e grande porte, constituindo –se de unidades morfológicas completas e complexas. As matrizes vegetadas correspondem às áreas extensas cobertas por matas nativas, que permitam, no seu interior, a existência de todos ou da maioria dos indivíduos da cadeia ecológica.

Corredores são linhas de cobertura extensas e contínuas que podem conectar-se entre si, como também com algumas matrizes.

interação, o que possibilitaria a compreensão da sua função, considerada este o primeiro princípio ecológico, que proporciona a compreensão da paisagem e das suas múltiplas interpretações.

A análise da estruturação morfológica revela que há, na paisagem do município de Leopoldina ¹³, uma única matriz caracterizada pela intensa atividade antrópica estruturada pelos limites municipais de Cataguases, ao norte, Laranjal e Recreio a leste, Pirapetinga a sudeste e Estrela Dalva, Volta Grande e Alem Paraíba ao sul. Esta matriz se caracteriza pela grande área que foi ocupada pelas plantações de café no século XIX e que posteriormente foram apropriadas para a pecuária leiteira extensiva (ver mapa 2.11)

A outra área do município está fragmentada em pequenas manchas que são as formas compactas e isoladas, podendo surgir, às vezes, seqüencialmente ao longo de um eixo, embora esparsas. Na sede do município de Leopoldina, há áreas de pastagem e pequenas formas vegetadas destacadas. Estas caracterizam, pelo porte e pela forma amebóide, as manchas presentes nesta estrutura.

Não foram observados os corredores, um dos elementos de estruturação da paisagem que exercem importância na conexão entre as matrizes e as manchas, pois estes são estruturas contínuas, extensas e estreitas que diferem das matrizes onde se apóiam, sendo que quase todas as paisagens estão divididas e, ao mesmo tempo, conectadas por corredores.

A inexistência deste elemento confirma a desarticulação da estrutura que se encontra impactada e é indicativo de interferências que ocorreram, nesta paisagem e que levam a suposições sobre os riscos deste ecossistema.

2.3.2 Riscos e fragilidades da macro-paisagem de Leopoldina

As manchas urbanas e as atividades antrópicas representam a materialização da ação humana sobre a paisagem, cuja ação pode provocar riscos e fragilidades a todo o ecossistema onde ela se estrutura.

Fragmentos ou manchas são segmentos urbanos ou vegetais desconectados de seus semelhantes.

¹³ Mapa de satélite do município de Leopoldina Fonte: Embrapa, 2004.

A constatação sobre a inexistência de corredores vegetados, elementos essenciais para estabelecer a conectividade das espécies entre as matrizes e as manchas é indicativo que a da estrutura da paisagem se encontra em risco, com altas susceptibilidades ambientais.

A observação preliminar destas ações leva a suposições sobre os riscos representados pelo constante desmatamento das matrizes vegetadas para a implantação de áreas agrícolas sustentadas pela hidrografia, cujas águas superficiais receberam classificação de boa a média qualidade.

“A região drenada pelo rio Paraíba do Sul por ser responsável por grande parcela do desenvolvimento brasileiro apresenta um quadro de problemas ambientais a nível nacional, sobretudo a respeito dos recursos hídricos superficiais. Há urgência para a gestão e implementação de gestão dos recursos hídricos” ¹⁴.

A extensa malha hídrica que se observa no mapa do município de Leopoldina releva a importância da preservação destes recursos para a minimização dos problemas que acometem esta bacia.

A observação preliminar das condições destes recursos hídricos leva a suposições sobre os riscos, representados pelo constante desmatamento das manchas vegetadas para a implantação de pastagens extensivas, o que leva a processo erosivos visíveis na área rural.

Não se observa a manutenção de áreas de reserva natural ao longo dos rios e das unidades de conservação, o que pode representar futuramente sérios riscos para o ambiente, caso os parâmetros exigidos pela legislação florestal e ambiental, não sejam aplicados. A única unidade de conservação de preservação integral é a Reserva Biológica da Lapinha. O município contém uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN Usina Maurício e três APAs (Áreas de Preservação Ambiental): APA Municipal da Poeira Dágua, APA Municipal do Horto Florestal e APA Municipal do Morro do Cruzeiro. (ver Mapa 2.12).

¹⁴ Prefeitura de Leopoldina. Relatório Ambiental. Área da implantação da APA municipal de Leopoldina. Horto florestal. 2005.

Por outro lado, levantamentos efetuados pela Fundação Biodiversitas¹⁵ definiram as áreas prioritárias para conservação ambiental no Estado de Minas Gerais em 2005. Para o município de Leopoldina três áreas foram selecionadas e estas devem ser protegidas, como se observa no Mapa 2.13.

A primeira área, denominada de Matas de Pirapetinga, localiza-se no limite leste do município, na divisa com Recreio e Pirapetinga, e recebe a classificação de “*importância biológica extrema*”¹⁶, devido à alta riqueza de espécies de flora e fauna que estão ameaçadas de extinção, ocasionadas pela pressão antrópica da agricultura e a expansão urbana. As ações recomendam a elaboração de inventários ambientais, indicam a criação de unidades de conservação à promoção da conectividade entre as matrizes, e manchas por meio de corredores vegetados.

A segunda área refere-se ao rio Pomba e suas margens e recebe também a classificação de “*importância biológica extrema*”. Sua inclusão dá pela riqueza de espécies de peixes. O rio Pomba é detentor de um fenômeno biológico especial que é a migração de peixes diádromos. As ações recomendam a sua recuperação ambiental, o seu monitoramento e a elaboração de um plano de manejo.

A terceira área do município recebe a classificação de “*importância biológica alta*”¹⁷ e esta é contígua à primeira área e se localiza ao sul do município, como se observa no Mapa 2.13. Nesta região foram encontrados remanescentes significativos de Mata Atlântica que estão sendo sofrendo ações antrópicas pela agricultura. Ações sugerem a realização de um inventário das espécies e a criação de unidades de conservação para sua manutenção.

A indicação da necessidade da conservação destas áreas, todas localizadas na matriz antropizada do município deve ser uma meta a ser cumprida pela administração local, para minimizar impactos que provocaram danos ao ambiente.

¹⁵ Gláucia Drummond et all. Áreas prioritárias para conservação. Síntese. Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte. 2005.

¹⁶ engloba áreas com alta riqueza de espécies endêmicas, ameaçadas ou raras em MG ou que contenham algum fenômeno biológico especial.

¹⁷ “áreas com alta riqueza de espécies em geral, presença de espécies raras ou ameaçadas no Estado, e/ou que representem remanescente de vegetação significativo ou com alto grau de conectividade”. (BIODIVERSITAS, 2005: 38).

Neste caso, a adoção de relatórios de impactos ambientais e a exigência de medidas mitigadoras tornam-se instrumentos necessários para a minimização destes impactos¹⁸. Cabe ainda ressaltar que as áreas classificadas como Área de Preservação Ambiental, APA, ainda não estão devidamente implantadas.

2.4 A PAISAGEM URBANA DE LEOPOLDINA

2.4.1 Antecedentes

A cidade de Leopoldina surge no período colonial e se estrutura como um importante centro de apoio à atividade cafeeira no império brasileiro. Este apoio se dá na forma da implantação da rede de transportes de passageiros e de cargas, a Estrada de Ferro Leopoldina Railway, estabelecida no final do século XIX e também pelas atividades de apoio como armazéns, galpões e estabelecimentos bancários que são construídos na área central, ao redor do largo da estação de passageiros da cidade.

À medida que a atividade extensiva de caráter monoculturista perde a sua importância econômica, outras atividades a substituem. A pecuária de leite extensiva é a que se consolida como a principal, caráter que ainda se mantém até os anos de 2006.

Nos meados dos anos 50 e 60, outros indutores de atividades são implantados na região: as duas rodovias Federais: a BR-116, que liga Rio de Janeiro à Bahia, e a BR-120, que se conectam no perímetro de expansão na área norte da sede municipal.

Esta conexão estabelecida pelas duas rodovias federais condiciona a existência de novas atividades de apoio ao transporte rodoviário e o crescimento e desenvolvimento econômico desta cidade (Ver Mapa 2.14).

¹⁸“Quanto ao desmatamento, observei duas coisas: no lado leste do município há uma área de desmatamento muito intensa. Pastagem subindo morro e atravessando montanha. São pouquíssimas as áreas remanescentes de mata e uma pecuária extensiva. Muita pastagem e pouquíssima agricultura. E na parte mais noroeste, há topos de morros mais preservados e menos áreas de pastagem. Depoimento de Valesca Coimbra para o grupo Meio Ambiente, após trabalho de campo em julho de 2006. PDP, 2006

2.4.2 Condicionantes

A cidade de Leopoldina está assentada sobre um vale alongado, cujo relevo¹⁹ predominante está situado nos intervalos de declividade de 0 a 30%, com áreas reduzidas no intervalo de 30 a 100%.

As faixas de declividade acima de 100% concentram-se nos morros que circundam a cidade ao sul (ver Mapa 2.16).

A forma da cidade reproduz a ação destes dois fatores: os condicionantes físicos e os fatores econômicos.

2.4.2.1 *Condicionantes topoclimáticos do ambiente urbano*

As condições locais de relevo e de uso e ocupação do solo urbano acarretam modificações no perfil regional de ventos, bem como produzem alterações, muitas vezes significativas, nas condições locais de temperatura e umidade. A pesquisa desses efeitos é de grande importância para a identificação das áreas urbanas que apresentam problemas ligados à qualidade ambiental e à acessibilidade, a recursos naturais para a melhor ambiência dos recintos urbanos e de suas edificações, tais como poluição do ar resultante de baixas condições de ventilação, desconforto térmico e problemas associados de manutenção dos edifícios e de saúde dos habitantes, em função da formação de ilhas de calor urbanas, etc. Essas áreas devem ser protegidas contra o adensamento e a verticalização excessivos, enquanto a preservação e/ou implantação de áreas vegetadas pode auxiliar na prevenção dos efeitos adversos do clima urbano.

No caso de Leopoldina, um trabalho de campo foi realizado no dia 18 de junho de 2006, onde foram coletados dados de temperatura, umidade e ventos (direção e velocidade) em 35 pontos da cidade, durante o período da manhã. Os pontos foram selecionados de modo a permitir a interpolação destes dados, através de modelos estatísticos apropriados a cada tipo de dado, usando um programa computacional gerador de superfícies. Os pontos amostrados podem ser vistos no Mapa 2.17. Devido ao tamanho da cidade e ao grande número de pontos amostrais, foram determinados 3 circuitos de medição, todos iniciando e

¹⁹ Mapa de declividades de Leopoldina. PDP. 2006

finalizando no mesmo ponto de referência (número 1), de modo a permitir o levantamento dos dados no menor tempo possível e a posterior distribuição do erro de medição.

A recomendação para este tipo de clima é de favorecimento à ventilação; portanto, em escala urbana, deve-se prevenir contra o adensamento excessivo que possa bloquear os canais locais de vento, incentivando o uso de áreas verdes e, assim, impedir que uma eventual situação de pouca ventilação urbana não piore. As baixas velocidades observadas na maior parcela da área urbana de Leopoldina (Mapa 2.18) são um fator problemático para o clima da cidade, que é quente e necessitaria de maior ventilação para ajudar na manutenção da qualidade do ar e para diminuir os efeitos da formação de “ilhas de calor” urbanas.

No Mapa 2.18 observam-se dois canais principais de entrada de vento, que se localizam na região leste da cidade. A primeira (Região 1) é constituída pelos bairros São Cristóvão, Maria Guimarães França, Vila Esteves e Pirineus; a outra (Região 2), pelos bairros do Desengano e de Fátima.

Outros fenômenos são percebidos na dinâmica local dos ventos. Observa-se a presença marcante de uma área relativamente estagnada de ar na região central, constituída pelos bairros da Fábrica, da Bandeira, Alto da Ventania e Mina de Ouro, principalmente. Dois fatores determinantes desse fenômeno local são a influência da topografia de fundo de vale, na confluência de córregos e a alta densidade de ocupação.

A região com melhores condições de ventilação é a área de topografia mais elevada (Região 1), com entrada de ventos localizada no bairro São Cristóvão, canalizando depois para os bairros Maria Guimarães França, Nova Leopoldina, Pirineus e Vila Esteves. Essa região é constituída por baixa densidade de ocupação e por vazios urbanos. Nesta área mais elevada, percebe-se a canalização dos ventos com velocidades de até 3,0 m/s. Por essa razão, essa região se torna um canal principal de entrada dos ventos. Esta área deve, portanto, receber um cuidado especial, no sentido de manter uma ocupação predominantemente horizontal, de baixa densidade e com boa arborização, principalmente na região de entrada de ventos, o bairro São Cristóvão.

Na Região 2, percebe-se uma entrada canalizada de ventos pelo vale, que atravessa a área dos bairros do Desengano e de Fátima, percorrendo em baixa velocidade a área

central e atingindo velocidades mais altas na área dos bairros Arthur Leão, Dr. Joaquim Guimarães, Dr. Joaquim Furtado Pinto e saindo na região do bairro Vale do Sol. As áreas de vales encaixados nesse percurso permanecem com velocidades do vento sempre mais baixas e da ordem de 0,1 m/s.

Desse modo, pode-se fazer recomendações básicas para a área urbana de Leopoldina no que se refere à circulação das massas de ar. São elas:

As duas regiões identificadas de entrada e distribuição dos ventos devem ser preservadas. Nestas áreas deve-se evitar o adensamento excessivo e, principalmente, a verticalização. É especialmente importante evitar a verticalização nas áreas mais altas, pois isso provocaria a elevação do perfil dos ventos, resultando em diminuição da velocidade e/ou mesmo estagnação do ar nas áreas de vale. Deve-se, portanto, manter uma ocupação predominantemente horizontal, de baixa densidade e com boa arborização, para permitir a distribuição do vento na malha urbana.

Deve-se evitar o adensamento e verticalização da região central, constituída pelos bairros da Fábrica, da Bandeira, Alto da Ventania, Mina de Ouro, da Catedral e Centro.

A área verde nas proximidades da Catedral deve ser preservada para melhora das condições climáticas e de qualidade do ar da zona central, já que esta possui deficiência na circulação do ar, além de serem preservados alguns aspectos da ocupação mais antiga da cidade.

Para os novos assentamentos, recomenda-se usar critérios de maior afastamento entre as edificações e maior largura nas caixas das vias, para favorecer a penetração dos ventos.

Recomenda-se implantar áreas verdes nos canais principais de vento e de tal forma que elas não venham a se constituir em bloqueio aos mesmos.

2.4.2.2 Condicionantes climáticas para as edificações locais

A partir dos dados climatológicos médios, foi estimada a variação média mensal horária dos dados de Temperatura e Umidade Relativa, segundo método proposto por ALUCCI

(1992)²⁰. Estes dados foram plotados no *Diagrama Bioclimático de Givoni* (Gráfico 2.2), que é um índice de conforto térmico indicado para esta região, para dar base à análise das condições requeridas de conforto térmico nas edificações face ao clima local.

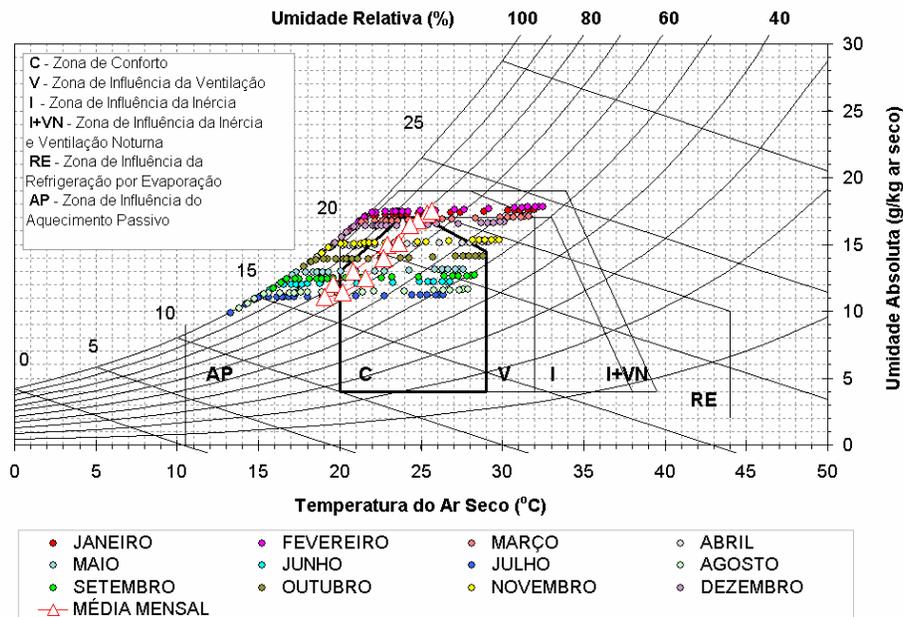
Como se pode observar pelo Diagrama, durante o verão deve-se utilizar a ventilação natural para resgatar as condições de conforto térmico, enquanto no inverno é necessário aquecimento passivo. Observa-se, ainda, o risco de condensação superficial da umidade durante o período mais chuvoso, o que pode afetar as edificações com o desenvolvimento de mofo, caso não haja uma boa ventilação. Portanto, as recomendações básicas para a edificação nestas condições climáticas são:

- as construções devem ser protegidas da incidência excessiva de radiação solar, sendo a melhor orientação em geral no eixo longitudinal leste-oeste (maiores fachadas a norte e sul). Essa recomendação, sempre que possível, deve ser levada em conta no parcelamento do solo, pois além de evitar o ganho solar excessivo, contribui para gerar áreas maiores de cobertura voltadas para norte, facilitando a incorporação de sistemas de conversão de energia solar;
- a correta orientação aos ventos e dimensionamento das aberturas para a ventilação, privilegiando a ventilação cruzada e prevendo a ventilação de conforto no nível do corpo humano no verão e a ventilação apenas higiênica no inverno. As aberturas devem ser de tamanho grande, ocupando até 80% das fachadas, desde que protegidas contra a insolação excessiva através de elementos sombreadores;
- o uso de materiais nas fachadas e coberturas com baixa inércia térmica, ou seja, com comportamento de isolantes térmicos. As paredes duplas, os materiais contraplacados com miolo isolante (material de baixa condutividade térmica), o uso de subcoberturas com materiais refletores são os componentes construtivos que atendem à característica de isolamento térmico;

²⁰ ALUCCI, M. P. Conforto Térmico, Conforto Luminoso e Conservação de Energia Elétrica: procedimentos para o desenvolvimento e avaliação de projeto de edificações. [Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP]. São Paulo, 1992.

- observa-se o risco de ocorrência de condensação superficial durante praticamente todo o ano, o que reforça a necessidade de uma boa ventilação e do aumento da resistência térmica das envoltórias das edificações;
- a adequada drenagem para as chuvas, pois os índices pluviométricos são muito elevados durante o verão.

Gráfico 2.2 - Diagrama Bioclimático de Givoni sobre Carta Psicrométrica para Leopoldina.



2.4.2.3 Condicionantes acústicos

2.4.2.3.1 Considerações gerais

Um Plano Diretor deve fazer sentido para todos e envolver desde o nível da vida pessoal e de pequenos grupos até os níveis mais amplos dos grandes grupos humanos e a própria sociedade. No caso do ambiente sônico da municipalidade, seja na escala urbana ou dos edifícios, há que se estabelecer, então, um vínculo entre níveis acústicos / natureza das fontes acústicas e o seu sentido para a comunidade, tendo em vista que o que ouvimos pode tanto ser entendido como “sons” (aspecto positivo) e/ou como “ruído” (aspecto negativo).

Duas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA²¹ devem balizar as estratégias e ações para se conviver em um ambiente acusticamente saudável. A Resolução CONAMA no. 1, de 08/03/1990 faz referência à necessidade de aplicação das normas técnica NBR – 10.151 e NBR – 10.152 da ABNT para preservar a saúde, segurança e sossego da comunidade quanto sujeita às emissões acústicas das fontes de ruído presentes no ambiente construído. Aqui merece destaque a norma NBR – 10.151 que estabeleceu, através da federação, os limites admissíveis de níveis acústicos no ambiente construído, os quais estão especificados na Tabela 2.2. O atendimento a esses níveis assegura condições adequadas de conforto acústico no ambiente construído, de acordo com o padrão do uso do solo de cada área, período do dia, ambiente interno ou externo à edificação.

Tabela 2.2 - Limites para níveis acústicos globais em [dB(A)]
pela NBR – 10.151 / ABNT¹, denominados NCA²

Tipo de Áreas	Ambientes Externos		Ambientes Internos			
	Período Diurno (7h - 22h)	Período Noturno (22h-7h)	Diurno (7h - 22h)		Noturno (22h-7h)	
			Janela Aberta	Janela Fechada	Janela Aberta	Janela Fechada
Áreas de sítios e fazendas	40	35	30	25	25	20
Área urbana estritamente residencial ou hospitalar ou escolar	50	45	40	35	35	30
Área mista predominantemente residencial	55	50	45	40	40	35
Área mista com vocação comercial e administrativa	60	55	50	45	45	40
Área mista com vocação recreacional	65	55	55	50	45	40
Área predominantemente industrial	70	60	60	55	50	45

¹ - Se o ruído ambiente, L_{ra}, for superior aos valores aqui especificados, ele passa a ser o limite. De outra forma, prevalecem os valores desta tabela. Para definição do ruído ambiente, ver texto da referida norma.

² - NCA – Nível de Critério de Avaliação.

Fonte: adaptado da NBR – 10.151 e de CRANEIRO (2004).

²¹ CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

A Resolução No. 2 do CONAMA de 08/03/1990 instituiu em caráter nacional o Programa Silêncio em todo território brasileiro, ciente de que o ruído e mesmo os sons em excesso são uma ameaça à saúde, ao bem-estar público e à satisfatória qualidade de vida. Tal iniciativa consistiu num passo importante que precisa ser absorvido pela municipalidade para que seja dada as condições necessárias à conformação de uma atmosfera acústica apropriada e auspiciosa.

2.4.2.3.2 Considerações Específicas de Leopoldina

Foram realizadas medições exploratórias na área urbana de Leopoldina, segundo procedimentos de normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANSI (American National Standardization Incorporation – experiência norte-americana) e ISO (International Standardization Organization – experiência europeia) específicas sobre o assunto, em 10 (dez) pontos de medição identificados no Quadro 2, durante o período diurno, no mês de agosto. Em cada ponto de medição foram amostrados níveis de pressão acústica instantâneos a cada 5 (cinco) segundos durante 6 (seis) minutos. Além da identificação dos pontos e sua localização na cidade, o Quadro 2 apresenta a classificação da área que contém o ponto de medição considerado segundo a norma NBR – 10.151 / ABNT, assim como o valor admissível de nível acústico em termos do Nível de Critério de Avaliação – NCA.

Na

Tabela 2.3 constam os principais descritores acústicos do ambiente sônico do Serro obtidos a partir do tratamento estatístico dos dados coletados em campo. Tais descritores estão apresentados em termos dos níveis acústicos mínimos e máximos ($L_{AFn, 6 \text{ min.}}$ e $L_{AFx, 6 \text{ min.}}$); níveis do nonagésimo e décimo percentis ($L_{AF90, 6 \text{ min.}}$ e $L_{AF10, 6 \text{ min.}}$); e níveis de pressão acústica equivalente-contínuo, ($L_{Aeq, 6 \text{ min.}}$), representando os valores médios no tempo. As

amplitudes acústicas variaram entre 7 dB(A) e 36 dB(A) evidenciando um campo acústico variável em sua conformação entre os pontos nas áreas amostradas da cidade. O desvio padrão dos valores médios de $L_{AFn, 6 \text{ min.}}$, $L_{AF90, 6 \text{ min.}}$, $L_{Aeq, 6 \text{ min.}}$, $L_{AF10, 6 \text{ min.}}$ e $L_{AFx, 6 \text{ min}}$ estiveram entre 8 dB(A) e 9dB(A). Esses valores de desvio padrão reforçam o caráter distinto da atmosfera acústica entre os pontos amostrados. Um ruído ambiente médio da ordem de 67 dB(A) em Leopoldina é elevado, principalmente em áreas urbanas mais sensíveis, como aquelas estritamente residenciais ou nas imediações de hospitais e escolas, por exemplo.

No Gráfico 2.3 estão os resultados das medições acústicas com valores medidos do descritor nível de pressão acústica equivalente-contínuo, sigla $L_{Aeq 6 \text{ min.}}$ – barras negras – comparados aos valores admissíveis – barras verdes – representados pelo NCA, ponto a ponto. O último conjunto de barras à direita no gráfico apresenta uma comparação entre valores médios medidos, em termos de uma média espaço-temporal, e aqueles médios admissíveis, em termos de uma média ponderada dos NCA. Observa-se pelo Gráfico 2.3 que em 80% dos pontos de medição houve valores superiores aos admitidos pela legislação federal, evidenciando uma tendência a um ambiente acústico ruidoso. Em média os valores foram excedidos em cerca de 6 dB(A), sendo que nas diferenças críticas os valores de NCA foram excedidos em cerca de 11 dB(A) a 15 dB(A), nos pontos 3 e 9, tendo como fontes acústicas, principalmente o ruído do tráfego veicular rodoviário e de reunião de pessoas. Dentre esses casos de excedência aos níveis acústicos admissíveis, estão áreas sensíveis como aquelas destinadas à habitação e hospital/escola. Medidas devem ser implementadas para reverter esse quadro de poluição acústica constatado.

Quadro 2.1 - Pontos de medição e sua classificação e seus valores admitidos pela NBR – 10.151 / ABNT.

Pontos	Localização	Classificação da Área	NCA [dB(A)]
Ponto 1	Bairro Pirineus	Área urbana estritamente residencial ou hospitalar ou escolar	50
Ponto 2	Bairro da Bandeira	Área urbana estritamente residencial ou hospitalar ou escolar	50
Ponto 3	BR 116 - Bairro São Luiz	Área mista com vocação comercial e administrativa	60
Ponto 4	Av. Getúlio Vargas	Área mista com vocação comercial e administrativa	60
Ponto 5	Cotonifical	Área mista com vocação comercial e administrativa	60
Ponto 6	Cooperativa	Área mista com vocação comercial e administrativa	60
Ponto 7	Bairro 3 Cruzes - Marmoraria	Área mista predominantemente residencial	55

Ponto 8	Centro	Área mista com vocação comercial e administrativa	60
Ponto 9	Bar do Telo	Área mista com vocação comercial e administrativa	60
Ponto 10	Indústria - Carroceria Brasil	Área predominantemente industrial	70

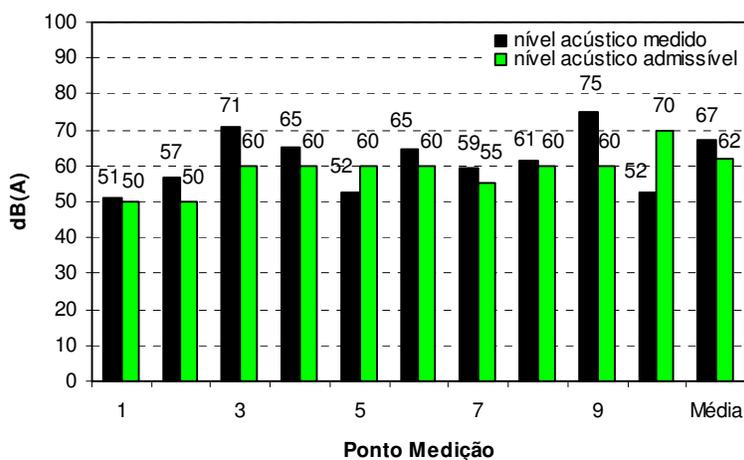
Fonte: LABCON-TAU-EA-UFG

Tabela 2.3 - Descritores de Ruído Ambiental em Leopoldina

Descritor	PONTOS DE MEDIÇÃO										Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
LAFn 6min.	42	40	50	46	43	64	42	56	58	46	58
LAF90 6min.	44	42	52	44	44	65	45	58	68	48	62
L_{Aeq} 6 min.	51	57	71	65	52	65	59	61	75	52	67
LAF10 6min.	55	62	75	55	55	68	64	66	79	58	73
LAFx 6 min.	63	71	86	77	70	70	75	71	88	62	83

Fonte: LABCON-TAU-EA-UFG.

Gráfico 2.3 – Níveis acústicos medidos (barras negras) e admissíveis (barras verdes) nos nove pontos de medição e em média em Leopoldina - MG.



Fonte: LABCON-TAU-EA-UFG.

Finalmente, convém informar que um ambiente sônico ruidoso prejudica a saúde física e psíquica das pessoas, consistindo numa variável influente na deflagração do distúrbio do

estresse e conseqüentemente de diversas enfermidades com ele relacionadas; diminui a qualidade das relações interpessoais, uma vez que tornam as pessoas menos sensíveis à alteridade, à prestação de cooperação, auxílio ou ajuda ao próximo; retarda recuperações de pacientes em resguardo, seja em ambientes hospitalares ou domésticos; diminui o desempenho pedagógico e de aprendizado em ambientes de educação e ensino das escolas. Diante dessas constatações é importante que a municipalidade se preocupe em planejar sua atmosfera acústica de forma a assegurar a saúde, segurança e sossego da comunidade de Leopoldina e seus visitantes.

2.4.3 Evolução da forma urbana

A ocupação inicial da cidade ocorre no vale estreito com reduzida declividade, limitado pelo córrego do Feijão Cru. Esta ocupação se dá na forma de um eixo que se estrutura entre a sede, os distritos e fazendas da área rural e na direção da cidade do Rio de Janeiro.

O eixo original leva à estação ferroviária e se estrutura ora na forma de largos e vias (onde se implantam as edificações religiosas, institucionais e educacionais) ora na forma de quarteirões longos e estreitos comprimidos pelos córregos, áreas alagadiças e morros.

As vias principais do centro da cidade apresentam tecido urbano original em processo de transformação. Alguns exemplares remanescentes do período cafeeiro se destacam, entre estes, a rua das residências dos barões do café, Rua Custódio Junqueira, Rua Tiradentes e Rua Cotegipe.

Outro tecido urbano que é originário do período colonial se encontra ao longo da rua Fajardo, antiga ocupação de senzalas e trabalhadores pobres que ocupavam as bordas do eixo principal, na atualidade o bairro Alto do Cemitério, cuja rua principal de acesso é decorrente desta ocupação.

O tecido urbano original pode ser identificado pelo eixo longitudinal formado pelos bairros Alto do Cemitério, Bairro do Rosário e Centro.

A este tecido urbano original se anexam os equipamentos fabris que levam à expansão da cidade, o que ocorre no início do século XX. Os bairros da Fábrica, Bandeira, Mina de Ouro e Arthur Leão são construídos neste período. Todos estes assentamentos se anexam à

malha original e seguem a estruturação linear entrecortados por grandes vazios urbanos (encostas e altos dos morros e áreas alagadiças)

A implantação de rodovias federais inicialmente a BR-116 e posteriormente, a sua interconexão com a BR-120 leva à ocupação lindeira e ao aparecimento de novos bairros, tais como o bairro da Praça da Bandeira, o Alto da Ventania, o Jardim Lisboa, o Fátima, o Desengano e o Quinta Residência.

Por outro lado, a construção de conjuntos habitacionais nos anos de 1970 a 1980 nos bairros Pirineus e Vila Esteves induzem a novas ocupações dos vazios urbanos próximos à área central.

A presença das rodovias limita a expansão urbana pela declividade excessiva das bordas – o que faz com que a cidade se desenvolva no sentido das áreas mais apropriadas à ocupação, tais como o bairro Popular e Vale do Sol, estes dois lindeiros ao Horto Florestal, cuja ocupação deve ser limitada por este motivo.

Outra tendência de expansão é a que ocorre ao longo da rodovia BR-116, vetorizada pelos bairros Fortaleza e Três Cruzes. Novas frentes de crescimento podem ser observadas pela indução dos bairros Jardim Bela Vista, São Sebastião e Tomé Nogueira, todas ocupações recentes (ver mapa 2.19).

2.4.4 Os tecidos urbanos

Na configuração urbana da cidade de Leopoldina foram identificados os seguintes tecidos urbanos (ver mapa 2.20):

2.4.4.1 Tecido Urbano 01

É constituído por padrões residenciais de baixa densidade, estruturados em longos quarteirões, localizados em bairros ou condomínios conurbados às manchas das cidades. Os lotes possuem grandes dimensões e são terraplenados para a implantação da unidade residencial, com ajardinamento das áreas livres.

As normas que direcionam o parcelamento deste tipo de tecido são as contidas na Lei 6766/79 para áreas rurais. Estas indicam lotes com áreas superiores a 1.000 metros

quadrados, como, também, a exigência de áreas "non aedificandi" para margens dos córregos e áreas de declividade excessiva.

As unidades residenciais são recuadas dos limites dos lotes. O tipo residencial é composto por uma unidade que pode ser a primeira ou a segunda residência da família, pelo uso de níveis e pavimentos intermediários com o emprego de vidro e madeira, e telhados em telha cerâmica. Podem ser observados, também, revestimentos com cores variadas, garagens para vários autos, além de equipamento de lazer: piscinas e quadras. Este tipo de tecido urbano é encontrado no condomínio Jardim Fortaleza.



Figura 2.1 - Vista do Jardim Fortaleza.



Figura 2.2 - Casa do Condomínio Jardim Fortaleza.

2.4.4.2 *Tecido Urbano 02*

O tecido urbano 02 é o representado por unidades residenciais, de um a três pavimentos, implantadas no centro dos lotes. Contudo, possui terrenos menores do que os que caracterizam o tecido 01, bem como jardins de pequenas dimensões. Nos loteamentos típicos desse tecido, há mecanismos de controle da entrada de pessoas, como por exemplo, guaritas. Em Leopoldina, esse tecido é encontrado no bairro Três Cruzes.



Figura 2.4 – Vista de parte do Bairro Três Cruzes, onde há tecido urbano 02.

2.4.4.3 *Tecido Urbano 03*

Os conjuntos morfológicos de unidades residenciais unifamiliares de um ou dois pavimentos, implantados em grandes lotes urbanos, constituem esse tecido. Estas unidades estão recuadas nos limites, com recuo frontal ajardinado. Há formas variadas de ocupação.

Muitas vezes, o tecido urbano três está inserido em malhas ortogonais, cujos lotes estão subdivididos de forma regular com maior comprimento do que largura. Esse tipo de parcelamento ocorre nas áreas topograficamente mais planas. Nas áreas de declividade acentuada o arruamento se adequa ao relevo²² e se estrutura por meio de vias de penetração que contornam a encosta. Neste tecido, o traçado viário se dá na forma de uma série de vias paralelas, implantadas em terraços, que formam longos quarteirões. Os lotes possuem proporções regulares e são perpendiculares ao sistema viário. Esta implantação condiciona a necessidade de se efetuarem cortes e aterros para a construção das unidades habitacionais. O tecido é implantado de acordo com o modelo ecológico²³ (LYNCH, 1986), apresenta o padrão residencial deste tecido, caracterizado por baixa densidade e por profusão de áreas livres e ajardinadas e ocorre no bairro Meia Laranja. Contudo também

²² “O planejamento orgânico, tão disseminado e pouco praticado é fundamentalmente nada mais do que o desenvolvimento orgânico das áreas, volumes e formas adequadas a todos só condicionantes e oportunidades ambientais”. SIMONDS, *Visible landscape in: Landscape Architecture*, 1997. p. 225.

²³ O modelo ecológico, segundo Lynch, associa determinadas formas aos ideais orgânicos: a forma e a função estão absolutamente ligadas, funcionam juntas e não possuem limites definidos. Os traçados viários são antigeométricos, as formas das curvas irregulares, as residências de baixa densidade, há a proximidade visível da terra, das plantas e dos animais e abundância do espaço verde. La Buena forma de la Ciudad. 1985. p. 75.

pode apresentar arruamento de menor complexidade, como ocorre nos bairros Desengano e Jardim Lisboa.



Figura 2.3 – Vista do Bairro Meia Laranja

2.4.4.4 *Tecido Urbano 04*

Constitui-se de unidades residenciais unifamiliares de um ou dois pavimentos. Estas unidades estão assentadas em lotes urbanos convencionais, recuadas dos limites, sendo que a maioria dos espaços livres são impermeabilizados. Geralmente, possuem densidade construtiva maior do que a do tecido 03. O bairro Chácara Dona Euzébia representa esse tecido.



Figura 2.4 – Vista do Bairro Chácara Dona Euzébia



Figura 2.5 – Casa no Bairro Chácara Dona Euzébia

2.4.4.5 Tecido Urbano 05

O tecido urbano 05 caracteriza-se por parcelamento do solo e edificações construídas de acordo com os padrões determinados pelo Sistema Financeiro de Habitação, SFH.

Este tecido é caracterizado por conjuntos morfológicos de um pavimento e casario uniforme encontrado em diversos bairros na cidade. Este, às vezes, apresenta-se na forma de blocos de dois ou três pavimentos, implantados em lotes com recuos frontais.

O padrão dos loteamentos segue as normas ditadas pela Lei Federal de Parcelamento 6766/79 e compõe-se de pequenos quarteirões retangulares, implantados em áreas de meia encosta. Nesta classificação estão as unidades unifamiliares construídas nos bairros Tomé Nogueira, Popular e os prédios de três pavimentos do bairro Dr. Joaquim Guimarães França. As moradias construídas para operários no bairro Fábrica também fazem parte desse tecido.



Figura 2.6 – Edificações no Bairro Popular



Figura 2.7 – Casa no Bairro Popular



Figura 2.8 – Vista do bairro Tomé Nogueira.



Figura 2.9 - Outra vista do bairro Tomé Nogueira.

2.4.4.6 *Tecido Urbano 06*

Esse compreende unidades residenciais e mistas que se originam de um parcelamento, efetuado de acordo com os preceitos da Lei Federal de parcelamento 6766/79. Este tipo de parcelamento caracteriza-se por traçado regular implantado em áreas de declividade acentuada e compreende unidades que estão em diversas etapas construtivas, implantadas em áreas de periferia.

Este tecido é originário de um parcelamento aprovado pelo poder público e recebeu melhorias urbanas após a sua implantação. As unidades residenciais, a princípio, são horizontais, em um pavimento, e implantam-se recuadas dos limites do lote, mas, com o passar do tempo, sofreram modificações.

Exemplos deste tecido são encontrados em larga extensão nos bairros Pinguda, Bela Vista, João Paulo II, Arthur Leão e Dr João Guimarães.



Figura 2.10 – Vista do bairro Bela Vista.



Figura 2.11 – Implantação das casas no bairro Bela Vista.



Figura 2.12 – Tipologia construtiva do bairro Bela Vista.



Figura 2.13 – Vista do bairro Pinguda.

2.4.4.7 *Tecido Urbano 07*

Este tecido assemelha-se ao tecido urbano 06 pela característica das unidades residenciais, sempre em elaboração, sendo representado por conjuntos morfológicos de construção informal, que podem ser identificados em dois modos de apropriação do solo.

O primeiro é característico de favelas, e surgem nos espaços vazios. São ocupados e parcelados de maneira informal e espontânea.

O segundo modo caracteriza-se pela ocupação informal das quadras de um parcelamento regular, cujo traçado de lotes é ignorado e acontece por meio da implantação de vielas e lotes informais.

O bairro Limoeiro representa este tecido, bem como área próxima ao córrego no Bairro Quinta Residência.



Figura 2.14 - Ocupação de fundo de vale no Bairro Quinta Residência.

2.4.4.8 Tecido Urbano 08

O tecido urbano é caracterizado por ocupação aleatória que ocorre ao longo do leito dos córregos ou das rodovias. Constitui-se em unidades isoladas, em um pavimento, dispostas de maneira informal sobre áreas de servidão ou próxima. Essas unidades são de caráter semi-rural, sob a forma de pequenas glebas, geralmente com algumas plantações ao redor da unidade residencial.



Figura 2.15 - Tecido 08 no Bairro Fortaleza

2.4.4.9 *Tecido Urbano 09*

Este tecido é constituído por edificações mistas contendo o comércio, serviços e a atividade residencial implantadas em lotes impermeabilizados. Os prédios não são recuados das divisas do lote, o primeiro pavimento normalmente abriga a atividade comercial, sendo que o segundo pode abrigar a atividade residencial ou comercial (salas), conforme pode ser verificado nas proximidades da Avenida Getúlio Vargas.

Observam-se também o processo de adaptação de edificações de valor histórico para abrigar a atividade comercial, como acontece no Centro. O tecido está implantado em lotes urbanos convencionais, em áreas aprovadas pelo poder público e dotadas de infraestrutura.



Figura 2.16 – Tecido urbano 09, no Centro de Leopoldina.

2.4.4.10 *Tecido Urbano 10*

É constituído por faixa urbanizada localizada ao longo das rodovias, formada por construções baixas e destinadas ao serviço de apoio tais como fábricas, postos de gasolina, pequenos centros de compras e instalações policiais. As unidades ocupam grande extensão do lote, sendo encontrado ao longo da rodovia BR-116.



Figura 2.17 - Edificação característica deste tecido à esquerda.



Figura 2.18 – Vista da BR-116.

2.4.4.11 *Tecido Urbano 11*

Este tecido caracteriza-se por áreas parceladas, dotadas de infra-estrutura (água, luz e esgoto) e sistema viário implantado, sem ocupação ou com ocupação esparsa. São exemplos deste tecido os bairros Jardim Caiçara, Jardim Bela Vista e Imperador.



Figura 2.19 – Vista do bairro Imperador.

2.4.4.12 Tecido Urbano 12



Figura 2.20 – Edificação no Bairro Arthur Leão

O tecido 12 caracteriza-se por edificações implantadas sem recuos, sendo representado por conjuntos morfológicos de construção formal. Esse tecido pode ser constituído tanto por grandes prédios construídos de forma empresarial (destinados à venda), quanto por edificações de menor porte destinadas à moradia familiar. Esse tecido é identico nos Bairros Rosário, Arthur Leão e Mina de Ouro.

2.5 HABITAÇÃO

A questão habitacional em Leopoldina se manifesta com problemas de ocupação em fundos de vale e principalmente nas encostas que, devido às condições precárias de habitabilidade dessas moradias, proporcionam o aumento do déficit habitacional no município. A regularização fundiária, segundo a prefeitura, não apresenta números alarmantes, visto que grande parte dos loteamentos se encontra regularizada ou em processo de regularização.

A ocupação inicial da cidade se deu a partir do bairro do Rosário, centro histórico, crescendo longitudinalmente tanto no sentido norte nos bairros Alto do Cemitério e Limoeiro (este ocupado por ex-escravos) em direção à saída para a cidade de Cataguases; cresceu também para o sentido sul, em direção à antiga estação ferroviária e saída para o Rio de Janeiro; ao longo do Córrego do Feijão Cru, a cidade se desenvolveu na direção dos bairros Mina de Ouro e Arthur Leão. A partir dos anos 60, a expansão de Leopoldina se deu no sentido do bairro Bandeirante I.

Ainda é importante ressaltar que a cidade que estendeu através da BR-116, o que provocou a indução de novos assentamentos: a partir do final dos anos 30, a construção da fábrica de tecidos e a conseqüente vila operária; nos anos de 1950, a construção da própria rodovia e respectivos canteiros de obras e do escritório do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Nos anos de 1960, o desenvolvimento da cidade seguiu o caminho da extinta estrada de ferro. Essas novas fases permitiram a implantação de bairros populares tais como Praça da Bandeira, Quinta Residência, Alto da Ventania, Bela Vista, São Cristóvão e Três Cruzes. A implantação dos conjuntos habitacionais Vila Esteves e Mina de Ouro, bem como a criação de pequenos assentamentos nos distritos de Tebas, Ribeiro Junqueira, São Martinho e Providência, permitiu o atendimento a 450 famílias. A implantação da agrovila no distrito de Abaíba é uma nova experiência para atender às demandas de habitação para a população de baixa renda, proporcionando ao cidadão local menor deslocamento para o trabalho. Atualmente, a Companhia de Habitação – COHAB - está iniciando a construção de um novo conjunto habitacional na sede, que vai atender 75 famílias.

Embora essas ações registrem atendimento para provisão de moradias, ainda é incipiente no município a continuidade de programas formais nos níveis estadual e federal de financiamento para a habitação social. Da mesma forma, não foram registradas parcerias de grande porte com a iniciativa privada para provisão de moradias para essa camada da população.

O Conselho Municipal de Habitação, um dos principais canais de interlocução para tratar de ações entre o poder público e a comunidade, foi criado em 1997, e, em 1998, o prefeito designou seus membros. Atualmente, o referido Conselho não tem exercido atividade de longo alcance, embora a prefeitura apresente no seu quadro técnico, capacidade e

interesse de prover essas habitações, tanto na qualificação dos funcionários como nas propostas de novas obras.

O núcleo urbano de Leopoldina apresenta alta densidade na sua parte central mais antiga, embora as tipologias das edificações se expressem significativamente em residências unifamiliares. À medida que se afasta do centro, essa densidade torna-se rarefeita, prolongando-se pelos eixos viários principais. A tipologia mais presente nesses setores ainda é a residência unifamiliar, mesmo que a concentração do comércio em área muito específica seja retratada por predomínio de prédios, conforme indica o Mapa 2.21.

Leopoldina é um município privilegiado no que diz respeito à irrigação; ao mesmo tempo, essa característica tornou a ocupação ao longo dos cursos d'água em áreas de risco, especialmente nas proximidades do córrego Feijão Cru e suas confluências com os demais. As habitações ali localizadas tornam-se vulneráveis, principalmente nos períodos de chuvas.

Grande parte das moradias localizadas nesses setores apresenta condições de habitabilidade precárias, na maioria sem provimento de infra-estrutura e saneamento, especialmente de esgoto sanitário, que provoca nesses córregos crescente poluição com o acúmulo do lixo e do esgoto doméstico.



Figura 2.21 – Edificações próximas ao córrego no bairro São Cristóvão.



Figura 2.22 – Vista do bairro Jardim dos Bandeirantes.

Outro aspecto observado no contato global diz respeito às condições ambientais dessas moradias: pelo fato de terem sido construídas muito próximas umas das outras, elas nem sempre apresentam condições de salubridade e conforto adequadas. Além do mais, essas

edificações são cobertas com telha de fibrocimento e a vedação externa é de alvenaria sem reboco. Ao mesmo tempo, à medida que tais famílias melhoram seu poder aquisitivo, tendem a ampliar suas casas, comprometendo internamente aspectos como insolação e ventilação, que são deficientes na totalidade delas. Essas construções ainda apresentam deficiências quanto ao atendimento do espaço: na maioria, são compostas por 3 a 4 cômodos, compreendendo sala, quarto, banheiro e cozinha para atender a famílias numerosas, cuja composição ultrapassa 5 pessoas.



Figura 2.23 – Alto Bela Vista

O quadro descrito demonstra que essas construções são comuns tanto em invasões nos fundos de vale e nas encostas, como em loteamentos ocupados pela população de baixa renda. Em Leopoldina, os bairros Pinguda, Nova Leopoldina, Bela Vista, Limoeiro e Serra Verde ilustram tal situação. Esses locais são potencialmente destinados a futuro remanejamento.

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, FJP, avaliados em 2000, o déficit habitacional no município é da ordem de 1.071 unidades, na zona urbana, perfazendo 8,90% de domicílios neste setor da cidade, o que contrapõe os dados da prefeitura, cujo déficit habitacional é da ordem de 15%. Na zona rural, a demanda por novas moradias, segundo a FJP, bem menor, é da ordem de 177 unidades, correspondendo a 8,63 das moradias existentes neste setor. Segundo essa instituição, o conceito mais ampliado de déficit habitacional compreende a noção de “necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação” (FJP, p.7), diretamente ligado às deficiências de estoque de moradia. Essa relação se manifesta na identificação das carências, principalmente da população de baixa renda, cujo enfoque principal se

destina a famílias com renda de até três salários mínimos, limite superior para o ingresso em grande número de programas habitacionais de caráter assistencial. A necessidade de estocagem engloba tanto moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais.

Na verdade, a Constituição Federal de 1988, referendada pelo Estatuto da Cidade, garante ao cidadão “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001). Observa-se que estes aspectos ainda estão inacessíveis para parte das famílias de Leopoldina, principalmente aquelas que se instalaram nos fundos de vale e nas encostas (ver Mapa 2.22).

Grande parte do território de Leopoldina é abastecida de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). No que diz respeito ao esgotamento sanitário, nota-se uma relação próxima entre esse tipo de serviço e a renda da população: o mapa 2.23 demonstra que, quanto mais alto o poder aquisitivo dos moradores dos setores, melhores as condições de acesso a esse tipo de serviço. Embora os setores próximos à área central sejam atendidos, o atendimento por rede de esgoto ainda é precário para parte das famílias de baixa renda que se instalaram na periferia e nos fundos de vale e encostas. Este é um fato grave, pois compromete o ambiente, considerando que os canais fluviais da cidade ficam sujeitos às ações da ocupação.

Puderam ser observadas tendências de expansão da cidade, que se acentuam ao longo dos principais eixos viários que cortam o município. No setor sudoeste, em direção à Avenida dos Expedicionários, foram construídos novos loteamentos, a exemplo do Jardim Bela Vista, Imperador, São Sebastião e Tomé Nogueira com características de ocupação de classe de baixa renda. A facilidade de acesso e a topografia favoreceram esse crescimento. No setor nordeste, nas adjacências da BR-116, no sentido de Muriaé, há uma tendência de se assentar novos condomínios fechados, como o Jardim Fortaleza, junto ao antigo Centro de Treinamento dos Professores, hoje abandonado.

Apesar de ser visível a expansão do núcleo urbano ao longo dos principais eixos viários, existem vazios urbanos presentes na paisagem da cidade, a exemplo de alguns próximos ao córrego Feijão Cru. Não se sabe se eles são de propriedade pública ou privada. O grande potencial desses terrenos é que eles estão inseridos na malha urbana, são providos de infra-estrutura e saneamento básico, além de se localizarem próximos ao comércio, aos serviços e a equipamentos urbanos.

2.6 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A política habitacional pós-1988 está construída sobre uma estratégia de ação, cujas linhas gerais se identificam com o direito à cidade sustentável que, juntamente com a *propriedade urbana*, passa a exercer funções sociais na cidade.

Com o Estatuto da Cidade, novos instrumentos surgiram para a concretização desses direitos, como a concessão especial para fins de moradia (para as terras públicas ocupadas) e o usucapião coletivo (para terras particulares).

A regularização fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais promovidas pelo poder público por razões de interesse social ou interesse específico, que visem a adequar os assentamentos informais aos princípios legais, de modo a garantir o reconhecimento do direito social da moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito social ao meio ambiente equilibrado.

Na cidade de Leopoldina, o processo de regularização fundiária se encontra parcialmente resolvido, sendo que vários loteamentos ainda estão sendo cadastrados. Os loteamentos não oficiais, especialmente aqueles clandestinos e os invadidos nos fundos de vale e nas encostas, presumivelmente passarão pelo processo de regularização.

Lembramos que, de acordo com o Estatuto da Cidade, (BRASIL, 2001), no Art. 12, parágrafo 12, cabe ao município a assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Uma comissão técnica e jurídica deverá orientar os grupos sociais carentes em ações judiciais e perante o cartório, garantindo a essa faixa da população o direito à regularização fundiária e à propriedade.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise feita é possível apontar de forma resumida algumas deficiências e algumas potencialidades de cidade de Leopoldina:

2.7.1 Deficiências

2.7.1.1 Área rural e distritos

O contínuo desmatamento da área rural e a não observância das normas ambientais para manutenção de áreas *non aedificandi*;

2.7.1.2 Sede Urbana

- Hidrografia e Saneamento
- Canalização de córregos, diminuindo a área de infiltração, reduzindo a umidade relativa e podendo causar enchentes na época das chuvas;
- Córregos poluídos são o canal de recepção de esgotos e águas servidas;
- Ocupação clandestina das margens dos córregos e áreas de alta declividade;
- Uso e ocupação do solo;
- Alta densidade habitacional sobre uma estrutura urbana com índices urbanísticos reduzidos;
- Pouca permeabilidade do solo, poucos recuos e alta concentração da taxa de ocupação;
- Vazios urbanos constituídos de áreas alagadiças que tornam-se depósitos de esgotos e rejeitos urbanos;
- Expansão do cemitério em área de declividade excessiva e implantado acima de áreas residenciais;
- Carência / má distribuição de áreas livres para recreação, o que leva a apropriação de faixas lindeiras às rodovias para a prática de atividades de recreação;

- Poda sistemática e inapropriada das espécies arbóreas;
- Edificações de alto valor funcional e históricos abandonados e fechados: fábricas, galpões, etc.

2.8 POTENCIALIDADES

- Sítio natural e paisagem em geral - os pontos de visada, os mirantes, e a beleza cênica;
- Patrimônio histórico cultural e potencialidade turística - o centro, largo do rosário e o largo da Estação;
- Distritos com potencialidade histórica e cultural,
- Área central com concentração de serviços variados e de qualidade;
- Vitalidade urbana - ambientes muito utilizados pela população;
- Grupos sociais e ONGs atuantes e interessadas no desenvolvimento local;
- As edificações e antigas fábricas que podem ser apropriados para outras atividades
- Horto florestal;
- Rede ferroviária que conecte várias áreas do município;
- Duas rodovias federais interconectadas que podem ser indutoras da implantação de serviços de apoio aos caminhoneiros, serviços, hospedagem, etc.

3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE LEOPOLDINA

3.1 ASPECTOS ECONÔMICOS

A partir do ano de 1991 a taxa de urbanização do município de Leopoldina cresceu o suficiente para caracterizar a área urbanizada como a concentração de mais de 80% da população municipal. Esta tendência se consolida no ano 2000, mostrando o município com uma taxa de urbanização de quase 87% e neste mesmo ano, em termos de crescimento populacional total, a população do município representava 0,28% da população do Estado e 0,03% da população do País. No período 1991-2000, conforme dados do Censo, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 29,59%, passando de 31,26 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 22,01 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 4,98 anos, passando de 67,37 anos em 1991 para 72,35 anos em 2000, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Fundação João Pinheiro).

Tabela 3.1 - População de Leopoldina, 1970 – 2004

População Residente 1970,1980,1991,2000,2004			
Anos	Urbana	Rural	Total
1970	23.829	17.477	41.306
1980	31.018	11.100	42.118
1991	37.587	8.855	46.442
2000	43.447	6.594	50.041
2004(1)			51.972

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Dados preliminares

Fonte:<http://www.indi.mg.gov.br/municipios/m38401.htm>

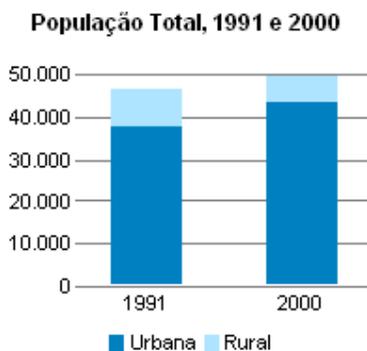


Gráfico 3.1 - População urbana e rural de Leopoldina

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Fundação João Pinheiro

3.1.1 Renda

Para o exame da situação da renda da população do município de Leopoldina no quadro geral da distribuição de renda do país, pode-se observar que, de acordo com o último Censo IBGE (2000), o rendimento médio dos 40% mais pobres da população ocupada caiu 3% em relação ao ano anterior, ao passo que para os 10% mais ricos a redução foi de 9%, levando a uma ligeira redução do grau de desigualdade entre esses dois grupos. Conforme o IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais; 2004) em 2002, o rendimento médio dos 10% mais ricos no país era 18 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres, passando para 16,9 em 2003. As Regiões Norte e Centro Oeste foram as que mais reduziram esta relação. Embora o rendimento médio dos 10% mais ricos tenha sido maior no Sudeste, na Região Nordeste o grau de desigualdade de rendimento entre os 40% mais pobres e 10% mais ricos foi mais elevado (18,2). Já a apropriação do rendimento total dos 50% mais pobres aumentou ligeiramente em relação a 2002.

Com relação às principais características dos 40% mais pobres e 10% mais ricos, chama atenção o aumento de cerca de 4 pontos percentuais na proporção dos estudantes de nível superior entre os 10% mais ricos em relação ao ano anterior. Por outro lado, houve uma redução de cerca de 1 ponto percentual entre os empregados sem carteira de trabalho assinada dos 40% mais pobres. Ainda conforme dados do IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais; 2004), os trabalhadores por conta própria aumentaram sua participação em cerca de 1 ponto percentual nesses dos grupos. Esta situação de concentração de renda é generalizada para todo país e mostra que o município de Leopoldina não é exceção, conforme quadro abaixo.

Tabela 3.2 – Renda domiciliar de Leopoldina 1991-2000

Município	Porcentagem da Renda Domiciliar apropriada por Faixas da População – 1991- 2000					
	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres -1991	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres -2000	% da renda apropriada pelos 40% mais pobres -1991	% da renda apropriada pelos 40% mais pobres - 2000	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos - 1991	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos - 2000
LEOPOLDINA	3,46	3,46	10,12	10,58	47,94	46,57

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Embora a concentração de renda seja uma característica que emparelha o município de Leopoldina com a quase totalidade dos municípios brasileiros, tem sido registrado ali um

decréscimo da desigualdade quanto à renda per capita. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Fundação João Pinheiro), a renda per capita média do município cresceu 58,14%, passando de R\$ 155,10, em 1991, para R\$ 245,27 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 46,46%, passando de 48,5% em 1991 para 26,0% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,58 em 1991 para 0,56 em 2000²⁴.

3.1.2 Principais atividades econômicas

Leopoldina, que tem a indústria e a agropecuária como principais atividades econômicas, é cortado por importantes rodovias federais, como a BR-116 (Rio-Bahia) e a BR-267, e contando ainda com um aeroporto, tem várias possibilidades de crescimento econômico. Dentre as iniciativas possíveis de serem adotadas está, conforme intenções manifestas em várias oportunidades, a modernização da Cooperativa de leite e derivados, que congrega desde os pequenos aos maiores produtores da região. Por ter expressão na região e já ter demonstrado capacidade de resistir às crises do setor, a Cooperativa pode representar o papel de agregação de esforços no sentido de implementar os produtos primários gerados na região e particularmente no município de Leopoldina.

O município apresentou recentemente um esvaziamento do setor serviços com a saída do município do escritório central da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, COPASA. Esta agência representava para o município uma fonte de renda via salário de seus funcionários e a perda ou transferência de empregos representou um impacto na demanda agregada por bens e serviços do município, com as esperadas quedas de vendas principalmente do setor comercial urbano. Este fato tem um papel cumulativo na economia local e representa um agravamento da situação iniciada com a saída também da cidade do escritório do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER.

A produção econômica caracterizada pelo trabalho familiar e artesanal é relevante para o município de Leopoldina. Se, por um lado, essa modalidade de atividade econômica conta

²⁴ O índice de Gini é uma medida de concentração. Em economia é aplicado tanto à renda quanto à propriedade da terra ou à oligopolização da indústria. Quanto mais se aproxima de zero, o índice de Gini aponta para uma maior igualdade no caso da renda e, ao contrário, quando se aproxima de 1 indica a concentração máxima.

com as vantagens da flexibilidade em gerir seus próprios recursos escassos, por outro lado, a informalidade de seus meios não cria os liames necessários à expansão das atividades. O trabalho familiar em geral, como não passa em sua totalidade pela intermediação monetária, é capaz de resistir e sobreviver em época de pouca demanda sem que haja perda significativa do capital empregado: o trabalho não pago em dinheiro (proporcionado pela informalidade das atribuições produtivas no inteiro de uma unidade familiar) e as compras de insumo conforme a demanda imediata fazem dessa modalidade de produção econômica a grande depositária da capacidade de geração de recursos para grande parte da população que não se inseriu no mercado formal de trabalho. O grande obstáculo à expansão está em uma de suas principais virtudes: a informalidade do gerenciamento. Sendo assim, sem romper com a natureza do trabalho artesanal familiar - em sua disposição para recuar sem perdas significativas nas épocas de baixa demanda e recuperar logo em seguida aos primeiros sinais de retomada econômica - devem ser estimulados meios de garantir abertura de novos mercados com a devida capacidade de financiamento da expansão produtiva. Com pequenos recursos, muitas vezes a capacidade multiplicadora do trabalho familiar é proporcionalmente maior do que investimentos nos setores formais.

Tabela 3.3– Renda da Microrregião – 1991 - 2000

Município	Renda per Capita - 1991	Renda per Capita - 2000
Além Paraíba (MG)	202,09	294,34
Argirita (MG)	105,91	171,65
Cataguases (MG)	174,63	254,74
Dona Euzébia (MG)	113,56	190,77
Estrela Dalva (MG)	126,64	201,92
Itamarati de Minas (MG)	115,67	194,67
Laranjal (MG)	111,95	199,13
Leopoldina (MG)	155,1	245,27
Palma (MG)	119,13	192,12
Pirapetinga (MG)	122,66	231,32
Recreio (MG)	189,35	200,95
Santana de Cataguases (MG)	104,25	166,95
Santo Antônio do Aventureiro (MG)	98,5	154,5
Volta Grande (MG)	128,12	191,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O município de Leopoldina oferece exemplos de atividades econômicas na modalidade acima exposta que poderiam ser objeto de uma política específica, implementada como parte integrante do Plano Diretor. Exemplos dessas atividades que poderiam ser alvo de iniciativas de apoio são aquelas atividades que geram os produtos característicos do município de Leopoldina, como os abaixo designados:

- Doces finos e confeitados artesanais: embora conhecidos nacionalmente, tais atividades não contam ainda com políticas municipais específicas, sobretudo aquelas mais relacionadas com a localização urbana e adequação e estímulos tributários.
- Confecções: peças de vestuário são confeccionadas na cidade, mas não há estatística confiável quanto ao porte dessa atividade e, portanto, não se pode dimensionar de antemão as medidas de apoio. Pode-se, no entanto, estabelecer diretrizes da política urbana para acolher e garantir essa atividade urbana dentro das condições desejáveis, tanto para o fortalecimento dessas atividades, quanto para a adequação e compatibilidade de uso e ocupação urbanas.
- Laticínios: os derivados do leite propiciam uma enorme variedade de produtos típicos na região. Tais produtos devem ser estimulados com políticas de apoio que garantam as instalações urbanas apropriadas quanto aos deslocamentos da área rural para a área urbana.
- Outros produtos: enfeites (pequenas flores coloridas) confeccionados artesanalmente com amido são exportados para vários países; no entanto, sem uma clara política municipal para estímulo e expansão dessa atividade econômica.

Tabela 3.4 – População ocupada por setores econômicos em Leopoldina - 2000

Setores	Número de Pessoas
Agropecuário, extração vegetal e pesca	2.696
Industrial	4.552
Comércio de Mercadorias	4.020
Serviços	9097
TOTAL	20.365

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e INDI
<http://www.indi.mg.gov.br/municipios/m38401.htm>

Quadro 3.1 - Principais empresas industriais classificadas segundo o número de empregados (2000)

Atividade	Empresas
Extração de minerais não-metálicos	Pedreira União Ltda.
Fabricação de produtos alimentícios e de bebidas	Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina de Resp. Ltda., Saboral Alimentos Ltda.
Fabricação de produtos têxteis	Aurora Textil Ltda.
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	Interblue Indústria e Comércio Ltda., APA Confeções Sociedade Anônima, Magnus Indústria e Comércio Ltda., Sortilege Ltda., nascente industria e comercio de roupas Ltda., Maria Auxiliadora Bianque Galito
Edição, impressão e reprodução de gravações	Gráfica Leopoldina Ltda., Serigrafica trama Ltda.
Fabricação de artigos de borracha e plástico	Recaleo Recapadora Leopoldinense Ltda., Tyresoles de Leopoldina Ltda.
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Cerâmica São José Ltda.
Fabricação produtos de metal-excl. máquinas e equipamentos	Aramil Aramificio mineiro Ltda., MTB comercio de gaiolas Ltda., Fundição Santa Rita Ltda.
Fabricação de outros equipamentos de transporte	Fábrica de Charretes Tupy Ltda.

Fonte: Cadastro de Empresas do IBGE - CEMPRE

OBS: Inclui apenas empresas com 10 ou mais emprego

Fonte:<http://www.indi.mg.gov.br/municipios/m38401.htm>

Tabela 3.5 – Principais produtos agrícolas - 2003

Produto	Área Colhida (ha) a	Produção (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Arroz em casca irrigado	560	2.800	5.000,00
Banana (2)	82	1.066	13.000,00
Cana-de-acucar	24	960	40.000,00
Cafe	35	70	2.000,00
Feijao (1a.safra)	27	11	407,41
Feijao (2a.safra)	43	30	697,67
Fumo (em folhas)	4	4	1.000,00
Laranja (1)	100	800	8.000,00
Mandioca	10	100	10.000,00
Milho	990	2.970	3.000,00
Tomate (de mesa)	5	250	50.000,00
Coco-da-Bahia	4	112	28.000,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Tabela 3.6 - Pecuária - Principais Efetivos - 2002

Especificação	Número de Cabeças
Asininos	39
Bovinos	58.363
Caprinos	289
Coelhos	83
Eqüinos	2.173
Galináceos	129.441
Muare	191
Suínos	14.061

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e INDI

<http://www.indi.mg.gov.br/municipios/m38401.htm>

Tabela 3.7 - Energia Elétrica - Consumo - 1999-2003
 Concessionária: Cia. Força e Luz Cataguases - Leopoldina

Industrial					
consumo (KWh)	11.636.092	11.925.435	11.872.951	6.600.394	5.005.162
no. consumidores	166	165	170	140	138
Comercial					
consumo (KWh)	11.504.863	12.467.402	10.771.627	10.783.942	11.038.112
no. consumidores	1.739	1.790	1.851	1.856	1.899
Residencial					
consumo (KWh)	23.122.548	23.774.626	20.112.992	19.962.996	20.058.660
no. consumidores	12.690	13.134	13.780	13.969	14.290
Rural					
consumo (KWh)	4.995.490	5.225.864	4.774.462	4.860.001	4.851.677
no. consumidores	1.059	1.091	1.164	1.217	1.242
Outros					
consumo (KWh)	6.248.824	6.353.961	5.472.183	5.949.933	6.310.308
no. consumidores	179	176	193	206	213
Total					
consumo (KWh)	57.507.817	59.747.288	53.004.215	48.157.266	47.263.919
no. consumidores	15.833	16.356	17.158	17.388	17.782

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e INDI
<http://www.indi.mg.gov.br/municipios/m38401.htm>

Quadro 3.2 – Serviços em Leopoldina

Saúde: (2004)
2 hospitais 253 leitos
Fonte: SUS - Ministério da Saúde
Hotéis: (2000)
11
Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH
Instituições Financeiras: (2004)
Banco ABN AMRO S.A., Banco BRADESCO S.A., Banco do Brasil S.A., Banco ITAÚ S.A., Caixa Econômica Federal, UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.
Fonte: Banco Central do Brasil e INDI http://www.indi.mg.gov.br/municipios/m38401.htm

Com relação aos equipamentos de saúde, existem ainda no município, 11 PSFs, Postos de Saúde da Família, na sede e um em cada um dos cinco distritos, um centro de reabilitação

e fisioterapia regional, um CEO, Centro de Especialidades Odontológicas além da entidade filantrópica Levanta de Novo para a recuperação de drogados.

3.1.3 Acesso a bens de consumo

Os dados gerais sobre os domicílios no país, conforme IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais; 2004), mostram que a condição de ocupação, em 2003, manteve proporções semelhantes aos anos anteriores, apresentando 73,7% de domicílios próprios, 17,1% de alugados e 8,6% de cedidos. Vale ressaltar que a Região Centro-Oeste apresentou proporções de domicílios próprios inferior à média nacional (68,2%) e superior em relação aos domicílios alugados (21,3%), provavelmente em função do processo de urbanização acelerado e desenvolvimento econômico mais recentes nessa área do País.

Tabela 3.8 - Acesso da população a bens de consumo – percentual de pessoas com computador, carro e geladeira na Microrregião de Cataguases - 1991 e 2000

Município	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro, 1991	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 1991	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 2000
Além Paraíba (MG)	7,57	21,82	31,55	73,15	94,39
Argirita (MG)	2,88	14,92	23,62	55,84	85
Cataguases (MG)	7,77	16,46	30,03	78,76	95,46
Dona Euzébia (MG)	4,12	16,4	28,53	58,58	90,76
Estrela Dalva (MG)	2,04	9,74	21,31	47,9	85,59
Itamarati de Minas (MG)	2,92	15,91	28,72	55,08	89,48
Laranjal (MG)	2,04	18,66	32,64	59,31	87,83
Leopoldina (MG)	6,43	19,51	28,68	76,07	92,17
Palma (MG)	4,17	16,02	20,55	48,16	85,16
Pirapetinga (MG)	4,77	14,18	27,2	60,56	91,9
Recreio (MG)	2,66	16,23	23,95	60,05	88,86
Santana de Cataguases (MG)	2,64	14,16	25,77	52,04	88,11
Santo Antônio do Aventureiro (MG)	1,33	18,33	25,67	41,74	85,76
Volta Grande (MG)	2,97	15,39	23,36	62,78	89,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Quanto ao acesso a alguns serviços essenciais à posse de bens duráveis, em 2003, pode-se afirmar que 99,5% dos domicílios no Brasil tinham acesso à iluminação elétrica; 90,3%

possuíam TV em cores; 91,7% possuíam geladeira; e 17,7% possuíam freezer; sendo que no Nordeste este último percentual foi de 8,8%. No que diz respeito à inclusão digital, 17,5% dos domicílios possuíam computador, mas apenas 13,2% possuíam acesso à Internet. Nas Regiões Norte e Nordeste estes percentuais eram bem inferiores (5,8% e 6,0%, respectivamente). A telefonia fixa estava presente em 57,8% dos domicílios urbanos no Brasil, sendo que nos domicílios do Norte e Nordeste, apenas 37,4% tinham este serviço, contrastando com os domicílios do Sudeste e Sul do país, onde os percentuais ficaram em torno de 67%, de acordo com dados do IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais; 2004). Os dados relativos aos municípios da Microrregião de Cataguases mostram o quadro de baixa acessibilidade a bens como computador, comparada com a média nacional. O acesso ao uso do automóvel tem, no entanto, aumentado consideravelmente em toda Microrregião e, particularmente no município de Leopoldina, onde a acréscimo de percentual de pessoas com acesso ao automóvel foi de 9% no intervalo entre 1991 e 2000, conforme Tabela 3.8.

3.1.4 Acesso à infra-estrutura

Ainda conforme informações do IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais; 2004), os domicílios com acesso à água por rede geral de abastecimento com canalização interna atingiram a taxa de 89,6% em 2003. A Região Norte detinha a situação menos favorável de acesso à água por rede geral de abastecimento (57,5%). A Região Sudeste apresentou a melhor situação, com 95,5% dos domicílios atendidos por rede geral; mostrando São Paulo (98,4%) e Belo Horizonte (98,3%) com a melhor situação. Os dados referentes ao município de Leopoldina mostram o acesso aos serviços básicos melhor que a média nacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 3.9 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso aos serviços básicos, 1991 e 2000 - Municípios da Microrregião Cataguases (Minas Gerais)

Município (2000)	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica
Além Paraíba (MG)	97,66	97,15	92,84	98,74
Argirita (MG)	97,71	96,85	95,15	97,6
Cataguases (MG)	98,74	98,23	97,7	99,66
Dona Euzébia (MG)	98,3	96,89	94,21	98,67
Estrela Dalva (MG)	94,55	93,32	90,97	97,84
Itamarati de Minas (MG)	97,1	96,74	96,98	98
Laranjal (MG)	97,39	96,55	94,87	95,03
Leopoldina (MG)	97,98	97,33	96,13	98,69
Palma (MG)	92,06	91,33	94,39	94,82
Pirapetinga (MG)	96,78	95,07	96,76	97,98
Recreio (MG)	94,53	93,74	91,53	97,06
Santana de Cataguases (MG)	97,65	96,95	97,55	97,75
Santo Antônio do Aventureiro (MG)	97,35	97,35	93,87	95,48
Volta Grande (MG)	95,52	95,17	94,77	98,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Com relação ao esgotamento sanitário, o quadro é mais precário. Pouco mais da metade das moradias urbanas brasileiras (55,3%) informaram utilizar o serviço de esgotamento sanitário por rede geral. Portanto, as fossas sépticas, fossas rudimentares e as outras formas constituíam alternativas significativas para o sistema de esgotamento sanitário dos domicílios brasileiros (44,7%). Dessa forma, fica evidente que este serviço específico vigente nas moradias urbanas brasileiras não acompanhou a expansão dos serviços de abastecimento de água (89,6%), conforme IBGE – Síntese dos Indicadores Sociais, 2004.

Consideradas regionalmente, as condições de esgotamento sanitário apresentaram melhores índices na Região Sudeste. Dos Estados da Região Sudeste, São Paulo

apresenta o melhor percentual (89,8%) de utilização da rede coletora, cabendo ao Estado do Rio de Janeiro a pior situação (58,7%).

Dentre todas as Regiões Metropolitanas do país, Belo Horizonte apresenta a melhor situação quanto ao percentual de utilização de rede geral de esgotamento sanitário, conforme dados do IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais; 2004).

Conforme IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais; 2004). Os serviços de coleta de lixo atenderam, em 2003, diretamente 88,6% dos domicílios e vêm aumentando consideravelmente nas regiões antes menos favorecidas. Tal situação pode ser explicada pela forte pressão que a sociedade civil vem exercendo sobre os governos municipais, responsáveis pelos serviços.

Tabela 3.10 - Densidade (número de moradores por dormitório - m/d) e Propriedade do Domicílio. 1991 e 2000 - Municípios da Microrregião de Cataguases (Minas Gerais)

Código	Município	% de pessoas que vivem em domicílios com densidade >2 m/d em 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com densidade >2 m/d em 2000	% de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 2000
310150	Além Paraíba (MG)	18,3	14,91	55,55	67,03
310440	Argirita (MG)	13,16	9,01	60,78	60,81
311530	Cataguases (MG)	14,65	9,7	64,77	68,05
312290	Dona Euzébia (MG)	12,74	8,5	64,16	69,45
312460	Estrela Dalva (MG)	16,05	8,82	50,52	61,14
313260	Itamarati de Minas (MG)	11,4	7,51	59,06	62,56
313800	Laranjal (MG)	11,76	7,35	54,06	64,68
313840	Leopoldina (MG)	15,21	9,96	57,75	61,81
314670	Palma (MG)	13,98	8,79	57,39	63,7
315110	Pirapetinga (MG)	20,38	12,42	60,18	59,53
315410	Recreio (MG)	13,65	8,23	57,21	64,19
315840	Santana de Cataguases (MG)	12,39	7,4	50,43	68,82
316000	Santo Antônio do Aventureiro (MG)	9,43	6,54	57,63	64
317210	Volta Grande (MG)	19,21	13,83	52,66	60,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

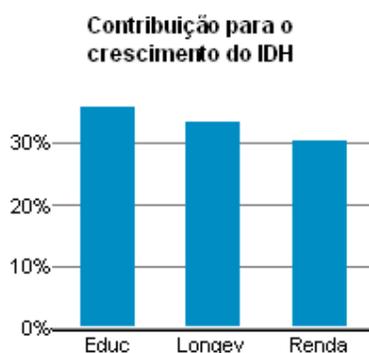
Tabela 3.11 - Indicadores de Vulnerabilidade Familiar, 1991 e 2000

	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,3
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	4,1	6,2
% de crianças em famílias com renda inferior a 1/2 salário mínimo	61,5	39,3
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	6,1	5,2

ND = não disponível

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Fundação João Pinheiro

Gráfico 3.2– Índice de Desenvolvimento Humano em Leopoldina



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Fundação João Pinheiro

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Fundação João Pinheiro), no período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Leopoldina cresceu 11,94%, passando de 0,695 em 1991 para 0,778 em 2000. O IDH é resultado da combinação de três dimensões: Longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; Educação, medida pela combinação da taxa de alfabetização de adultos, com peso 2/3, e da taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino, com peso 1/3; e Renda, medida pelo PIB per capita, expresso em dólares PPC (paridade do poder de compra).

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 36,1%, seguida pela Longevidade, com 33,3% e pela Renda, com 30,5%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 27,2%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 12,8 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com

o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 6,0 anos para alcançar Poços de Caldas (MG), o município com o melhor IDH-M do Estado de Minas Gerais (0,841), ainda de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Fundação João Pinheiro).

No ano de 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Leopoldina foi de 0,778. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Leopoldina apresenta uma situação boa: ocupa a 1098ª posição, sendo que 1097 municípios (19,9%) estão em situação melhor e 4409 municípios (80,1%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Leopoldina apresenta uma situação boa: ocupa a 122ª posição, sendo que 121 municípios (14,2%) estão em situação melhor e 731 municípios (85,8%) estão em situação pior ou igual, conforme Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Fundação João Pinheiro).

3.2 ASPECTOS SOCIAIS

Tendo em vista a elaboração do Plano Diretor Participativo da cidade de Leopoldina apresentamos o diagnóstico das condições atuais do meio antrópico (demográfico, sócio-econômico, urbanístico e de infra-estrutura) do município.

O dimensionamento da dinâmica demográfica, econômica, urbanística, social e cultural da população afetada é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas visando à sustentabilidade e garantia da qualidade de vida dos residentes e investidores nas áreas urbana e rural afetadas. Dessa forma, a importância desse diagnóstico deve-se a, pelo menos, dois motivos: o primeiro é a ausência de dados disponíveis no município sobre o meio antrópico²⁵ e o subsídio imprescindível destes para as análises sócio-econômicas, urbanísticas e de infra-estrutura urbana e o segundo se refere à expectativa de que este diagnóstico permita redimensionar vários aspectos componentes da qualidade de vida da população, criando a possibilidade de melhor organização, controle e conseqüente atendimento da comunidade local no que toca às políticas de saúde, educação, assistência social, etc. Elas permitem, ainda, o estabelecimento de mecanismos e investimentos

²⁵ Ressalte-se, aqui, o seu rigor metodológico, que garante a validade destes dados recortados sobre a base do censo IBGE 2000 e elaborados pelo Centro de Estudos Urbanos (CEURB/UFMG).

sociais e econômicos que poderão impactar positivamente a qualidade de vida da população e da região.

Para permitir uma análise coerente escolhemos trabalhar na interseção de dois conceitos — a qualidade de vida urbana e a cidadania.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), qualidade de vida é o contrário de pobreza. Neste limiar de século esta noção se caracteriza pela rapidez com que se difunde, pelas clivagens específicas que assume e, particularmente, se liga aos processos de urbanização e à re-estruturação das sociedades. Está, portanto, relacionada às crises econômica e ambiental como, também, à reforma das instituições, com a re-orientação de políticas e o desenvolvimento das instituições de pesquisa (previsão e conhecimento técnico). É neste sentido que a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) propõe a indissociabilidade dos conceitos de desenvolvimento/meio-ambiente/sustentabilidade. No seu percurso, a noção de qualidade de vida deixa de se pautar apenas por critérios econômicos e físico-territoriais, por critérios objetivos e/ou materiais e se aproxima dos critérios sociais, valorativos, como também as questões da cidadania, dos direitos, da justiça e da dignidade. Se torna, assim, parte fundamental da vida humana. Desta forma, passam a ser levados em conta nas suas interseções o meio-ambiente natural, as infra-estruturas, as relações sociais e culturais, bem como a avaliação que os indivíduos fazem desses elementos.

3.2.1 Metodologia

Para fins da análise demográfica utilizamos uma metodologia própria elaborada pelo CEURB tendo como fonte o banco de dados do IBGE, censo 2000, para Belo Horizonte. Ela está representada por um conjunto de mapas que foram construídos na conjugação dos dados correspondentes do IBGE e informados pelo "MapInfo" para as áreas urbana e rural. O percurso metodológico foi o de um processo de desagregação de dados (IBGE, 2000) e seu re-agrupamento pelos setores censitários que conformam as áreas urbana e rural do município²⁶. Eles compõem o conjunto de informações específicas e detalhadas sobre a caracterização dos atributos individuais da população (sexo, idade, renda) e das famílias, a

²⁶ É importante chamar a atenção para as diferenças entre as unidades dos setores censitários urbanos e as unidades territoriais rurais.

evolução da população, a distribuição da população por sexo e faixa etária, o tipo de domicílio, as taxas de ocupação por domicílio e, sobretudo os aspectos demográficos, tais como, a distribuição geográfica da população, a densidade demográfica e a evolução da população. Também serão extraídas informações sobre infra-estrutura (saneamento básico, esgotamento sanitário e coleta de lixo).

O município de Leopoldina, conforme os mapas abaixo relacionados e analisados (Leopoldina – Micro-região 66 – Mapa 3.1; - Leopoldina - Áreas Urbana e Rural – Mapa 3.2; Leopoldina - Setores Censitários Área Urbana – Mapa 3.3; Leopoldina - Definição das Regiões de Análise da Área Urbana – Mapa 3.4; Leopoldina – Setores Censitários Rurais – Mapa 3.5 e Leopoldina - Definição das Regiões de Análise da Área Rural – Mapa 3.6) compõem-se de quatorze municípios. Eles foram mapeados para a finalidade deste estudo tendo como base o censo IBGE 2000 o que nos permitiu registrar as suas reais condições demográficas, sócio-econômicas, urbanísticas e de infra-estrutura com um grau de confiabilidade de mais de 90%.

O CEURB/UFMG, equipe consultora responsável por este diagnóstico elaborou metodologicamente este relatório de forma a permitir o reconhecimento dos pontos positivos e negativos de seus conjuntos de indicadores, bem como a proposição de políticas desejáveis nestes domínios.

3.2.2 Dados Comparativos: Leopoldina e Micro-Região

Os dados contidos no quadro abaixo visam localizar a situação de Leopoldina com relação aos outros municípios componentes da micro-região em uma série ampla de indicadores sociais. Em primeiro lugar apresentaremos as variáveis utilizadas na construção dos índices apresentados procedendo a seguir com a análise propriamente dita dos índices. É importante ressaltar que todos os índices variam entre 0 e 1 e que quanto mais alta a pontuação do município melhor sua situação no indicador considerado.

Tabela 3.12 - Indicadores Sociais – Leopoldina e Micro Região

Município	Índice de Pobreza	Índice de Juventude	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Emprego Formal	Índice de Desigualdade	Índice de Exclusão Social
Além Paraíba	0,633	0,791	0,867	0,604	0,139	0,146	0,558
Argrita	0,437	0,728	0,831	0,401	0,146	0,047	0,473
Cataguases	0,592	0,789	0,889	0,588	0,225	0,121	0,558
Dona Eusébia	0,450	0,731	0,850	0,473	0,077	0,070	0,467
Estrela D'Alva	0,472	0,730	0,784	0,381	0,118	0,070	0,474
Itamarati de Minas	0,477	0,766	0,834	0,422	0,138	0,051	0,489
Laranjal	0,455	0,824	0,832	0,415	0,070	0,056	0,473
Leopoldina	0,551	0,767	0,860	0,544	0,170	0,123	0,529
Palma	0,399	0,775	0,815	0,486	0,092	0,077	0,480
Pirapetinga	0,602	0,753	0,842	0,487	0,163	0,102	0,518
Picópio	0,458	0,789	0,807	0,452	0,080	0,078	0,486
Santana do Cataguases	0,347	0,800	0,825	0,407	0,043	0,028	0,450
Santo Antônio do	0,411	0,814	0,790	0,371	0,066	0,025	0,461
Volta Grande	0,495	0,690	0,816	0,456	0,127	0,095	0,475
Média	0,484	0,768	0,832	0,463	0,118	0,078	0,492

Fonte: Atlas da exclusão social, POCHMANN, M; AMORIM, R. (orgs.). São Paulo. Ed. Cortez, 2003.

Assim, tendo como base o *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, pretendemos com os dados comparativos que introduzem o presente relatório apresentar um panorama geral da situação social de Leopoldina em comparação com os municípios próximos com base em sete indicadores:

- 1) o *índice de pobreza*, medido pelo percentual de chefes de família pobres no município (com rendimento abaixo de um salário mínimo);
- 2) o *índice de emprego formal*, medido como a quantidade de trabalhadores empregados formalmente sobre a totalidade da PIA (população em idade ativa);
- 3) o *índice de desigualdade*, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de 10 salários mínimos sobre o número de chefes de família que ganham abaixo disso;
- 4) o *índice de juventude*, que capta a relação entre o tamanho da população jovem (concentração de jovens na população) e a taxa de violência no município (número de homicídios por 100 mil habitantes);
- 5) o *índice de alfabetização*, medido pela taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos;
- 6) o *índice de escolaridade* calculado pela média de anos de estudo dos chefes de domicílio;

- 7) o *índice de exclusão* que visa uma síntese de indicadores de qualidade de vida, escolaridade e risco juvenil.

Leopoldina encontra-se em posição favorável em grande parte dos indicadores. O índice de pobreza aponta uma situação muito melhor do que a média dos municípios da micro-região (0,551 contra uma média de 0,484) assim como no índice de escolaridade (0,544 para Leopoldina e 0,463 na média dos municípios da micro-região). A situação de Leopoldina também é favorável no que diz respeito ao índice de alfabetização, mas não tanto quanto nos casos dos índices de pobreza e escolaridade.

Destacam-se especialmente em Leopoldina os índices de emprego formal e de desigualdades, indicadores nos quais a posição da cidade é, respectivamente, a segunda e a terceira melhores com relação aos outros municípios da micro-região (apesar de se tratarem de valores baixos de uma forma geral). Apenas no índice de juventude a situação do município de Leopoldina é pior do que a média da micro-região. A síntese geral exposta no índice de exclusão social aponta que Leopoldina encontra-se em uma situação social geral relativamente favorável com relação à grande maioria dos municípios da micro-região e razoavelmente melhor do que a média dos municípios considerados (0,529 contra 0,492 para a média).

3.2.3 Dados gerais

A seguir apresentamos através de mapas a localização geográfica e as unidades de análise consideradas para o restante do trabalho, sendo esta uma importante seqüência de mapas de identificação do município e das unidades que sócio-territoriais que orientam a análise proposta no relatório – com destaque para a definição da separação entre área urbana e rural do município com principal eixo de análise.

3.2.4 Aspectos sócio-demográficos

3.2.4.1 Distribuição da população

O mapa da distribuição populacional (mapa 3.7) aponta boa parte dos setores periféricos da área urbana como os mais populosos, principalmente nas regiões nordeste e centro-oeste da cidade. Alguns setores da região centro-sul também aparecem entre os mais

populosos. A região menos populosa da cidade é a região noroeste. É importante levar em consideração o tamanho relativo dos setores: alguns dos mais populosos são também alguns dos maiores em extensão territorial.

Na região rural do município reside um número muito inferior de pessoas. Além disso, a extensão territorial dos setores censitários rurais é muito maior do que dos setores urbanos, sendo a população, portanto, mais dispersa. Os distritos mais populosos são aqueles mais próximos à área urbana da cidade com destaque para os setores no distrito de Leopoldina (todos com mais de 500 habitantes), no distrito de Providência (720) e no distrito de Ribeiro Junqueira (os dois setores em conjunto somam mais de 1400 habitantes).

3.2.4.2 *Densidade demográfica*

Se por um lado os setores periféricos são os mais populosos na área urbana, quando tratamos do adensamento populacional a situação se inverte. As áreas com maior densidade demográfica são aquelas mais próximas ao centro da cidade, localizadas nas regiões centro-sul, noroeste e nordeste da área urbana no município (ver Mapa 3.8). Os setores periféricos são os menos densamente povoados apesar de serem os que apresentam maior quantidade de população residente, o que pode ser explicado por sua extensão territorial maior.

A área rural de Leopoldina apresenta um cenário totalmente diferenciado. Aqui a densidade demográfica é baixíssima, não chegando em nenhum momento sequer próxima aos níveis de adensamento da área urbana (o setor rural mais povoado apresenta uma densidade de 14 hab/km², enquanto os setores urbanos apresentam no mínimo uma densidade de 900 hab/km²). Na área rural os distritos mais densamente povoados são também aqueles mais próximos da área urbana da cidade, principalmente os de Leopoldina, Ribeiro Junqueira e Tebas.

3.2.4.3 *Rendimento médio do chefe do domicílio*

No que diz respeito à situação econômica das famílias residentes no município, levando em consideração o indicador rendimento médio mensal do chefe do domicílio, podemos afirmar que os setores censitários com a maior média neste indicador concentram-se na região centro-sul da área urbana do município (ver Mapa 3.9). Os setores periféricos das regiões

noroeste e nordeste, por outro lado, são aqueles que apresentam as médias de rendimento do chefe do domicílio mais baixas (menos de R\$310,00 em média). Apenas em setores censitários localizados na região centro-sul da área urbana no município encontramos médias de rendimento acima de R\$ 900,00.

Na região rural encontramos médias de rendimento bem abaixo dos números encontrados na área urbana. Entre os distritos com média de rendimento do chefe do domicílio mais alta no meio rural estão novamente aqueles distritos de Leopoldina mais próximos da área urbana e também alguns setores localizados no distrito de Piacatuba, com média de rendimento entre R\$ 330,00 e R\$47,00 – mesmo sendo as mais altas do meio rural, estão muito abaixo dos setores com renda média do chefe do domicílio mais alta na área urbana, localizada entre R\$1.200 e 1.700,00. Os distritos das áreas rurais mais carentes em termos de rendimento médio do chefe do domicílio são os de Tebas e Abaíba, com médias abaixo de R\$250,00.

3.2.4.4 *Média de anos de estudo do chefe da família*

As regiões com média de escolaridade do chefe do domicílio mais altas na área urbana do município de Leopoldina coincidem amplamente com as áreas de rendimento médio mensal mais alto, podendo ser dito o mesmo com relação às áreas mais carentes quanto a estes indicadores.

Assim, os setores periféricos das regiões noroeste e nordeste da área urbana são aqueles que apresentam em média piores números nos indicadores de renda média e escolaridade média dos chefes de domicílios (ver Mapa 3.10). Novamente, como no caso do rendimento médio, as áreas que concentram indivíduos com escolaridade mais alta concentram-se no centro da área urbana, principalmente na região centro-sul da cidade.

Na área rural a média de escolaridade do chefe do domicílio é muito mais baixa, sendo que todos os setores rurais apresentam médias abaixo de 4,3 anos de estudo (a categoria mais baixa no mapa da área urbana). Os setores rurais com médias mais altas de escolaridade do chefe do domicílio são aqueles localizados nos distritos de Leopoldina, Ribeiro Junqueira e Piacatuba – médias entre 3,2 e 3,6 anos de estudo. A situação é calamitosa principalmente nos distritos de Providência e Abaíba, com médias de anos de estudo do chefe do domicílio abaixo de 3 anos.

3.2.4.5 População por sexo e faixa etária

As tabelas 3.13 e 3.14 demonstram a distribuição populacional por sexo e faixa etária, tanto para a área urbana quanto para a área rural do município de Leopoldina. Notamos uma clara concentração da população no meio urbano, totalizando por volta de 40 mil habitantes enquanto por volta de 6 mil residem na área rural do município. A população total de Leopoldina é de 46.485 habitantes (dados de Censo 2000). Tanto na área rural quanto na área urbana é predominante jovem (abaixo de 30 anos) – tanto para homens quanto para mulheres. Enquanto na área urbana, 53,8% dos homens e 49,9% das mulheres tem menos de 30 anos, na área rural os números são próximos: 52,2% dos homens e 57,7% das mulheres têm menos de 30 anos. Podemos afirmar, portanto, que a proporção de indivíduos com mais de 50 anos, tanto no meio rural quanto no meio urbano é baixa e que a população das duas áreas.

Tabela 3.13 - População por sexo e faixa etária – área urbana

Idade (Anos)	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	N	%	N	%	N
0 a 9 anos	3296	17,20%	3259	15,40%	6555
10 a 19 anos	3752	19,60%	3849	18,20%	7601
20 a 29 anos	3252	17,00%	3441	16,30%	6693
30 a 39 anos	2892	15,10%	3147	14,90%	6039
40 a 49 anos	2375	12,40%	2685	12,70%	5060
50 a 59 anos	1649	8,60%	2020	9,57%	3669
60 a 69 anos	1156	6,00%	1419	6,70%	2575
70 a 79 anos	597	3,10%	896	4,23%	1493
Acima de 80 anos	198	1,00%	430	2,00%	628
Total	19167	100,00%	21146	100,00%	40313

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração CEURB/UFMG. 2006

Tabela 3.14 - População por sexo e faixa etária – área rural

Idade (Anos)	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	N	%	N	%	N
0 a 9 anos	571	17,29%	592	20,63%	1163
10 a 19 anos	610	18,47%	589	20,52%	1199
20 a 29 anos	543	16,44%	476	16,59%	1019
30 a 39 anos	497	15,05%	409	14,25%	906
40 a 49 anos	385	11,66%	292	10,17%	677
50 a 59 anos	313	9,48%	240	8,36%	553
60 a 69 anos	231	7,00%	155	5,40%	386
70 a 79 anos	114	3,45%	90	3,14%	204
Acima de 80 anos	38	1,15%	27	0,94%	65
Total	3302	100,00%	2870	100,00%	6172

3.2.4.6 *Total de domicílios por setor censitário*

A distribuição espacial dos domicílios pelos setores censitários na área urbana do município de Leopoldina, aponta, assim como a distribuição da população pelos setores censitários, um maior número de domicílios nos setores periféricos das regiões nordeste e centro-oeste (ver Mapa 3.11). Alguns setores da região centro-sul da área urbana também apresentam uma grande quantidade de domicílios. Os setores periféricos apresentam o maior número de domicílios, mas também as maiores extensões territoriais, mas alguns setores na região centro-sul apresentam um grande número de domicílios sem uma extensão territorial tão ampla. Esse dado será mais bem explorado no mapa referente à densidade domiciliar.

Na área rural temos um número bem menor de domicílios. A maior quantidade está concentrada nos distritos de Leopoldina, Ribeiro Junqueira e Providência. Os setores censitários rurais com o menor número de domicílios estão concentrados no distrito de Piacatuba. Mas de forma geral a diferença no número de domicílios não é tão grande entre os setores rurais, exceto no distrito acima mencionado de Piacatuba, que tem um número consideravelmente menor de domicílios.

3.2.4.7 *Média de moradores por domicílio*

O indicador de média de moradores por domicílio reafirma em ampla medida a dualidade, na área urbana de Leopoldina, entre os setores censitários localizados na periferia das regiões nordeste e centro-oeste e aqueles localizados próximos ao centro e na região centro-sul da área urbana do município (ver Mapa 3.12).

Enquanto que, no caso dos primeiros, os domicílios são divididos em média por um número maior de pessoas, na região centro-sul moram em média menos moradores em uma mesma unidade domiciliar. Apesar desta diferença considerável, a média de moradores por domicílio nos setores censitários da área urbana de Leopoldina é razoavelmente homogênea variando entre 3,24 e 4,13 moradores por domicílio.

Na área rural, a média de moradores por domicílio não apresenta parâmetros muito diferentes da área urbana, variando entre 3 e 4,2 moradores por domicílio. As médias mais

altas são encontradas em setores nos distritos de Abaíba (4,28 moradores por domicílio) e Providência (3,97 moradores por domicílio).

3.2.5 Dados urbanísticos

3.2.5.1 Distribuição da densidade domiciliar

A distribuição da densidade domiciliar nos setores censitários da área urbana de Leopoldina aponta uma concentração maior de domicílios nos setores localizados na região centro-sul - mais próximos ao centro - da área urbana e em alguns setores das regiões nordeste e noroeste do município – também aquelas mais próximas ao centro (ver Mapa 3.13). A concentração de unidades domiciliares é mais baixa nos setores censitários periféricos de todas as regiões consideradas.

A densidade domiciliar na área rural é baixíssima, muito abaixo da encontrada nos setores urbanos. É importante considerar que a extensão territorial dos setores rurais é muito maior do que a extensão dos setores urbanos, o que explica os baixíssimos índices encontrados no distrito de Abaíba (0,854 domicílios/km²) e em um setor do distrito de Piacatuba (0,984 dom/km²). Os setores rurais com maior concentração domiciliar localizam-se nos distritos de Leopoldina e Ribeiro Junqueira, variando entre 2,3 e 4 dom/km² – a título de comparação, os setores urbanos com densidade domiciliar mais baixa apresentaram no mínimo 250 dom/km².

3.2.5.2 Condição de ocupação – domicílios próprios

Apesar de desfavorecidos em uma série de indicadores como renda e escolaridade, os setores censitários periféricos das regiões nordeste, noroeste e centro-oeste são aqueles que apresentam a maior proporção de domicílios próprios (entre 75,1% e 90% do total de domicílios do setor). Na região centro-sul predominam também domicílios próprios, mas em proporção menor (entre 57 e 75% dos domicílios). Os setores censitários com menor proporção de domicílios próprios estão localizados nas regiões centro-sul e noroeste (ver Mapa 3.14).

Na área rural encontramos uma proporção menor de domicílios próprios. O setor com maior índice está localizado no distrito de Piacatuba, com 71,8% de domicílios próprios. Chama a

atenção o fato de que alguns setores localizados nos distritos de Providência e Abaíba tem uma proporção muito baixa de domicílios próprios, chegando a 19,9% em Providência e 11,4% no distrito de Abaíba. A distribuição deste indicador na área rural é radicalmente diferenciada daquela observada na área urbana, sendo muito mais heterogênea, mesmo dentro dos distritos, entre os setores rurais - no distrito de Tebas, por exemplo, observamos setores censitários com 58,2% de domicílios próprios e setores com 27,3% de domicílios na mesma condição de ocupação.

3.2.5.3 *Condição de ocupação – domicílios alugados*

A proporção de domicílios alugados por setor censitário na área urbana de Leopoldina mostra-se maior em alguns setores nas regiões centro-sul e noroeste (ver Mapa 3.15). Os setores verdes no mapa da área urbana apresentam entre 24 (mínimo) e 44% (máximo) de domicílios alugados – sendo os que apresentam as maiores proporções de domicílios nesta condição de ocupação. Os setores periféricos das diversas regiões na área urbana são os que apresentam menores proporções de domicílios alugados (entre 0 e 23,7% do total de unidades domiciliares).

Na área rural de Leopoldina o aluguel é a condição de ocupação menos expressiva. No setor que apresenta a maior proporção de domicílios alugados encontramos 8,4% dos domicílios nestas condições de ocupação (setor localizado no distrito de Tebas), chegando esta proporção a 0 em alguns setores em Tebas e Piacatuba. São, portanto, valores baixíssimos e bastante homogêneos entre os setores da área rural do município.

3.2.5.4 *Condição de ocupação – outras formas de ocupação*

As outras formas de ocupação relacionadas pelo Censo Demográfico 2000 do IBGE incluem: cedidos por empregador, cedidos por outras formas ou outros tipos de ocupação. Tratam-se em geral de condições precárias em termos de condições habitacionais.

No perímetro urbano de Leopoldina, os setores censitários com maior proporção de domicílios caracterizados por outras formas de ocupação que não aluguel ou propriedade, apresentam entre 10 e 25% de domicílios nestas condições (ver Mapa 3.16). Em todas as regiões encontramos setores nessas condições (em azul no mapa urbano). Chama a

atenção a situação de um setor específico da região nordeste, com uma proporção de mais de 25% de domicílios nestas condições precárias de ocupação.

A situação é muito diferente na área rural do município. Na grande maioria dos distritos mais de 40% dos domicílios dos setores censitários rurais não são nem próprios nem alugados. A proporção chega a 86,8% no distrito de Abaíba e 79,6% em Providência. A situação é um pouco melhor em alguns setores censitários do distrito de Piacatuba onde a proporção é de 28 e 38% de domicílios em outras formas de ocupação. A condição de ocupação domiciliar nos setores rurais de Leopoldina é um fato a se destacar pela precariedade do vínculo indivíduo-domicílio apontada pelos dados do IBGE.

3.2.5.5 *Proporção dos domicílios tipo casa*

Os domicílios do tipo casa são predominantes na área urbana de Leopoldina. Predominantemente na região centro-sul, e em alguns setores das regiões nordeste e noroeste a proporção é um pouco menor variando até um máximo de 80% de domicílios do tipo casa (ver Mapa 3.17). O nível de verticalização é ainda mais baixo nos setores censitários periféricos das regiões centro-oeste e nordeste onde a proporção é ainda mais alta (acima de 80% de domicílios do tipo casa).

Na área rural obviamente este tipo de domicílio é predominante. Em todos os setores rurais a proporção de casas é maior do que 90%. A proporção mais baixa é encontrada em um setor no distrito de Leopoldina, à nordeste da área urbana do município – 90,3% - e as mais altas em setores nos distritos de Piacatuba, Leopoldina e Providência – 100%.

3.2.5.6 *Proporção dos domicílios tipo apartamento*

A proporção de domicílios do tipo apartamento, na área urbana do município, é mais alta na região centro-sul. Dentre os setores desta região observamos duas faixas de variação na proporção de domicílios do tipo apartamento: entre 26 e 35,7% e entre 35,8 e 71,2%. A verticalização é, portanto, muito mais intensa na região centro-sul da área urbana da cidade (ver Mapa 3.18).

Domicílios do tipo apartamento praticamente inexistem no meio rural. Apenas em dois setores censitários rurais temos domicílios deste tipo – um no distrito de Abaíba, 0,9% do

total de domicílios e um no distrito de Ribeiro Junqueira com 0,5% de domicílios do tipo apartamento.

3.2.6 Infra estrutura

3.2.6.1 Abastecimento de água via rede urbana

Indicadores de Abastecimento de Água são fundamentais na análise da infra-estrutura municipal. Na área urbana de Leopoldina, em praticamente todos os setores censitários mais de 90% dos domicílios são atendidos pela rede geral de abastecimento de água. Apenas um setor na região nordeste apresenta uma proporção abaixo de 90% de domicílios atendidos. Os setores pintados em azul no mapa 3.19 da área urbana apresentam uma proporção de mais de 95% de domicílios atendidos. O abastecimento de água via rede geral não chega a de 5 a 10 % dos domicílios pintados em amarelo no mapa.

Muito diferenciada é a situação dos domicílios na região rural. Em nenhum dos setores rurais a rede geral de abastecimento de água atende a mais de 13% dos domicílios e quanto mais distante da área urbana menor a proporção de domicílios com este tipo de abastecimento de água, chegando a 0% no distrito de Piacatuba, 0,6% no distrito de Tebas e 0,9% no distrito de Abaíba.

3.2.6.2 Abastecimento de água via poço ou nascente

O abastecimento de água via poço ou nascente aparece em uma proporção maior de domicílios nos setores mais periféricos da região nordeste do perímetro urbano – proporções entre 10 e 12% do total de domicílios (ver Mapa 3.20).

Nos setores censitários centrais das regiões noroeste, centro-sul e centro-oeste o abastecimento de água via poço ou nascente praticamente inexistente (variando entre 0% e 0,2% do total de domicílios). Os setores periféricos da região centro-oeste e centro-sul apresentam proporção razoável de domicílios com este tipo de abastecimento – entre 1 e 10%.

Por outro lado, na área rural o abastecimento de água via poço ou nascente é predominante. Apenas em dois setores do distrito de Piacatuba a proporção é baixa (até 8,1% dos domicílios), em outros os outros setores rurais a proporção de domicílios com

abastecimento de água via poço ou nascente é maior do que 70% dos domicílios. Este tipo de abastecimento é especialmente predominante em setores dos distritos de Piacatuba, Leopoldina, Tebas, Ribeiro Junqueira e Providência, nas quais mais de 89% dos domicílios tem seu abastecimento de água vinculado a poços ou nascentes.

3.2.6.3 *Abastecimento de água – outras formas*

Outras formas de abastecimento de água que não poços, nascentes ou a rede geral são muito pouco freqüentes na área urbana de Leopoldina. Apenas em dois setores censitários da região nordeste a proporção de domicílios atendidos por outras formas de abastecimento de água atingem até 3% do total de domicílios (ver Mapa 3.21).

Na área rural, outras formas de abastecimento de água são um pouco mais comuns em Leopoldina. A proporção é alta mesmo apenas no distrito de Abaíba, no qual 49,1% dos domicílios são atendidos por outras formas de abastecimento de água. Em setores do distrito de Piacatuba, a proporção chega a 3 e 6% dos domicílios. Nos outros setores e distritos este tipo de abastecimento de água é praticamente inexistente.

3.2.6.4 *Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto*

O esgotamento sanitário via rede geral de esgoto não é tão amplo na área urbana quanto o abastecimento de água via rede geral. Em alguns setores censitários periféricos nas regiões centro-sul, centro-oeste e noroeste, o esgotamento via rede geral de esgoto não atinge 10% dos domicílios (ver Mapa 3.22). Na maioria dos setores censitários próximos a área central, o esgotamento sanitário via rede geral de esgoto atinge mais de 90% dos domicílios.

Neste indicador também os dados apontam clara discrepância entre as áreas rural e urbana. Nos limites rurais do município de Leopoldina, pouquíssimos domicílios são atendidos pela rede geral de esgoto e, assim como no caso do abastecimento de água pela rede geral, quanto mais distante da área urbana, menor a proporção de domicílios atendidos. Nos setores censitários rurais de Leopoldina, a proporção de domicílios com esgotamento via rede geral de esgoto não chega a mais de 5% em nenhum dos distritos atingindo 0% em setores nos distritos de Piacatuba, Abaíba e Ribeiro Junqueira.

3.2.6.5 *Esgotamento sanitário via vala*

A proporção de domicílios com esgotamento via vala atinge entre 2,5 e 12% dos domicílios em apenas três setores censitários da área urbana da cidade (dois na região nordeste e um na região centro-oeste). Em todos os outros setores censitários esta proporção não chega a 2,4 % dos municípios sendo que na grande maioria deles a proporção não chega a 0,2% (ver Mapa 3.23).

Na área rural o esgotamento via vala aparece em uma proporção maior de domicílios. A proporção de domicílios varia de 0,9 a 6% naqueles setores em que é menor (localizados nos distritos de Leopoldina e Piacatuba) a de 12 a 33,5% naqueles setores em que a proporção é maior (principalmente em Tebas, centro-sul e norte de Leopoldina, Ribeiro Junqueira e centro-oeste de Piacatuba).

3.2.6.6 *Esgotamento sanitário via rio ou lago*

O esgotamento sanitário via rio ou lago é característica de uma proporção razoável de domicílios em alguns setores censitários periféricos das regiões nordeste, centro-sul e centro-oeste, podendo chegar a 76% dos domicílios. No entanto, na grande maioria dos setores censitários urbanos de Leopoldina a proporção de domicílios com esgotamento sanitário via rio ou lago não chega a 1,5% do total de domicílios (ver Mapa 3.24).

Na área rural, o esgotamento sanitário via rio ou lago aparece em uma proporção bem maior de municípios. Os setores rurais do distrito de Leopoldina apresentam ampla variação: de 5,6 a 61,2% de domicílios com esgotamento sanitário via rio ou lago.

Em Providência a proporção é de 74% dos domicílios com esgotamento sanitário via rio ou lago, sendo este o distrito rural no qual a proporção do indicador apresentado é maior. Nos outros distritos – Ribeiro Junqueira, Abaiba, Piacatuba e Tebas, a proporção de domicílios com este tipo de esgotamento varia entre 26 e 60% do total de domicílios.

3.2.6.7 *Esgotamento via outras formas*

O esgotamento sanitário via outras formas de escoamento acontece em pouquíssimos domicílios do perímetro urbano do município. Apenas em um dos setores censitários a proporção atinge 2,2% dos domicílios. Na grande maioria dos setores censitários este tipo

de esgotamento não atinge 1% dos domicílios e na área central em sua quase totalidade tem menos de 0,3% do total de domicílios com esgotamento sanitário via outras formas de escoamento (ver Mapa 3.25).

Na área rural a proporção de domicílios com esse tipo de esgotamento também é baixa mas um pouco mais alta do que na área urbana. Um dos setores rurais no distrito de Tebas tem 19,7% de seus domicílios com esgotamento via outras formas, sendo a maior proporção encontrada entre os setores rurais, o que indica a clara necessidade de investimento em saneamento na região. Nos demais setores em que a proporção é alta o indicador varia entre 1 e 5,3%.

3.2.6.8 *Esgotamento via fossa séptica ou rudimentar*

A área urbana de Leopoldina aponta alguns setores censitários nos quais é expressiva a proporção de domicílios com esgotamento sanitário via fossa séptica ou rudimentar, principalmente os setores periféricos das regiões noroeste e nordeste (ver Mapa 3.26). Nestes, a proporção de domicílios com este tipo de esgotamento varia entre 4 e 11%. Na região central a incidência de domicílios com esgotamento via fossa séptica ou rudimentar é bastante baixa e a grande maioria dos setores apresenta proporções entre 0 e 0,3% do total de domicílios.

O esgotamento via fossa séptica ou rudimentar é mais freqüente na área rural, principalmente ao sul da área urbana no distrito de Leopoldina, onde 60,8% dos municípios contam com esgotamento via fossa séptica ou rudimentar. As proporções também são altas nas regiões de Ribeiro Junqueira, Abaíba e nos setores mais próximos à área urbana de Leopoldina, variando entre 22 e 50% do total de domicílios. Os distritos de Piacatuba e Providência são aqueles com as menores proporções de domicílios com esgotamento via fossa séptica ou rudimentar, em alguns setores comparáveis com as proporções mais altas deste tipo de esgotamento na área urbana.

3.2.6.9 *Coleta de lixo*

A coleta de lixo é deficitária também nos setores periféricos de todas as regiões da área urbana de Leopoldina. Nos setores mais claros do mapa da área urbana, a proporção varia entre 77 e 96% do total de domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza. Os demais

setores censitários da área urbana tem uma proporção de mais de 96% de domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza (ver Mapa 3.27). Os setores mais próximos do centro variam entre 99 e 100% de domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza.

Nos setores censitários rurais a coleta de lixo por serviço de limpeza é a exceção. Apenas nos setores do distrito de Leopoldina a proporção chega a 7% dos domicílios. Nos outros distritos a proporção chega a 0, com em Piacatuba e Abaíba. De forma geral a coleta de lixo na área rural é praticamente inexistente.

3.2.6.10 *Lixo queimado ou enterrado na propriedade*

Novamente nos setores periféricos das regiões centro-oeste, noroeste e nordeste da área urbana do município temos a maior incidência de um indicador negativo: a proporção de domicílios com lixo queimado ou enterrado na propriedade. Nestes setores a proporção varia entre 8,5 e 13,4% do total de domicílios, configurando uma demanda clara por este serviço nestas regiões. No centro, esta categoria de destinação do lixo está praticamente abolida, com proporções variando entre 0 e 0,3% (ver Mapa 3.28).

Na área rural, o lixo queimado ou enterrado na propriedade é a regra. Em apenas dois setores – um ao norte da área urbana do município e um no distrito de Tebas – a proporção de domicílios é menor do que 80% (71,5 e 75,3% respectivamente). Nos demais setores rurais, a proporção de domicílios nos quais o lixo produzido é queimado ou enterrado na propriedade é maior que 80%, chegando a 94% no distrito de Providência, 99% em um setor do distrito de Piacatuba e 94,7% em um dos setores do distrito de Ribeiro Junqueira.

3.2.6.11 *Lixo jogado em terreno baldio*

A proporção de domicílios com lixo jogado em terreno baldio, rio ou lago na área urbana chega a mais de 18% em apenas um setor censitário na região noroeste e, apenas em mais três setores, ela é maior do que 2% dos domicílios (ver Mapa 3.29). Podemos concluir então que, na área urbana de Leopoldina, apenas alguns setores necessitam de investimento que visem à mudança no destino do lixo domiciliar por jogarem seu lixo em terreno baldio rio ou lago.

A incidência deste tipo de destinação do lixo na área rural é mais alta do que na área urbana. O setor com maior proporção de incidência deste tipo de destino do lixo é localizado no distrito de Tebas, onde 22,7% dos domicílios enquadram-se nesta categoria. A proporção é menor em um setor no distrito de Piacatuba (0%), em um no distrito de Leopoldina (0,9%) e nos distritos de Providência (0,7%) e Ribeiro Junqueira (entre 0,4 e 0,7%). Os demais setores variam entre 10 e 18% do total de domicílios com lixo queimado ou enterrado na propriedade.

3.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

3.3.1 Capacidade Institucional da Prefeitura Municipal

A análise aqui apresentada foi realizada a partir dos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, constando do Organograma da Administração Municipal de Leopoldina (anexo da Lei 2.084 de 24.05.1989). Alguns documentos tangenciais foram também analisados, como o relatório de finanças municipais fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda e o relatório de finanças municipais fornecido pelo IBGE.

3.3.2 Estrutura Administrativa

A estruturação da Prefeitura Municipal se dá conforme o organograma da Figura 3.1 para os órgãos da administração direta. No primeiro nível, estão o prefeito e o Conselho Consultivo Municipal; assessorando-os estão o gabinete, a assessoria técnica, o apoio técnico administrativo e a procuradoria jurídica; diretamente subordinadas estão as administrações distritais e as divisões, e a estas as seções. No entanto, estão em curso mudanças nesta divisão para a criação de novas secretarias.

Entre as divisões voltadas às atividades-fim, é possível destacar aquelas que dependem de mão-de-obra intensiva para realizar seus objetivos, demandando maior número de profissionais e maior diversidade do quadro funcional. A Divisão de Obras e Serviços Urbanos administra as obras, a manutenção das vias e os serviços urbanos; a Divisão de Educação e Cultura administra as escolas; a Divisão de Saúde e Assistência Social administra as assistências médica, odontológica e de enfermagem, e o serviço social. Também a Divisão de Administração conta com uma seção de mão-de-obra intensiva,

relativa ao patrimônio. Todas elas necessitam atenção constante no dimensionamento do funcionalismo, permitindo o andamento dos serviços citados.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE (1997), havia um Cadastro Geral de Contribuintes, datado de 1997. O município ainda não dispõe de um Plano Diretor.

Tanto o código de Posturas quanto o Código de Obras datam de 02 de maio de 1957. O primeiro trata de todas as atividades, inclusive dos serviços de utilidade pública, que podem ser feitos por permissão, autorização ou por concessão privilegiada ou pela própria prefeitura. O segundo trata somente das edificações no município. Não há nenhuma ratificação anexada aos códigos; há, porém, a Lei 3.658/2005 que dispõe sobre o uso de vias públicas, espaço aéreo e de subsolo para implantação e passagem de equipamentos urbanos destinados a prestação de serviços e infra-estrutura por entidades de direito público e privado.

3.3.3 Funcionalismo e Patrimônio Público

Ainda segundo o SEBRAE (1997), em “agosto de 1997 o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Leopoldina apresentava 689 servidores na ativa, 38 aposentados, 12 pensionistas e 87 cargos em comissão” e o salário médio inicial no serviço público municipal era de R\$ 186,26. Além dessa estrutura, existem em funcionamento, segundo informações fornecidas pelo Núcleo Gestor, os Conselhos Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação, Tutelar, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Rural Sustentável, Desenvolvimento Ambiental – CODEMA, Controle Social, Alimentação Escolar, Segurança Pública, do Idoso e do Turismo. A tabela 3.15 apresenta o quadro de pessoal em agosto de 1997.

Tabela 3.15 - Distribuição dos cargos funcionais da Prefeitura Municipal com respectivos salários iniciais Leopoldina 1997

Denominação do cargo	Salário inicial (R\$)	N.º de cargos ocupados
Auxiliar Administrativo	185,71	54
Auxiliar de Enfermagem	185,71	32
Auxiliar de Serviços	143,20	251
Artífice	168,54	43
Coveiro	153,4	5
Escriturário	185,71	23
Fiscal	204,99	18
Motorista	204,99	23
Operador de máquinas	204,99	5
Telefonista	185,71	2
Professor	153,40	157
Secretária	204,99	3
Técnico de nível médio	278,63	9
Técnico de nível superior	394,22	58
Técnico de contabilidade	251,14	6

Fonte: Prefeitura Municipal de Leopoldina. Agosto de 1997. In SEBRAE, 1997.

3.3.4 Finanças Municipais

No que tange ao comportamento da arrecadação municipal, a tabela 3.16 indica que entre 2001 e 2003 o município apresentou períodos de queda e estagnação econômica, o que é refletido, principalmente, nos valores arrecadados no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e outros. O último ano do período analisado demonstra um crescimento de cerca de 22% na arrecadação, o que pode indicar uma retomada do crescimento econômico no município.

Tabela 3.16 – Arrecadação de ICMS e outros impostos – Leopoldina (2001-2004)

Anos	ICMS	Outros	Total
2001	8.344.390,00	3.160.202,00	11.504.592,00
2002	7.716.356,00	3.575.570,00	11.291.926,00
2003	7.451.113,00	3.840.319,00	11.291.432,00
2004	9.303.073,00	4.458.231,00	13.761.304,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Leopoldina, 2004.

Para os dados avaliados, no que se refere às finanças públicas correspondentes ao ano de 2003, verifica-se um comportamento negativo na relação receita/despesa do município de

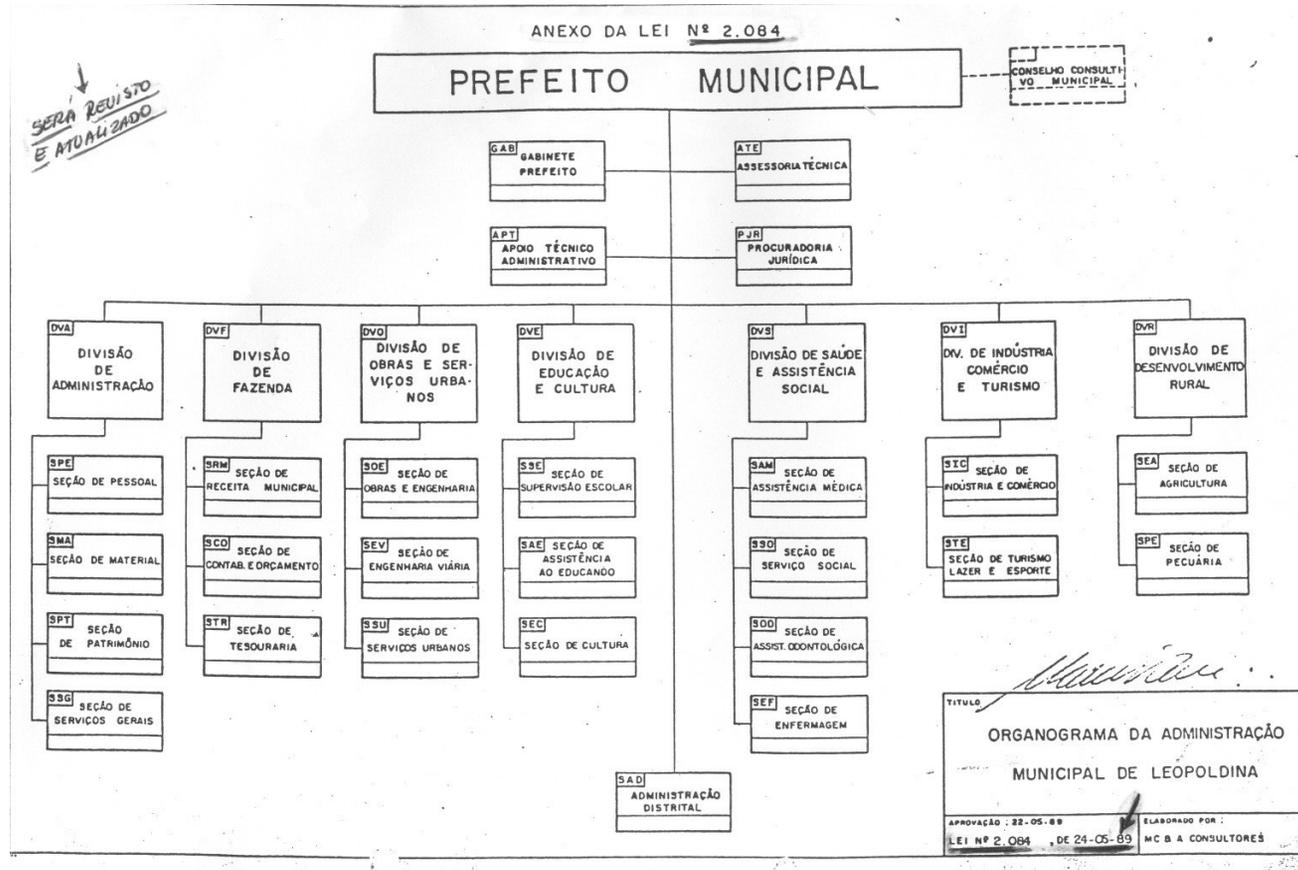
Leopoldina. O município apresentou, para o ano em referência, uma receita corrente per capita da ordem de R\$ 391,22, e uma despesa corrente per capita de R\$ 401,61, para uma população de 52.387 habitantes, de acordo com o Censo 2000/IBGE.

O município utiliza cerca de 43,25% de suas despesas para pagamento de pessoal e encargos sociais, o que o coloca dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Em relação ao investimento per capita no município, observa-se que são investidos cerca de R\$ 74,07 por habitante. De acordo com parâmetros observados para os municípios do estado de Minas Gerais e atualizados para o ano de 2000, a média de valores investidos por habitante é de cerca de R\$ 63,70, ou seja, o município de Leopoldina investe o equivalente a 16,27% acima da média de investimentos dos municípios mineiros.

Quando verificados os aspectos da despesa, para uma despesa per capita média de R\$ 254,76 para os municípios mineiros, Leopoldina apresentou em 2003 um valor superior à média estadual, que foi de R\$ 316,48, ou seja, cerca de 24,2% acima da chamada “despesa ideal”.

Figura 3.1 - Organograma da Prefeitura Municipal



SERA REVISADO E ATUALIZADO

Tabela 3.17 – Finanças Públicas 2003 – Leopoldina/MG (em Reais).

FINANÇAS PÚBLICAS 2003	
Receitas orçamentárias realizadas	20.494.969,70
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	20.086.654,60
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	2.350.044,35
Receitas orçamentárias realizadas - IPTU	458.949,16
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto de Sobre Serviços - ISS	583.607,91
Receitas orçamentárias realizadas – Imp.T.Intv.ITBI	202.915,59
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	996.049,71
Receitas orçamentárias realizadas - Melhoria	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	772.868,52
Receitas orçamentárias realizadas - Industrial	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Agropecuária	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Serviços	258.414,64
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências Correntes	16.128.605,59
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Interg.União	8.489.624,48
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Interg. do Estado	5.026.735,46
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	320.956,52
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas Correntes	576.721,50
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	2.040.413,52
Receitas orçamentárias realizadas - Crédito	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Alienação de Bens	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências de Capital	2.024.504,73
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências da União	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências dos Estados	0,00
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas de Capital	15.908,79
Despesas orçamentárias realizadas	21.039.577,42
Despesas orçamentárias realizadas - Correntes	16.579.589,92
Despesas orçamentárias realizadas - Outras Despesas Corrente	7.359.640,41
Despesas orçamentárias realizadas - Capital	4.459.987,50
Despesas orçamentárias realizadas - Investimentos	3.880.472,24
Despesas orçamentárias realizadas - Inversões Financeiras	0,00
Despesas orçamentárias realizadas - Pessoal e Encargos Sociais	9.095.756,19
Despesas orçamentárias realizadas - Legislativa	701.251,52
Despesas orçamentárias realizadas - Judiciária	0,00
Despesas orçamentárias realizadas - Administrativa	3.942.384,48
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	6.789.277,49
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	32.721,87
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF – repassado aos Municípios	0,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	88.122,42

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2003.

Para análise das receitas correntes do município de Leopoldina, alguns parâmetros para os municípios do estado de Minas Gerais podem ser observados, como por exemplo: as transferências intergovernamentais representam no máximo 48,2% das receitas totais dos municípios e as receitas tributárias 16,2%. Para o município em análise, 67,29% das receitas correntes são provenientes de transferências intergovernamentais da união (42,26%) e estado (25,02%) e 26,97% constituem-se em receitas orçamentárias provenientes de arrecadação de tributos pela municipalidade, o que caracteriza um município com uma base tributária própria relativamente baixa e com um significativo grau de dependência de repasses intergovernamentais. Outro aspecto que merece referência é a relação dívida/receita efetiva. Para os municípios de Minas Gerais essa relação é em média de 23%, ou seja, os valores utilizados para pagamento de despesas da dívida municipal consomem cerca de 23% da receitas dos municípios do estado. Para o município de Leopoldina esse patamar é de 21%, o que coloca o município dentro dos parâmetros observados para os municípios do estado.

Tabela 3.18 - Parâmetros para os Municípios de Minas Gerais (em Reais; 2006)

Dívida/ Receita Efetiva	Invest. Per Capita R\$1,00	Receitas Correntes Transf. (%)	Receitas Correntes Tributárias (%)	Despesa Per Capita R\$1,00	VAF Per Capita R\$1,00
22,9	63,70	48,2	16,2	254,76	7.438

Fonte: Finanças Municipais – S.E.I – SEPLAN/MG

3.3.5 Aspectos turísticos

Esta seção se baseia em informações primárias contidas no volume “Roteiro Turístico de Leopoldina”, produzido pela Agência de Desenvolvimento de Leopoldina e Região, em informações secundárias e terciárias encontradas nos sítios eletrônicos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e do IBGE, e no portal turístico da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais (Descubraminas).

3.3.5.1 Produtos Turísticos e Atrativos

Localizada a 322 km de Belo Horizonte, 210 km do Rio de Janeiro e 525 km de São Paulo, a cidade tem acesso pelas rodovias BR-040, BR-267, BR-116, MG-285, e tem como municípios limítrofes: Cataguases, Itamarati de Minas, Descoberto, São João Nepomuceno,

Argirita, Santo Antonio do Aventureiro, Estrela Dalva, Pirapetinga, Palma, Além Paraíba, Volta Grande, Recreio, Laranjal. Sua principal atividade econômica é a pecuária leiteira.

A Cidade é sede da Comarca de Terceira Instância, e sede do Bispado desde 1943. O clima predominante é o tropical quente e úmido, com temperaturas médias anuais entre 18° e 31°. Ocupa região de colinas e morros, com 80% de suas terras com declividade média a acentuada. Nos topos dos morros centrais da sede encontram-se edifícios considerados especiais pela população, como igrejas e hospitais.

O total de atrativos constantes do volume “Roteiro Turístico de Leopoldina” é de 70, sendo 52 da categoria histórico-cultural, 13 naturais, 3 manifestações da comunidade, e 2 realizações técnico-científicas (culinária). Não há hierarquização de atrativos conforme proposto pelo Instituto Brasileiro de Turismo, EMBRATUR. A Tabela 3.19 lista os atrativos segundo sua localização distrital e sua segmentação.

Tabela 3.19 - Atrativos de Leopoldina

Atrativos	Histórico-Culturais	Naturais	Manifestações	Acontecimentos Programados	Realizações técnico-científicas
Distritos					
Sede	27	6	0	0	0
Piacatuba	6	3	0	0	0
Abaíba	3	0	0	0	0
Ribeirão Junqueira	2	0	1	0	0
Tebas	2	2	0	0	1
Palmeiras	4	0	2	0	0
Providência	6	2	0	0	0
Arraial dos Montes	2	0	0	0	1
Total	52	13	3	0	2

Fonte: Agência de Desenvolvimento de Leopoldina e Região, 2001.

3.3.5.2 Atrativos²⁷

Leopoldina

Painel Mural “Lenda do Feijão Cru” - Localizado ao lado da Concha Acústica da praça Félix Martins, no centro da cidade. O Mural foi baseado no quadro “O Feijão Cru” de Funchal Garcia – artista leopoldinense. O painel colocado no governo do Prefeito Dr. Joaquim Furtado Pinto, além das imagens, conta parte da história da origem do Município.

Prédio da Prefeitura e Câmara Municipal - O prédio foi construído para ser residência do Dr. João Gualberto, primeiro advogado da cidade, que a vendeu em 1855. Mais tarde, foi vendida para que nela se instalasse a Câmara Municipal em 21 de maio de 1895. Localizada à rua Lucas Augusto, 68 – Centro.

Fórum Dr. José Gomes Domingues - No terreno doado por Félix Martins Ferreira, foi construído e inaugurado em 1906, o prédio em estilo neoclássico, que abriga o Fórum, antiga casa de justiça. O primeiro Juiz do Município foi Dr. Caetano Augusto Gama Cerqueira. Prédio localizado à praça Félix Martins - Centro.

Usina Cultural Companhia Força e Luz Cataquases Leopoldina - Inaugurada em 23.07.99 pela Fundação Ormeo Junqueira Botelho, a Usina Cultural Companhia Força e Luz Cataquases Leopoldina promove exposições de artistas plásticos, apresentações musicais e de teatro. Abrigando grupos independentes, a Usina dá o suporte e os promove, possuindo no espaço, o Restaurante e Bar Usina Café. Localizada à rua Lucas Augusto – Centro.

Catedral de São Sebastião - O principal templo da Diocese de Leopoldina. A nova Igreja de São Sebastião, destinada à matriz da cidade, foi projetada pelo arquiteto Luiz de Castilho, da Escola Nacional de Belas Artes e executada pelo engenheiro dr. Ormeo Junqueira Botelho. Obedecendo ao estilo romano modernizado, tendo na frente grande torre com mais de 50 metros de altura e sobre o transepto uma cúpula. Para definir fixação do local onde deveria ser edificada a igreja, esteve na cidade o arquiteto Castilho, que juntamente com a Comissão Executiva de Obras, examinou o local por esta sugerido, declarando logo

²⁷Os autores fazem especial agradecimento à ADEL, e especialmente, à Maria Izabel Simões Mendonça, pela gentil e pronta cessão do arquivo de dados sobre os atrativos de Leopoldina, aqui reproduzidos *ipsis literis*.

privilegiado para o fim visado. O início da sua construção data de 1927 e concluída em 1965. Os belíssimos vitrais que compõe a obra foram doados por várias famílias da cidade. São 65 painéis construídos de 482 peças em diversas dimensões e locais. Cada vitral tem um significado religioso. Recentemente a Diocese mandou restaurar os vitrais da Catedral. Localizada à praça Dom Helvécio – Centro.

Prédio da União Beneficente Operária Leopoldinense – UBOL - A União Beneficente Operária Leopoldinense (UBOL) foi fundada por Cândido Augusto Veloso em 18.09.1927. Atualmente, o prédio abriga a Banda Musical Lira Primeiro de Maio, fundada em 1975, tendo como maestro José Simões Filho (Juquinha) e Presidente Sebastião Lacerda, a Banda tem 23 componentes. Localizado à rua Presidente Carlos Luz – Centro.

Escola Estadual Professor Botelho Reis - Antigo Gynásio Leopoldinense, em estilo greco-romano, foi projetado por dr. Ormeo Junqueira Botelho. Lembra a Biblioteca de San Marco em Veneza, Itália. Fundado em 03 de junho de 1906, pelo idealismo de dr. José Monteiro Ribeiro Junqueira – Senador e Dr. Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira – Médico. Abrigou, de 1918 a 1929, as faculdades de farmácia e odontologia, reconhecidas pelo Governo Federal. Localizado à praça Professor Botelho Reis – Centro.

Monumento Presidente Carlos Luz - Carlos Coimbra da Luz (*04.08.1894 + 09.02.1961), foi bacharel em Direito, delegado de Polícia de Leopoldina, prefeito de Leopoldina, organizador do “Plano Rodoviário” da Zona da Mata, Secretário do Interior-MG, Deputado Federal, Presidente da CEF e Presidente da República de 09.11.1955 a 11.11.1955. Localizado à praça Félix Martins – Centro.

Igreja Nossa Senhora do Socorro - Quando o coronel Marco Aurélio Monteiro de Barros comprou a Fazenda Socorro, trocou-a de nome e deixou que os antigos donos levassem a imagem de Nossa Senhora do Socorro. Inúmeros transtornos surgiram desde então. Em 1950, Maria Monteiro de Barros, com problemas de saúde, fez a promessa de construir uma capela e de colocar uma imagem de Nossa Senhora. Dr. Antonio Pinto Mendes, sócio da fazenda, concordou, mas solicitou um local na capela para a imagem de Santo Antônio, do qual era devoto. Após 22 anos da saída da imagem de Nossa Senhora, a mesma foi encontrada e trazida de volta em 13.12.1953, em grande cortejo e recebida com festa. O Bispo D. Delfim Ribeiro Guedes sagrou a capela e rezou a missa. Vinte e cinco anos após

a volta de Nossa Senhora foi encontrada às margens da estrada, próxima à capela, uma imagem de Santo Antônio. Como dr. Mendes faleceu sem colocar a imagem no local, a mesma foi benta e introduzida na capela. Localizada na BR-116, km 179.

Parque Florestal Dr. João Damasceno Portugal (“Horto”) - O Parque Florestal Dr. João Damasceno Portugal foi criado na Administração do prefeito Osmar Lacerda França, em 20.02.1986. No decorrer dos anos, o local ficou abandonado e, dez anos após sua criação, foi reformado pelo prefeito José Roberto de Oliveira e inaugurado em 08.12.1996, com brinquedos rústicos, um lago maior que tem uma pequena ilha, pequenos animais, pista para caminhadas, campo de futebol e vigilância da Polícia Florestal 24 horas. Novamente, espera-se a reforma e manutenção do local. Localizado no bairro Vale do Sol.

Centro Espírita Amor ao Próximo - Fundado em 03.06.1906, pelo fiscal de selos do Fórum, major Antônio Zeferino. Na década de 30, Átila Lacerda da Cruz Machado conseguiu junto ao Juiz, reabrir o Centro que havia sido fechado devido a perseguições religiosas. O Centro Espírita Amor ao Próximo presta auxílio espiritual a encarnados e desencarnados, tem um intenso trabalho social, aulas de costura, pintura, culinária, crochê, oficinas de trabalhos manuais e promove ciclos de estudos da doutrina espírita contida no “Livro dos Espíritos” de Alan Kardec. Localizado à rua Manoel Lobato – Centro.

Conservatório de Música Lia Salgado - A instalação da Escola aconteceu em 23.01.1956, graças aos idealizadores dr. Jairo Salgado Gama e sr. Átila Lacerda da Cruz Machado. Sua primeira diretora foi Helenice da Cruz Machado Bella, recém-formada no curso superior do Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro. Possuidora de grande dom artístico, Helenice o dirigiu por 27 anos e meio. O Conservatório funciona no prédio do antigo Ginásio(Escola Estadual Professor Botelho Reis). Localizado à praça Professor Botelho Reis – Centro.

Clube Leopoldina - Prédio construído por dr. Ormeo Junqueira Botelho. A princípio, o prédio abrigava a cadeia pública no térreo e o Fórum no andar de cima. Também abrigou por um período a Câmara Municipal. Em 04.04.1926, foi fundado pelo dr. José Monteiro Ribeiro Junqueira – seu primeiro Presidente – o Clube Leopoldina. Desde sua fundação, dezenove sócios ocuparam a Presidência, sendo que dr. José Gomes Domingues, Brahim Elias Sleimam e dr. Márcio Francisco Antunes Faria cumpriram quatro mandatos. Palco de

grandes bailes. Hoje funciona no local o Colégio Equipe de Leopoldina, localizado à rua Lucas Augusto – Centro.

Igreja Metodista - Instalada em 25.03.1895. Dona Carmem da Silva Xavier, prima em quarto grau de Tiradentes, foi, com mais 22 membros, uma das fundadoras. Dona Carmem faleceu em 11.02.2001, em Leopoldina aos 111 anos de idade, fundou a primeira escola Metodista de Leopoldina. Localizada à rua Manoel Lobato – Centro.

Praça Dr. Ormeo Junqueira Botelho - Inaugurada em 13.03.1997, em homenagem ao centenário de Dr. Ormeo. Além de um belo paisagismo, a praça possui um busto do homenageado esculpido por Antônio Carlos Libreto. Como engenheiro civil, realizou inúmeras obras. Foi um pecuarista de grande visão e participou da fundação da Associação Rural de Leopoldina e dirigiu a Cooperativa dos Produtores de Leite; ajudou a criar a exposição agropecuária; industrial pioneiro no setor têxtil; presidente da CFLCL; fundador e dirigente do Orfanato Lenita Junqueira; administrador da CCL; ecologista, sua vida se confunde com a história do Município. Localizada próxima a Catedral.

Prédio da Exposição Agropecuária e Industrial - Lançada a pedra fundamental do atual prédio em 12.12.1937. O Parque José Ribeiro dos Reis pertence à Cooperativa Agropecuária Região Leste de Minas Gerais. No local é realizada a festividade de maior vulto do Município, de projeção nacional. No mesmo prédio são realizados eventos como Exposição de Cavalos, Feira da Paz e outros. Localizado à Rua Cel. Olivier Fajardo – Centro.

Praça da Bandeira - A Praça da Bandeira foi construída no governo do dr. Newton Monteiro de Barros, na década de 50. Ficou assim conhecida, porque no passado eram hasteadas bandeiras no local. Oficialmente a praça se chama Zequinha Reis (ex-prefeito e industrial do Município). O local é freqüentado, à noite, por famílias do bairro.

Cedel - O prédio foi construído para abrigar em 1926 a Companhia Fiação e Tecidos Leopoldinense, o que deu origem ao Bairro Fábrica e Fátima. A Fábrica foi o maior pólo de emprego na época; atualmente, abriga várias micro e pequenas empresas. O CEDEL foi inaugurado em 27 de abril de 1998. Localizado à rua 27 de abril – bairro Fábrica.

Cachoeira da COPASA - Com a construção da barragem do rio Pirapetinga, em 1975, o local foi muito visitado. Uma das quedas d' água nas pedras foi batizada como "Cachoeira da COPASA". Local aprazível por sua beleza ímpar.

Escola Municipal Ribeiro Junqueira - A primeira escola pública de Leopoldina data de 09.03.1908; funcionou em um prédio situado no encontro das Ruas Tiradentes e 7 de Setembro – hoje demolido, chamou-se Grupo Escolar de Leopoldina. Seu terceiro diretor foi Augusto dos Anjos, que muito lutou para conseguir verba e construir um prédio novo para a escola. Ele conseguiu, mas faleceu antes de seu sonho ser concretizado. Em 1924 foi terminada a obra do novo Grupo Escolar, que ganharia o nome de Ribeiro Junqueira. Localizada à praça Francisco Pinheiro Corrêa de Lacerda – Centro.

Matriz Nossa Senhora do Rosário - Edificada no local onde a cidade nasceu. No início era uma Capela. Em 1931 ganhou nova arquitetura. Ignácio Buena Flor talhou o altar mor, púlpito e florões ornamentais. Em 1999, nova reforma deu traços arquitetônicos que lembram a igreja original, construída em 1854, em estilo semibarroco. Localizada à praça do Rosário, bairro Rosário.

Matriz São José Operário - A Matriz de São José Operário foi criada pela Congregação dos Padres da Ordem da Santa Cruz (Holanda). O decreto de sua criação foi lido na Matriz de Nossa Senhora do Rosário em 06.07.1950 e sua fundação se deu em 22.10.1950. Localizada à rua Jonas Bastos, nº 100.

Praça Félix Martins - O terreno para a construção da praça foi doado por Félix Martins Ferreira. O projeto do engenheiro dr. Osório Resende Meirelles. A praça possuía altíssimas palmeiras imperiais e tem centenárias árvores. Em 1962 foi inaugurada a concha acústica. Localizada no Centro.

Palácio Episcopal - Construído para receber o primeiro Bispo de Leopoldina, após a criação da Diocese pelo Papa Pio XII em 28.03.1942. Dom Delfim Ribeiro Guedes, na época o mais novo dos Bispos mineiros, tomou posse em 31.10.1943. Aqui permaneceu por 17 anos. Antes da vinda de Dom Delfim, a Cúria começou a funcionar em uma das salas do Palácio Episcopal em 06.08.1942. Mas a construção final do Palácio se deu no final de 1943. No interior, além dos belos móveis, um quadro de Funchal Garcia e uma linda

decoração, há uma capela com pinturas no teto e nas paredes. Localizado à praça Dom Helvécio – Catedral.

CEFET/UNED Leopoldina - Em 1960 o local que hoje abriga o CEFET/Uned Leopoldina era ocupado pelo Parque Primário Complementar – Escola Parque – que funcionou até 1969. Em 12.03.1987 saiu a portaria do MEC que oficializou a implantação do CEFET/Uned/Leopoldina. A aula inaugural foi em 23.02.1987. Hoje o CEFET/Uned Leopoldina oferece cursos de Ensino Médio, Informática, Eletrotécnica, Mecânica, Eletromecânica e Eletrônica. Localizado à rua José Peres – Centro.

Asilo Santo Antônio - O terreno foi doado por dona Joaquina Solero. A construção teve início em 19.03.1945. Entidade filantrópica, conta com 70 asilados e uma equipe multidisciplinar. Passou por intensas reformas em 2000. Seu primeiro presidente foi dr. Oswaldo Cristovam Vieira e o atual dr. Guilherme Junqueira Reis. Localizado à rua Elias Matos – Bairro Artur Leão.

Estátua de Nossa Senhora da Paz - Com o advento da II Guerra Mundial, Dom Delfim, primeiro Bispo de Leopoldina, fez a promessa de que com o término da guerra, iria colocar um monumento em homenagem à Nossa Senhora da Paz. E assim, em 1946, no local da antiga Igreja Matriz, demolida para a construção da Catedral, foi colocada a estátua. Local de visitação pública. Localizada à praça Dom Helvécio – Catedral.

Colégio Imaculada Conceição - O terreno onde está o prédio do Colégio Imaculada Conceição foi doado pela Igreja à Prefeitura Municipal de Leopoldina para ser logradouro público. Com a intervenção de Dom Delfim, do prefeito Dr. Jairo e aprovação da Câmara Municipal, o terreno foi doado ao CIC em 25.05.1960. Assim, o projeto do arquiteto Hélio Afonso Parreira foi inaugurado em 06.05.1967. Atualmente, a organização impecável do CIC faz dele um orgulho do Município. Localizado à praça Dom Helvécio – Catedral.

Casa de Caridade Leopoldinense (Hospital) - A fundação da Casa de Caridade Leopoldinense data de 03.08.1896, em um prédio, originariamente residencial, à rua Manoel Lobato. Não se sabe com exatidão o local, porém suspeita-se que seja onde, hoje, era a Alfaiataria do Luizão. Ali ela funcionou por 6 anos, até que em 20.07.1902 fora lançada a pedra fundamental, no local onde até os dias atuais está edificada. Sabe-se atualmente, que a C.C.L., foi a sucessora da Sociedade Portuguesa Beneficência – SPB,

cuja pedra fundamental foi lançada em 01.12.1889. Durante 28 anos, as duas instituições, CCL e SPB, funcionaram simultaneamente. No dia 25.03.1917, a SPB em assembléia, deliberou a liquidação da instituição, nomeando seus sócios-diretores Raphael Domingues, Antônio Joaquim de Macedo Sá e João Xavier Lopes, que em ofício ao Dr. Ignácio de Lacerda Werneck – provedor da CCL, propunha a fusão das duas instituições mediante algumas cláusulas, que imediatamente foram aceitas. Localizada à rua Padre Júlio, 138 – Centro.

Praça Professor Botelho Reis - A Praça do Ginásio, hoje, Praça Professor Botelho Reis, era conhecida em 1855 como “Largo Visconde Rio Branco” e foi o centro da cidade. Ali havia o Fórum, a cadeia, o Hotel Recreio (onde é hoje a APAE) e a Farmácia Central. Também havia um pitoresco jardim com um tanque embelezado com peixes vermelhos. Era o ponto predileto para reuniões de carnaval, nos domingos, feriados e onde se apresentava a banda de música. Atualmente é freqüentada por estudantes em horários de aula. Ao seu redor temos o Conservatório de Música Lia Salgado, a APAE, Clube Leopoldina, Lactário (creche), restaurante, residências, trailer de fast-food Digão, lanchonetes e um bonito prédio - Shopping Athenas.

Espaço dos Anjos - Presente no guia Quatro Rodas, guia dos Museus Mineiros e guia dos Museus Brasileiros, o “Espaço dos Anjos” surgiu em 1983, quando o artista plástico Luiz Raphael Domingues Rosas, alugou a casa onde morou o poeta Augusto dos Anjos para ser seu atelier e resolveu montar um pequeno museu. Alguns pertences de Augusto dos Anjos foram encontrados na Escola Ribeiro Junqueira ou foram doados pela família. A primeira edição do livro Eu – 1912, uma peça raríssima, foi doada pelo neto do presidente Carlos Luz. O Espaço ainda abriga peças de Funchal Garcia e da história de Leopoldina. Localizado à rua Barão de Cotegipe – Centro.

Morro do Cruzeiro - Padre Júlio Fiorentino fez uma promessa de se empenhar na colocação de uma cruz de madeira – que mais tarde seria trocada por uma de cimento armado, no findar da epidemia de gripe espanhola. Assim foi feito. O Padre fez uma campanha a fim de angariar fundos para a colocação da cruz: dez tostões de cada fiel. Uma grande cruz de madeira foi confeccionada na Matriz de Leopoldina e levada em procissão até o alto do Morro, situado ao lado sul da cidade, no dia 07.09.1922 – ano do

centenário da Independência do Brasil – às 9 horas. Usada atualmente pelos praticantes do vôlei livre por possuímos uma das melhores rampas do país.

Piacatuba - Centro Cultural - O prédio construído em 1868 para ser residência foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Leopoldina e registrado em 05.06.1996 para ser o Centro Cultural Comunitário e Histórico Maria Pereira Barbosa.

Piacatuba - Museu da Eletricidade - Primeiro museu vivo da eletricidade do país. Uma parte está na Usina Maurício – a primeira construída pela CFLCL em 07.07.1908. No discurso de inauguração, o ministro Aureliano Chaves de Mendonça disse: “Um povo que não tem história não terá futuro”. No Museu são guardados equipamentos e ferramentas que datam o início da construção da Usina.

Piacatuba - Rua José Furtado de Mendonça (Rua das Pedras) - A rua foi construída pelos escravos. O escoamento pluvial que normalmente fica nas laterais é central. Segundo antigos moradores, no alto da rua existia uma mina de água e a mesma escorria rua abaixo facilitando no trabalho das construções de residências.

Piacatuba - Torre da Cruz Queimada - Em 1844 foram doadas as terras onde seria edificada uma capela em louvor a Nossa Senhora da Piedade. Um dos senhores da época, não concordando com a doação, mandou seus escravos e empregados tombarem a cruz e juntarem sobre ela grande quantidade de lenha, ateando fogo a seguir. Na manhã seguinte em que fizeram o sacrilégio, um dos escravos verificou que a lenha havia queimado e a cruz continuava intacta. O arquiteto da torre foi o Padre Raymundo N.F.de Araújo. Início da construção 18.07.1924 e término em 20.04.1928. Inúmeros fiéis retornam ao local para agradecer as graças concedidas.

Piacatuba - Mosteiro das Carmelitas Descalças de São João da Cruz - Há cerca de 13 anos, as irmãs instalaram-se na antiga Casa Paroquial que existiu no local. Após três anos adquiriram o terreno através de Dom Ricardo (ex-Bispo de Leopoldina) e começaram a construir. Um dos meios de manutenção do Mosteiro são as deliciosas rosquinhas, produzidas artesanalmente pelas irmãs. O Mosteiro está localizado ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade.

Piacatuba - Cachoeira Poeira D'Água - Uma das mais belas cachoeiras da região. Em local de fácil acesso, a presença de visitantes é uma constante. A travessia rústica sobre um córrego e a trilha de acesso à cachoeira são partes de uma paisagem ímpar.

Piacatuba - Igreja de Nossa Senhora da Piedade - Construída em 1862 e aumentada em 1878. Preservada sua estrutura antiga com seu altar mor com florões de alto relevo e entalhes em cedro todo dourado. A Igreja encanta pela sua beleza artística.

Piacatuba - Cachoeira Véu de Noiva - Preservada da ação de turistas inconscientes, a Véu de Noiva é uma das mais belas cachoeiras do local. Ao redor de sua queda, a vegetação é rica com belas bromélias.

Piacatuba - Represa da Usina Maurício - A barragem da represa proporciona um dos quadros mais belos da mãe natureza: o espelho formado por uma imensidão de água, refletindo o azul límpido do céu em conjunto com a vegetação selvagem ao seu redor. A barragem também é utilizada para geração de energia elétrica. A área da Usina abriga uma fantástica variedade de espécies animais e vegetais. Muitas barracas de camping são vistas no local, principalmente na área utilizada pelos praticantes de jet-ski.

Abaíba - Estação Ferroviária - A Estação Ferroviária de Santa Izabel foi inaugurada em 25.05.1876. Por ela escoava a enorme produção de café das fazendas da região e o leite. O transporte de passageiros também era intenso. Atualmente, a linha férrea é usada para transporte de minério.

Abaíba - Fazenda Abaíba - Sede construída por João Monteiro Lobato Galvão de São Martinho, na segunda metade do século XIX, adquirida em 1890, por Antônio Monteiro Ribeiro Junqueira, pai de Érico Ribeiro Junqueira – homem que dedicou sua vida à criação de cavalos de linhagem Abaíba, pilar da raça Mangalarga Marchador. A Fazenda Abaíba foi o berço do Mangalarga. A linhagem Abaíba é um dos cavalos mais caros do mundo, por sua beleza, comodidade, resistência e inteligência. Como um excelente administrador, Érico cuidava da fazenda com muito zelo. Recebia visitas ilustres, como o Príncipe Dom Pedro de Orleans de Bragança e esposa.

Abaíba - Igreja de Santa Izabel (exterior e interior) - Uma das mais belas da região, a Igreja de Santa Izabel foi construída em 1908. Seus fundadores foram Antônio Monteiro Ribeiro

Junqueira e sua esposa Alice Arantes Ribeiro Junqueira, pais de Érico Ribeiro Junqueira proprietários da Fazenda Abaiba. A igreja foi edificada voltada para a sede da fazenda – de onde pode ser avistada.

Ribeiro Junqueira - Estação Ferroviária - Depois da inauguração da Estação Ferroviária de Leopoldina, em julho de 1877, Campo Limpo (antigo nome) passou a ser o centro principal por onde Laranjal exportava e importava suas mercadorias, e se ia para Cataguases, Leopoldina, Muriaé e para a Corte (Rio de Janeiro). A Estação propiciou o desenvolvimento do Distrito. Atualmente, a linha férrea é utilizada para o transporte de minério.

Ribeiro Junqueira – Bordados - Uma das principais atividades de sua área urbana, os bordados e crochês tornaram o Distrito muito conhecido pela beleza e perfeição dos trabalhos que hoje são comercializados em outros estados.

Tebas - Cachoeira da Glorinha - A cachoeira conhecida como “Cachoeira da Glorinha” é um dos locais mais bonitos de Tebas. Com uma água limpa, três quedas e ladeada por uma vegetação bela, o local parece uma pintura a óleo.

Tebas - Capela da Maria Preta - Diz a história que no século passado, em Tebas, uma escrava grávida, portadora de varíola, foi abandonada, por seu senhor, nos arredores da vila. Alguns que passavam na estrada, apiedados por seus gemidos, davam-lhe água e comida. Maria Preta, como era chamada, deu luz a gêmeos que nasceram sem vida. Maria Preta faleceu. Há quem diga que seu corpo foi encontrado intacto, outros, que parte dele foi devorado por urubus. Ali mesmo foi enterrada e colocada uma cruz. O local passou a ser freqüentado por pessoas de fé. Promessas foram feitas e graças alcançadas. Por volta de 1958 uma Capela foi construída no local, denominada São Benedito. Localizada no Rancho do Sol.

Tebas - Doces de Tebas - Há 50 anos no mercado, passando de pai para filho, Tebas tornou-se conhecida pelos seus doces e caramelos. Famosos no paladar e na tradição, os doces de Tebas são falados e cantados em versos e prosas. Doces que já foram saboreados por pessoas ilustres como a Rainha da Inglaterra e o Papa. Das compotas fabricadas, o carro-chefe é o doce de manga. São mais de vinte variedades. Os doces de Tebas também já foram tema do “Globo Rural” em 1999.

Tebas - Paróquia de Santo Antônio - A construção da Paróquia se confunde com a ocupação do próprio Distrito. O primeiro livro de batismo data de 1881. Em 1948 a Igreja passou a ser Paróquia. A Paróquia fica localizada no alto da colina, bem no centro do Distrito.

Palmeiras - Serra dos Barbosa – Cruzeiro – Local onde, em 1888, foram enterradas nove pessoas de uma mesma família, vitimadas pela gripe espanhola. Segundo os moradores, na época não existiam pessoas disponíveis para levar os corpos ao cemitério em Ribeiro Junqueira, em decorrência da epidemia. A cruz, com símbolos dos sacrilégios de Jesus é visitada para orações e pedidos de graças. Localizada no início da Serra dos Barbosa.

Palmeiras – Folia de Reis - Nasceu na Serra dos Barbosa em 1816. Os componentes são descendentes dos fundadores. Dela já foram constituídas outras oito folias. A tradição fielmente seguida pelos seus 29 foliões, anuncia o nascimento de Jesus em seus versos rimados, todo dia 24/25 de dezembro e de 31 a 6 de janeiro. Até os dias de hoje, a Folia dos Medeiros preserva a bandeira e o triângulo de ferro que vieram de Portugal, na fundação da folia.

Palmeiras - Mineiro-Pau - Fundado em 1965 por Joviano Severino de Andrade, José do Vale, Soares Valverde, Antônio Eugênio de Oliveira e José Raimundo, o Mineiro-Pau venceu o tempo passando de geração a geração na região das Palmeiras. É uma dança folclórica, onde cada componente leva uma vara de um metro e meio, que ora bate no chão, ora no bastão do outro componente. O Mineiro-Pau das Palmeiras é o grupo mais famoso da região.

Providência - Fazendas do Ciclo do Café - O Município de Leopoldina na Zona da Mata, foi um dos maiores produtores e exportadores de café para o Rio de Janeiro. Segundo consta, o café foi plantado, em Leopoldina, muito cedo. As primeiras sementes foram trazidas por Francisco e Romão Pinheiro. Mas foram os Monteiro de Barros que realmente começaram o cultivo. O café provocou grandes modificações na nossa vida econômica. Os escravos se deslocaram dos canaviais para os cafezais. Surgiram as casas-grandes das fazendas, onde havia luxo, grandeza e fartura. Com o café vieram as vias férreas e rodovias.

Providência - Fazenda Providência - Foi a primeira fazenda do ciclo do café. Seu primeiro proprietário foi Marco Aurélio Monteiro de Barros – 1829. Visitada por Dom Pedro II em 1881. Tem quase 100 janelas. Propriedade de Carlos Eduardo de Almeida Junqueira.

Providência - Fazenda São Pedro - Construída no século XIX. A propriedade é conservada em sua estrutura original, com móveis e objetos de idade secular. A propriedade é de Rubens Monteiro de Barros Filho. Funciona como pousada “Estalagem Pedra Aguda”.

Providência - Igreja de Santo Antônio - A Igreja de Santo Antônio (Providência) foi fundada aproximadamente em 1880 e se localizava no alto do Morro do Cruzeiro. Uma nova Igreja foi construída no centro de Providência (1938/1939) e demolida a antiga. Recebeu o nome de Santo Antônio em decorrência da doação da imagem do Santo por um fazendeiro de Portugal, há mais de 100 anos.

Providência – Estação Ferroviária - Sua inauguração data de 10.12.1874 e permitiu seu grande desenvolvimento, na época, com um forte comércio de “secos e molhados”, agência de correios, Banco Ribeiro Junqueira, cinema Santo Antônio, farmácias, hotel, engenho de café, pensão, salão de beleza, cartório, jornal “Gazeta de Providência”, Colégio Franco (fundado em 1894, internato e externato para ambos os sexos – que recebia alunos de diversas partes do país).

Arraial dos Montes – Capela de São Lourenço (exterior e interior) - Em 24 de julho de 1923, herdeiros das famílias Montes, Oliveira, Fernandes e Freire de Carvalho doaram terreno para construção da Capela de São Lourenço e outras residências. A Capela foi construída em 1927.

Arraial dos Montes – Rosquinhas - A tradição era servir rosquinhas e outras quitandas nos terços, velórios, bailes nas casas e fazendas. Ainda hoje, algumas pessoas conservam o costume. As quitandas são feitas pelos próprios proprietários das casas. Alguns utilizam fornos adaptados em cupinzeiros.

3.3.5.3 *Festas do município*

Leopoldina

- Festa de São Sebastião – 20 Janeiro

- Festa de São José Operário – 1º de Maio
- Festa de São Cristóvão – 3ª Semana de Agosto
- Exposição do cavalo Manga Larga Marchador linhagem tradicional -2ª Quinzena de Março
- Aniversário da Cidade – 27 de Abril
- Encontro Nacional de Motociclista – 4ª Semana de Abril(dias antes do aniversário da Cidade)
- Exposição Agropecuária e Industrial – 1ª Semana de Julho
- Feira da Paz(Artesanato) - 1ª Quinzena de Setembro
- Festa do Folclore – 2ª Quinzena de Agosto
- Encontro de Tradições Mineiras – da 2ª a 4ª Semana de Agosto
- Festival de poesias Augusto dos Anjos – 2ª Semana de Outubro
- Exposição Tradicional da linhagem Abaíba -2ªQuinzena de Outubro
- Encontro de Folias de Reis – 4ª semana. de Dez. a 1ª semana de Janeiro

Abaíba

- Festa de Santa Izabel – 2ª Quinzena de Julho

São Lourenço

- Festa de São Lourenço – Agosto

Providência e São Martinho

- Concurso Leiteiro – Julho

Tebas

- Concurso Leiteiro- 3ª Semana de Agosto
- Festiviola –Setembro
- Encontro do Pau Mineiro- 13 de Maio

Piacatuba

- Concurso Leiteiro - 2ª semana de Julho
- Festiviola e festival gastronômico – 1ª semana de Agosto

- Festa da Santa Cruz queimada – 03 de Maio
- Festival de Inverno -1ª semana de maio

Ribeiro Junqueira

- Concurso Leiteiro – 2ª semana de Setembro .

Comunidade das Palmeiras (Zona Rural)

- Encontro de Folia de Reis – 1ª quinzena Janeiro

3.3.6 Qualidade e oferta da infra-estrutura turística

3.3.6.1 Alojamentos hoteleiros

De acordo com dados da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis – ABIH, 2000, só havia 11 hotéis no município. O Guia 4 Rodas 2005 lista apenas o Plaza Ritson, na categoria simples.

3.3.6.2 Serviços e alimentação

Há um aeroporto administrado pela Prefeitura, em pista de asfalto, com 1200m de comprimento e 30m de largura, duas emissoras de Rádio (dados de 2004), cinco Jornais: 5 (dados de 2000), e dois hospitais, com 370 leitos. O Guia 4 Rodas 2005 lista as agências bancárias do Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Itaú, Real e Unibanco.

3.3.6.3 Participação e segmentação no Circuito Turístico

O Circuito “Serras e Cachoeiras” abrange sete municípios: Argirita, Astolfo Dutra, Cataguases, Dona Eusébia, Leopoldina, Maripá de Minas e Recreio. Criado em 2001, ficou desativado e somente em junho de 2005 foi reorganizado, obtendo certificação em maio de 2006.

3.3.6.4 *Potencialidades e ameaças*

A visita de campo indica que o município possui potencial turístico nos segmentos do turismo cultural, devido ao seu patrimônio histórico, do turismo de aventura, ao seu relevo e hidrologia, e do turismo rural, devido à centenária produção cafeeira e à atual pecuária.

A atenção dada à atividade pela Prefeitura parece, no entanto, bem abaixo do seu nível potencial, fato demonstrado pela ausência de informações cedidas à equipe do Plano Diretor. A comunidade local parece ressentir-se também da pequena promoção e divulgação do seu potencial turístico, de acordo com o exposto pelo Núcleo Gestor.

O relatório do SEBRAE de 1997 indica como uma vantagem comparativa a disponibilidade de recursos hídricos, que somada a belas paisagens naturais, constitui potencial para atividades de ecoturismo e turismo rural. Ainda segundo o documento, para a consolidação do setor seria necessária a formulação de políticas públicas visando à “adequação e ampliação do setor hoteleiro; a intensificação da promoção de atividades culturais e artísticas, sobretudo relacionadas à música e à poesia, aproveitando a presença do Conservatório de Música no município, bem como a tradição de ter abrigado o poeta Augusto dos Anjos; [e o] estímulo ao agroturismo e ao ecoturismo”, aproveitando as condições locacionais do município e sua segmentação no circuito.

3.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); 2004

Fundação João Pinheiro; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; 2003

Fundação João Pinheiro; DATAGERAIS
<http://www.datagerais.mg.gov.br/int_consulta.php>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Cadastro de Empresas (CEMPRE); 2000

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Síntese dos Indicadores Sociais; 2004

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário de 1995-1996; Minas Gerais

Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais; 2004
www.indi.mg.gov.br/municipios/m38401.htm

4 SANEAMENTO BÁSICO

4.1 INTRODUÇÃO

Um dos sérios problemas no processo de desenvolvimento urbano de uma cidade resulta da expansão, geralmente irregular, que ocorre sobre as áreas de mananciais, comprometendo a sustentabilidade hídrica municipal. Associada a esta realidade registra-se, principalmente, a falta de planejamento global para a sede e para o município e investimento público no direcionamento da expansão urbana. Diante desta deficiência de idealização, ocorre o aumento da produção de sedimentos, devido à desproteção das superfícies e à produção de resíduos sólidos, e à deterioração da qualidade da água superficial e subterrânea, causada pela lavagem das ruas, transporte de material sólido, lançamentos de dejetos e contaminações diversas dos aquíferos.

Neste sentido, o principal objetivo do levantamento da situação atual do saneamento em Leopoldina é justamente caracterizar a infra-estrutura existente no município, buscando com isso, identificar tanto as suas potencialidades quanto seus limites e deficiências. Para tanto, a leitura da realidade local é o primeiro passo na elaboração do anteprojeto de lei do Plano Diretor de Saneamento da cidade, objetivo maior deste estudo.

Ressalta-se, todavia, que a abordagem que se segue não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim de apresentar a realidade das características sanitárias da área investigada, de forma a compor a melhor leitura possível diante dos dados disponíveis. Menciona-se, também, que quando se trata do dinamismo provocado pelo uso e ocupação humana, as prioridades são continuamente alteradas. Desta forma, os órgãos públicos, profissionais ou empresas que se basearem neste levantamento para tomada de decisões ou execução de projetos de saneamento deverão, primeiramente, confirmar e atualizar o diagnóstico traçado.

4.2 METODOLOGIA

Para elaboração desta primeira etapa, aqui denominada Leitura da Realidade Local, foi realizado, por meio de uma pesquisa bibliográfica detalhada, o levantamento de dados secundários de saneamento do município de Leopoldina. Em seguida, foi realizada vistoria de campo para obtenção de dados primários e complementação dos dados secundários juntos aos órgãos administradores locais. Desta forma foi possível coletar e registrar fatos da realidade local que auxiliaram na elaboração do diagnóstico do sistema de saneamento básico traçado a seguir. Para tanto, admitiu-se, também que, conforme Heller *et. al.* (1995), a oferta de saneamento associa sistemas constituídos por uma infra-estrutura física e uma estrutura educacional, legal e institucional, que abrangem os seguintes serviços:

- abastecimento de água;
- coleta, tratamento e disposição dos esgotos e resíduos sólidos;
- coleta das águas pluviais e controle de inundações;
- controle de vetores de doenças transmissíveis.

Vale salientar que, os aspectos relativos ao controle de vetores não serão abordados neste tema, mas poderão ser analisados, oportunamente, por equipe técnica ligada diretamente à saúde da população.

4.3 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Define-se um sistema de abastecimento de água como sendo o conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados a produzir e distribuir água a uma comunidade, em quantidade e qualidade compatíveis com a necessidade da população para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos (BRASIL, 1991).

Diante deste conceito, relata-se a seguir a situação atual do município de Leopoldina no que tange ao sistema de abastecimento de água.

Em Leopoldina, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, COPASA, é a concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água da malha urbana do município, sendo sua concessão datada de março de 1972 e o início de sua operação em

janeiro de 1973. Desde então, foram executadas ampliações e obras de melhoria, visando a atender, principalmente, o crescimento do município. Em julho de 2002 a concessão pelos serviços foi renovada por mais 30 anos, ou seja, a princípio, o sistema de abastecimento de água de Leopoldina ficará sob a responsabilidade da COPASA até julho de 2033.

Atualmente, o sistema de abastecimento de água na mancha urbana de Leopoldina é composto por uma captação superficial, uma estação elevatória de água bruta, uma estação de tratamento, duas estações elevatórias de água tratada, doze *boosters* e dezesseis reservatórios, além da rede de distribuição.

A captação superficial é realizada no rio Pirapetinga, curso d'água que corta o município de Leopoldina na direção oeste-leste (ver Figura 4.1, Figura 4.2 e Figura 4.3).



Figura 4.1 – O município de Leopoldina e o rio Pirapetinga.
Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), 2004.



Figura 4.2 – Captação de água superficial da COPASA. Barragem de regularização de nível no rio Pirapetinga - Julho 2006.



Figura 4.3 – Vista frontal da barragem de captação de água do rio Pirapetinga
Julho 2006

A água captada no rio Pirapetinga é bombeada pela elevatória de água bruta, adjacente à barragem, para a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Leopoldina, situada no bairro Alto da Ventania (ver

Figura 4.4).



Figura 4.4 - Fachada da ETA, da sede do município de Leopoldina
(coordenadas em m: 743.567 UTM-E e 7.616.541 UTM-N) - Julho 2006.

A ETA de Leopoldina entrou em operação em 1974 e trabalha, atualmente, cerca de 20 horas por dia, produzindo o equivalente a 158 l/s. Segundo informações da COPASA, a ETA opera dentro da sua capacidade normal de produção e atende satisfatoriamente à demanda de água tratada existente na cidade.

Constatou-se, durante a vistoria técnica realizada, que a vazão captada no rio Pirapetinga é submetida ao tratamento convencional, composto por mistura rápida (medidor “Parshall”), coagulação, floculação, decantação, filtragem rápida, desinfecção e fluoretação. O processo de preparo e dosagem dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, realizados no laboratório adjacentes à ETA, é automatizado, com supervisão do operador de plantão.

Segundo informações da administração da ETA, o processo de coagulação é feito por meio da adição de sulfato líquido de alumínio e cal, sendo o último utilizado para o ajuste inicial do pH (ver Figura 4.5, Figura 4.6 e Figura 4.7). Em seguida, a água passa, então, pelos floculadores hidráulicos, decantadores e filtros (ver Figura 4.6 e Figura 4.7). Na etapa final, adiciona-se cloro para desinfecção da água, e cal, para a correção do pH. Em atendimento ao Decreto nº 76.872 (BRASIL, 1975), acrescenta-se, ainda, o ácido flúor silícico.



Figura 4.5 – Laboratório da ETA. Dosagem dos produtos químicos na entrada do tratamento realizado. Julho 2006.



Figura 4.6 – Laboratório da ETA. Dosagem dos produtos químicos na entrada do tratamento realizado. Julho 2006.



Figura 4.7 – Vista das instalações da ETA. Decantadores, em primeiro plano, e laboratório, ao fundo. Julho 2006.



Figura 4.8 – Lançamento do efluente da ETA, proveniente da lavagem dos filtros, no ribeirão Feijão Cru. Na ponte da rua João Neto, bairro Mina de Ouro (coordenadas em m: 743.970 UTM-E e 7.616.830 UTM-N) - Julho 2006.

O efluente produzido com a operação da ETA de Leopoldina, composto essencialmente pela água de lavagem dos filtros, é lançado no ribeirão Feijão Cru, alguns quilômetros a jusante do tratamento, no bairro Mina de Ouro (ver Figura 4.8).

Segundo a administração da ETA, o intervalo de limpeza dos filtros é de aproximadamente 40 h, reduzindo em épocas chuvosas, quando a turbidez da água aumenta. Quantitativamente, foi informado ainda que, o consumo de água para lavagem dos filtros é cerca de 50m³ por unidade, sendo este volume descartado no ribeirão Feijão Cru, no centro da cidade, conforme relatado anteriormente.

Ainda durante a vistoria a campo ocorrida em julho de 2006, a administração informou também que o efluente gerado com a limpeza dos filtros não passa por nenhum processo de monitoramento ou avaliação antes do seu descarte.

O controle de qualidade da água distribuída para a população de Leopoldina é feito no laboratório da ETA, com coletas, primeiramente, na saída do tratamento, e, posteriormente, nas redes de distribuição, conforme estabelecido na Portaria nº 518 (BRASIL, 2004).

As adutoras do sistema de captação do rio Pirapetinga possuem as seguintes características:

- adutora de água bruta (1º trecho: por gravidade, da caída de passagem da captação no rio Pirapetinga para a caixa de nível constante da elevatória de água bruta): em ferro fundido, 500 mm de diâmetro e 1.500 m de extensão;
- adutora de água bruta (2º trecho: recalque da caixa de nível constante da elevatória de água bruta até um "stand pipe"): em ferro fundido, 350 mm de diâmetro e 500 m de extensão;
- adutora de água bruta (3º trecho: por gravidade do "stand pipe" para a ETA): em ferro fundido, 350 mm de diâmetro e 6.500 m de extensão.

Para armazenamento e distribuição da água tratada produzida na ETA, Leopoldina conta, inicialmente, com uma adutora de água tratada (ferro fundido, 400 mm de diâmetro e 30 m de extensão), que abastece os dois reservatórios (R1 e R2) situados na área da própria Estação (ver Figura 4.9).

O sistema de distribuição conta ainda com o funcionamento de duas elevatórias de água tratada (uma localizada na ETA e outra no bairro COHAB Velha) e doze *boosters*, que possibilitam o abastecimento dos bairros situados nas partes altas da cidade. Segundo a COPASA, os *boosters* localizam-se nos seguintes bairros: Imperador, Jardim Bela Vista, São Cristóvão, Coréia, Vale do Sol, Pedro Brito, COHAB Velha, COHAB Nova, Serra Verde, Bela Vista, UNIPAC e Eldorado.

Em Leopoldina a reservação de água tratada, bem como a sua distribuição, é garantida por dezesseis reservatórios, citados e caracterizados a seguir:

- Reservatórios R1 e R2 – Localização: na ETA, bairro Alto da Ventania; capacidades: 1.200 m³ e 2.700 m³ (ver Figura 4.9); bairros de abrangência: todo o centro de Leopoldina, Quinta Residência, Bela Vista, Coréia, Fábrica, Praça da Bandeira, São Sebastião, Tomé Nogueira, São Luis, Caiçara e Eldorado, além de abastecer os outros catorze reservatórios espalhados pela cidade;
- Reservatório R3 – Localização: bairro Imperador; capacidade: 20 m³; abastece a maior parte do bairro Imperador;

- Reservatórios R4 e R5 – Localização: bairro Jardim Bela Vista; capacidades: 15 m³ e 120 m³; abastecem a maior parte do bairro Jardim Bela Vista e áreas adjacentes;
- Reservatório R6 – Localização: bairro São Cristóvão; capacidade: 20 m³; abastece a maior parte do bairro São Cristóvão;
- Reservatório R7 – Localização: bairro Pinguda; capacidade: 10 m³; abastece a maior parte do bairro Pinguda;
- Reservatórios R8 e R9 – Localização: bairro UNIPAC; capacidades: 200 m³ e 50 m³; abastecem a maior parte do bairro UNIPAC, além do Jardim dos Bandeirantes, Alto Cemitério e Chácara Dona Elsébia;
- Reservatórios R10 e R11 – Localização: bairro COHAB Nova; capacidades: 20 m³ e 360 m³; abastecem a maior parte do bairro COHAB Nova, além do Pirineus e Vila Esteves;
- Reservatório R12 – Localização: bairro Serra Verde; capacidade: 90 m³; abastece a maior parte do bairro Serra Verde e áreas adjacentes;
- Reservatório R13 – Localização: bairro Pedro Brito; capacidade: 50 m³; abastece a maior parte do bairro Pedro Brito e áreas adjacentes;
- Reservatório R14 – Localização: bairro COHAB Velha; capacidade: 30 m³; abastece a maior parte do bairro COHAB Velha e áreas adjacentes;
- Reservatório R15 – Localização: bairro Nova Leopoldina; capacidade: 20 m³; abastece a maior parte do bairro Nova Leopoldina; e,
- Reservatório R16 – Localização: bairro Vale do Sol; capacidade: 100 m³; abastece a maior parte do bairro Vale do Sol e o bairro Popular, além de áreas adjacentes.



Figura 4.9 – Reservatórios R1 e R2 da ETA - Julho 2006.

Segundo os dados fornecidos pela concessionária, 99% da população é atendida pelo sistema de distribuição da COPASA. Tal Companhia informou que, atualmente, o sistema é composto por, aproximadamente, 15.083 ligações, que correspondem a 131.609 m de rede instalada, constituída de PVC e ferro fundido, variando de 20 a 300 mm de diâmetro.

Do ponto de vista técnico, foi assegurado pela COPASA que, no que tange à pressão na rede de distribuição, não há problemas de funcionamento e que as eventuais interrupções no fornecimento de água na cidade são resolvidos com o transporte em caminhões-pipa da Prefeitura. Da mesma forma, foi afirmado que o índice de perdas em Leopoldina é de aproximadamente 27%, devido a vazamentos, consumos não autorizados e imprecisão dos micromedidores.

Em relação ao abastecimento de água de Leopoldina, no presente momento, o único projeto em andamento na COPASA diz respeito ao estudo de ampliação do sistema, que, provavelmente, elevará a sua capacidade de produção para 300 l/s.

Quanto ao abastecimento de água na zona rural do município, havendo solicitação, a COPASA faz perfurações de poços, assim como empresas privadas, ficando a manutenção e o gerenciamento por conta da Prefeitura. Ressalta-se, entretanto, que não existem informações sobre a qualidade e a necessidade de tratamento da água nestas localidades.

4.3.1 Problemas Identificados

No que se refere ao sistema de abastecimento de água de Leopoldina, foram identificados os aspectos negativos enumerados e descritos a seguir:

- Quanto à prestação dos serviços de abastecimento de água na zona rural, cuja responsabilidade compete à Prefeitura Municipal, as solicitações para perfuração de poços são atendidas pela COPASA, entretanto, não é feita análise de qualidade da água. A manutenção e o gerenciamento de tais poços, cuja responsabilidade compete à Prefeitura, são bastante precários.
- Verificou-se que a descarga proveniente da ETA, constituída essencialmente pela água de lavagem dos filtros, é lançada sem a realização de nenhum pré-tratamento ou avaliação do dano provocado ao ribeirão Feijão Cru, a alguns quilômetros do tratamento, na mancha urbana da cidade de Leopoldina.

4.4 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Uma das conseqüências da utilização da água pela população atendida pelo sistema de distribuição de água é a geração de esgotos. Caso não seja dada uma adequada destinação aos dejetos, estes acabam contaminando o solo, as águas superficiais e subterrâneas, podendo constituir-se em perigosos focos de disseminação de doenças.

Um dos problemas sanitários e ambientais mais graves da atualidade corresponde ao lançamento dos esgotos *in natura*, em diversos pontos da cidade, geralmente, ao longo dos córregos que atravessam a área urbana.

Em Leopoldina, os principais corpos receptores dos esgotos produzidos na mancha urbana da cidade são o ribeirão Feijão Cru e os córregos Jacareacanga e das Três Cruzes.

Os serviços de coleta e a destinação final do esgoto sanitário no município são gerenciados pela Prefeitura Municipal e, segundo informações do setor responsável, a rede coletora da cidade é do tipo separador absoluto, existindo, entretanto, algumas ligações clandestinas,

tanto de esgotos na rede de drenagem pluvial, como de água pluvial na rede de esgotamento sanitário (ver Figura 4.10 e Figura 4.11).



Figura 4.10 – Ribeirão Feijão Cru, no bairro Bela Vista.

Curso d'água visivelmente poluído. Neste ponto, verificam-se lançamentos de esgotos no ribeirão pelo canal de drenagem pluvial (coordenadas em m: 745.123 UTM-E e 7.618.483 UTM-N) - Julho 2006.



Figura 4.11 – Ribeirão Feijão Cru, no bairro Bela Vista.

Outro ponto de lançamentos de esgotos no ribeirão pelo canal de drenagem pluvial - Julho 2006.

Ainda segundo informações da Prefeitura, o sistema de coleta existente foi implantado ao longo dos anos, paralelamente ao desenvolvimento do município, inclusive nos distritos, que também possuem rede instalada.

Segundo a Prefeitura Municipal de Leopoldina, o nível de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário na cidade não pode ser informado, visto que não existe planta cadastral sobre a realidade existente. Da mesma forma, características como a extensão

da rede implantada, dos interceptores, e até mesmo a população atendida, são dados desconhecidos. Por outro lado, um levantamento feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, indicou que 73% do esgoto produzido pela população de Leopoldina é coletado por rede (BRASIL, 2000).

Atualmente, segundo a Prefeitura Municipal de Leopoldina e também conforme identificado em vistoria técnica, devido à ausência de uma unidade de tratamento de esgotos e à inexistência de interceptores em grande parte da malha urbana da cidade, todo o efluente produzido é lançado, indiscriminadamente, *in natura*, nos cursos d'água que cortam o município (ver Figura 4.10 e Figura 4.11 já apresentadas, e Figura 4.12 e Figura 4.13 a seguir).



Figura 4.12 – Lançamento de esgotos no ribeirão Feijão Cru, no centro de Leopoldina. Próximo à ponte do Ginásio (coordenadas em m: 743.985 UTM-E e 7.617.418 UTM-N) - Julho 2006.



Figura 4.13 – Lançamentos clandestinos de esgotos. Diretamente das residências, nas margens do ribeirão Feijão Cru, bairro Mina de Ouro (coordenadas em m: 743.970 UTM-E e 7.616.830 UTM-N) - Julho 2006.

No que se refere ao sistema de esgotamento sanitário, segundo a Prefeitura Municipal de Leopoldina, um dos maiores problemas enfrentados hoje, na sede do município, diz respeito às ligações clandestinas na rede de drenagem pluvial. Tais irregularidades contribuem para a degradação dos cursos d'água, obstruem as tubulações, que não foram projetadas para receber estes efluentes, aumentam ainda mais a vazão nas redes nas épocas de chuva, provocando sobrecarga e rompimentos, além da ocorrência de refluxos de esgoto para dentro das moradias interligadas desta forma.

Além disso, durante a vistoria técnica, constatou-se também a dificuldade de manutenção da infra-estrutura existente. Lançamentos provocados por tubulações de esgoto da Prefeitura, rompidas propositadamente, ou acidentalmente, aumentam ainda mais a carga orgânica lançada nos córregos e ribeirões (ver Figura 4.14 e Figura 4.15).



Figura 4.14 – Tubulação de esgotos da Prefeitura rompida, sob a ponte da rua João Neto. Bairro Mina de Ouro (coordenadas em m: 743.970 UTM-E e 7.616.830 UTM-N) - Julho 2006.



Figura 4.15 – Canal mestre da rede de esgotos, localizado ao longo da canalização do ribeirão. Rompido e posteriormente obstruído por entulhos, e, poço de inspeção sem tampa - Julho 2006.

Registra-se que, atualmente, não há projetos de instalação de novas infra-estruturas de melhoria ou ampliação do sistema existente na cidade. Segundo a Prefeitura, no presente momento, encontra-se, em andamento, somente um processo de licitação, para escolha de uma empresa que desenvolverá projetos na área de esgotamento sanitário, mais especificamente, para elaboração do estudo da tecnologia mais viável para o tratamento dos esgotos em Leopoldina.

Ainda segundo a Prefeitura, os novos loteamentos são aprovados somente com a infra-estrutura básica executada, entretanto, devido às intersecções com redes mais antigas, de menor diâmetro, como, por exemplo, na Avenida Gabriel Andrade Junqueira, ocorrem os pontos de retenções. Os bairros Bela Vista, Três Cruzes, Quinta Residência e São Cristóvão foram apontados, durante a realização de vistoria técnica, como os mais problemáticos neste sentido.

Além dos esgotos domésticos coletados na malha urbana de Leopoldina, o ribeirão Feijão Cru, que corta a cidade recebe também o efluente de um matadouro (ver Figura 4.16).



Figura 4.16 – Matadouro Municipal de Leopoldina – vista geral
(coordenadas em m: 743.296 UTM-E e 7.617.992 UTM-N) - Julho 2006.



Figura 4.17 – Matadouro Municipal de Leopoldina – estábulo
(coordenadas em m: 743.296 UTM-E e 7.617.992 UTM-N) - Julho 2006.

O Matadouro Municipal (ver Figura 4.16 e Figura 4.17), administrado pela Associação de Comerciantes de Carne de Leopoldina, lança seus efluentes diretamente no ribeirão Feijão Cru, sem qualquer tipo de tratamento.

O empreendimento encontra-se em processo de licenciamento.

Quanto ao esgotamento sanitário na zona rural do município de Leopoldina, foi informado pela Prefeitura que a parte central dos distritos contam com rede coletora, assim como na malha urbana de Leopoldina, sendo adotadas soluções unitárias, geralmente fossas secas ou sépticas, somente para casas isoladas.

4.4.1 Problemas Identificados

No que se refere ao sistema de esgotamento sanitário de Leopoldina, foram identificados os aspectos negativos enumerados e descritos a seguir:

- Ausência de cadastro do sistema existente na cidade, o que dificulta a aferição das reais necessidades do município, impossibilitando, dentre outras coisas, a correção dos problemas mais críticos.
- Atualmente, no que se refere ao esgotamento sanitário, o problema mais grave em Leopoldina deve-se ao lançamento dos esgotos *in natura*, de maneira difusa e indiscriminada, ao longo dos cursos d'água que cortam a cidade. Todo o esgoto gerado pela população urbana, inclusive nas pequenas fábricas e indústrias, é lançado, sem qualquer tratamento, no ribeirão Feijão Cru e nos córregos Jacareacanga e das Três Cruzes.
- A diminuição do poder de autodepuração dos cursos d'água que cortam o perímetro urbano de Leopoldina, devido ao aporte excessivo de esgotos brutos, é visível e coloca em risco a saúde da população.
- As ligações (clandestinas ou não) de esgotos nas redes pluviais também constituem problemas a serem resolvidos.
- Inexistência de projetos de melhoria e ampliação do sistema de esgotamento existente.

4.5 DRENAGEM URBANA

O rio Pirapetinga é a principal drenagem do município de Leopoldina, sendo afluente da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul (ver Figura 4.18).

Dentro da malha urbana de Leopoldina, o rio Pirapetinga tem como afluentes os córregos Jacareacanga e das Três Cruzes, e o ribeirão Feijão Cru (ver Figura 4.19).



Figura 4.18 – Principais drenagens de Leopoldina e municípios vizinhos - Bacia do rio Paraíba do Sul.
 Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), 2004.

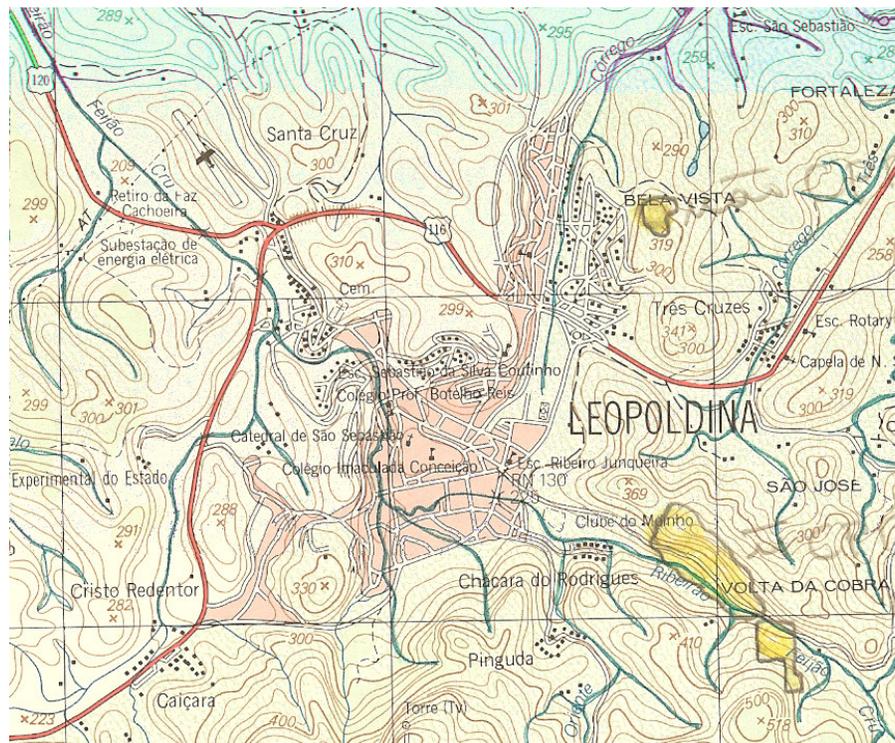


Figura 4.19 – Principais drenagens da mancha urbana de Leopoldina.
 Fonte: IBGE, 1976.

No que se refere à drenagem pluvial, sabe-se que o processo de urbanização impermeabiliza o solo, dificultando ou reduzindo a infiltração das águas pluviais e aumentando a velocidade do escoamento superficial. O escoamento pluvial pode produzir, também, inundações em áreas ribeirinhas e aumento da potencialidade das enchentes. Portanto, para evitar os efeitos adversos dessas alterações, que podem representar desde pequenos danos materiais a prejuízos à saúde, à segurança e ao bem estar da sociedade, faz-se necessário o controle do escoamento das águas de chuvas.

Além da execução de obras de drenagem pluvial, para combater os riscos anteriormente mencionados, cabe também à administração municipal controlar a implantação de empreendimentos que possam provocar efeitos danosos ao meio ambiente e à população.

Diante desse contexto, das informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal – órgão responsável pelos serviços de drenagem pluvial no município - e também dos dados coletados em vistoria de campo, pode-se afirmar que a área urbana do referido município conta apenas com um importante corpo receptor das águas pluviais: o rio Pirapetinga, para onde são drenadas todas as águas da cidade (ver Figura 4.19 já apresentada, e Figura 4.20), comportando-se, assim, como nível de base regional.



Figura 4.20 – Vista do rio Pirapetinga, próximo ao ponto onde é realizada a captação de água para abastecimento público – Julho 2006.



Figura 4.21 – Aspecto geral das vias públicas da cidade de Leopoldina.

Destaque para bueiro / boca-de-lobo numa esquina do centro histórico – Julho 2006.

Assim como ocorre com os serviços de esgotamento sanitário, segundo a Prefeitura Municipal de Leopoldina, o nível de cobertura dos serviços de drenagem pluvial na cidade não pode ser informado, visto que não existe planta cadastral sobre a realidade existente. Da mesma forma, não foram disponibilizadas as características da rede implantada, pois são dados desconhecidos.

Durante a realização da vistoria técnica na cidade, foram feitas apenas constatações gerais da infra-estrutura de micro-drenagem na mancha urbana, o que não permite uma avaliação mais detalhada de tais aspectos. Dentro desse contexto, de maneira geral, as vias da área urbana são bem conservadas, sendo constituídas em sua grande maioria por paralelepípedos (ver Figura 4.22 e Figura 4.23).



Figura 4.22 – Aspecto geral das vias públicas da cidade de Leopoldina.

Passeios e ruas estreitas - Julho 2006.



Figura 4.23 – Bueiro com grelha localizado no centro histórico da cidade de Leopoldina. Notar a ausência de canaletas ou sarjetas para o escoamento da água – Julho 2006.

Além da ausência de canaletas e sarjetas, para o devido direcionamento e escoamento das águas na estação chuvosa, nota-se também a existência de bueiros, sem, no entanto, serem avaliados o número e a capacidade de engolimento dessas infra-estruturas (ver Figura 4.22 e Figura 4.23).

No centro histórico de Leopoldina, se por um lado nota-se a ausência de estruturas de micro-drenagem (como bueiros, bocas de lobo e, até mesmo, sarjetas), por outro, observa-se a predominância de paralelepípedos. Estes constituem um pavimento mais permeável e mais rugoso, proporcionando, assim, menores velocidades de escoamento e maior capacidade de infiltração.

A responsabilidade pelos serviços de limpeza e manutenção das estruturas de drenagem em Leopoldina compete à Prefeitura Municipal, entretanto, o setor responsável pelos serviços informou que não existe um programa de manutenção física da infra-estrutura de drenagem, que acontece, eventualmente, e conforme solicitação da comunidade.

Nas áreas periféricas da cidade existem algumas vias sem pavimentação, compostas por terra e cascalho, caracterizadas pela ausência total de qualquer estrutura de drenagem pluvial. Entretanto, segundo a Prefeitura, poucas ruas se encontram neste cenário. Além disso, alguns bairros, dentro e fora da área central, possuem ruas pavimentadas, mas sem qualquer tipo de drenagem pluvial. Em contrapartida, ainda segundo dados coletados

durante a realização da vistoria técnica, a pavimentação de novas vias são realizadas já com a execução de projeto de drenagem.

Apesar dos problemas enfrentados na gestão da rede de drenagem, com a ocupação irregular das margens dos cursos d'água e a contaminação do sistema pluvial por entulhos e esgotos, segundo a Prefeitura Municipal, atualmente, não são observadas áreas sujeitas a alagamentos recorrentes na mancha urbana de Leopoldina.

Segundo a Prefeitura, os loteamentos mais novos possuem tubulações de diâmetros maiores, e deságuam suas vazões pluviais, principalmente, no ribeirão Feijão Cru. Durante vistoria técnica foram observados vários canais e tubulações de drenagem pluvial desaguando no ribeirão Feijão Cru, muitos deles contaminados por esgoto, conforme exposto no item Esgotamento Sanitário (ver Figura 4.12 e Figura 4.13).

Em se tratando da drenagem urbana, segundo a Prefeitura Municipal, não existem projetos de melhoria e de ampliação do sistema previstos para Leopoldina.

Além das características anteriormente descritas, foi relatada pela Prefeitura Municipal de Leopoldina, e também constatado em vistoria de campo, a existência de vários trechos de córregos e do ribeirão Feijão Cru canalizados na área central, construídos com o objetivo de facilitar o escoamento das águas de chuva.

4.5.1 Problemas identificados

No que se refere ao sistema de drenagem pluvial de Leopoldina, foram identificados os aspectos negativos enumerados e descritos a seguir:

- 1) Ocupação inadequada da calha de inundação dos cursos d'água que atravessam a cidade, associada à inexistência de projetos, programas e/ou ações para tratamento de fundo de vale da área urbana.
- 2) Ausência de manutenção regular tanto das calhas dos cursos d'água que atravessam a cidade quanto das estruturas de micro-drenagem existentes.
- 3) Alto índice de ligações de esgoto na rede pluvial.

- 4) Alto índice de carreamento de material sólido (principalmente lixo doméstico, areia e entulhos da construção civil) para as vias, que, associado à falta de manutenção das estruturas de drenagem, prejudicam o escoamento.
- 5) Quanto à drenagem pluvial na zona urbana do município de Leopoldina, cuja responsabilidade compete à Prefeitura, ainda existem áreas totalmente desprovidas de qualquer infra-estrutura, principalmente na zona periurbana.
- 6) Ausência de planta cadastral do sistema existente na cidade, o que dificulta a aferição das reais necessidades da cidade, impossibilitando, dentre outras coisas, a correção dos problemas mais críticos.

4.6 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Atualmente, os resíduos sólidos urbanos constituem uma grande preocupação sanitária e ambiental. Além dos aspectos relacionados à saúde pública e à degradação do meio ambiente, estes resíduos causam implicações diretas sobre os fatores econômicos. Caso não sejam adotadas medidas que promovam, primeiramente, a redução dos resíduos gerados, e, numa segunda etapa, o reaproveitamento ou reciclagem deste material, sabe-se que a disposição final sem critério pode representar um desperdício de recursos e de energia.

A solução ideal para os resíduos sólidos vai muito além da destinação final adequada. O gerenciamento deve promover o manejo diferenciado do lixo, do “berço” ao “túmulo”. Dessa maneira, o modelo de gestão deve ser completo, abrangendo os diversos setores da sociedade. A implantação de programas de coleta seletiva, por exemplo, deve necessariamente estar associada a políticas de educação ambiental e à existência de mercado consumidor, caso contrário, muito provavelmente se constituirá em uma tentativa frustrada.

Inserido neste contexto, o município de Leopoldina, quando se trata dos aspectos relativos aos resíduos sólidos urbanos, assim como demonstram os serviços de esgotamento sanitário, apresenta sérios problemas a serem resolvidos.

Os serviços de limpeza urbana são de responsabilidade da Prefeitura Municipal, sob o comando da Secretaria de Serviços Urbanos. Os serviços oferecidos à população

abrangem a coleta de lixo domiciliar, comercial e patogênico, assim como o transporte e a disposição final dos resíduos coletados. Além disso, são realizadas as atividades de conservação dos logradouros públicos, com a poda das árvores, capina e varrição.

Segundo a Prefeitura Municipal, atualmente, 100% da população do município de Leopoldina é beneficiada pelo sistema de coleta de lixo. Na parte central da cidade, a coleta é diária, inclusive aos domingos, enquanto que na parte periférica, ela ocorre três vezes na semana (segundas, quartas e sextas, ou terças, quintas e sábados).

Nos distritos, a coleta é semanal, sendo os resíduos de Tebas e Ribeiro Junqueira transportados para o aterro, os de Piacatuba vão para o município de Itamarati e os de Providência e Abaíba são dispostos nos próprios distritos.

Para garantir o serviço de coleta de lixo em todo o município de Leopoldina são utilizados dois caminhões tipo compactadores, com capacidade para 12 m³, um caminhões tipo prensa, com capacidade para 8 m³, e um caminhões tipo caçamba, cuja capacidade de carga é de aproximadamente 7 m³. Tais veículos percorrem a cidade diariamente dividida em seis rotas, além dos trajetos feitos para atender aos distritos.

A produção de resíduos sólidos domésticos no município em questão é da ordem de 30 t/dia. Além do lixo domiciliar, a Prefeitura coleta ainda, aproximadamente, 14 m³/dia de resíduos provenientes da poda de árvores e jardinagem. Quanto aos resíduos sólidos de saúde, a Prefeitura não possui uma estimativa do volume gerado, mas informou que são feitas, em média, duas viagens por dia.

Para diminuir riscos de contaminação, a coleta do lixo patogênico, proveniente das unidades de saúde, quais sejam, o hospital, as clínicas médicas e odontológicas, as farmácias e os laboratórios de análises clínicas, é realizada em horário e veículo diferenciados, sendo sua frequência diária, independente do dia da semana (ver Figura 4.24). Verificou-se, entretanto, que os encarregados por esta coleta não fazem uso dos equipamentos de proteção individual próprios para o desempenho da função, sendo necessárias algumas adequações.



Figura 4.24 – Vista do veículo destinado à coleta dos resíduos de saúde de Leopoldina no momento de disposição no aterro – Julho 2006.

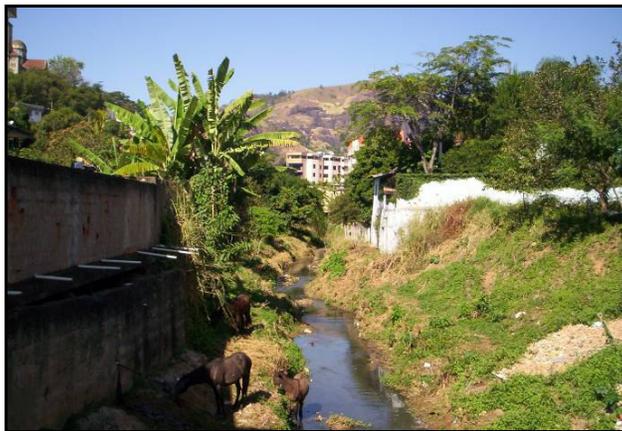


Figura 4.25 – Vista do ribeirão Feijão Cru, no centro de Leopoldina.

Notar a disposição irregular de entulhos da construção civil na margem esquerda do curso d'água (coordenadas em m: 743.398 UTM-E e 7.617.418 UTM-N) - Julho 2006.

Em relação aos entulhos provenientes da construção civil, segundo a Prefeitura, o volume gerado é muito grande, sendo coletado diariamente, ou juntamente com os demais resíduos da cidade, ou por empresas particulares, com serviços de caçamba. Após coleta, tal material é depositado no aterro municipal, em bota-foras autorizados pela prefeitura, ou irregularmente, nas margens dos cursos d'água ou em lotes vagos espalhados pela cidade (ver Figura 4.25).

À exceção dos casos já citados, após a coleta, os resíduos sólidos produzidos em Leopoldina e em seus distritos circunvizinhos, são conduzidos para o aterro controlado localizado a, aproximadamente, 22 km do perímetro urbano (ver Figura 4.26 e Figura 4.27).

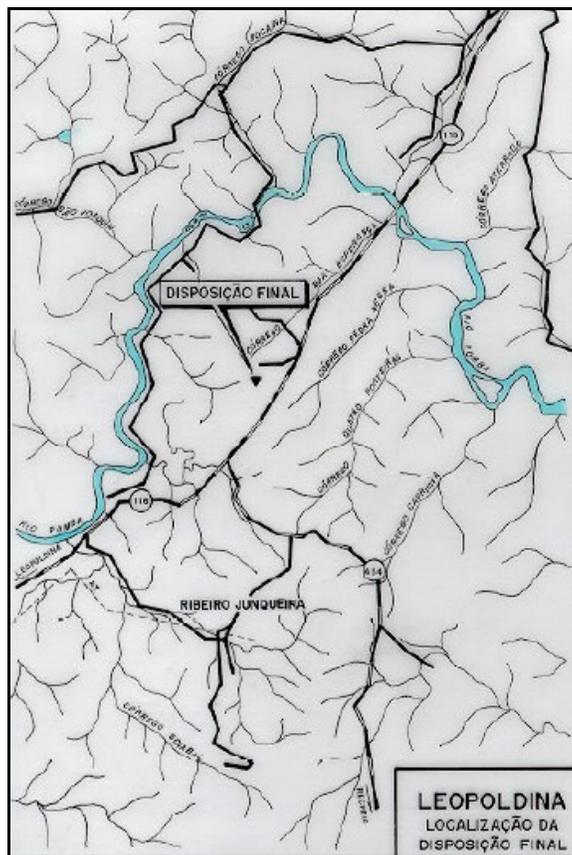


Figura 4.26 – Localização do aterro de Leopoldina.
 Fonte: BRASIL, 2000.

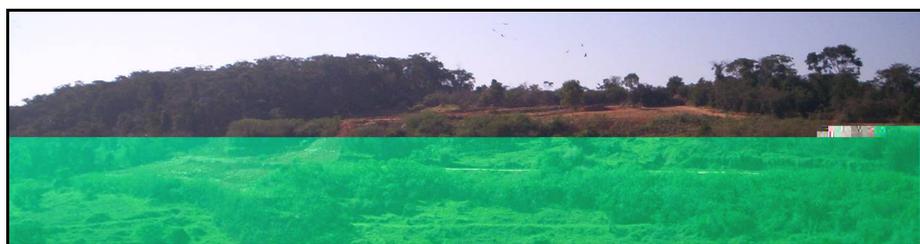


Figura 4.27 - Vista geral do aterro controlado do município de Leopoldina (coordenadas em m: 758.824 UTM-E e 7.629.701 UTM-N) - Julho 2006.

Segundo constatado em vistoria técnica ocorrida em julho de 2006, o aterro controlado de Leopoldina é composto por um maciço de resíduos e uma vala para resíduos de saúde (ver Figura 4.28 e Figura 4.29).



Figura 4.28 – Vista do maciço de resíduos do aterro de Leopoldina.
O fragmento de mata identificado na foto indica a direção de expansão do aterro – Julho 2006.



Figura 4.29 – Vista da vala destinada aos resíduos de saúde do aterro de Leopoldina
Julho 2006.

A Prefeitura informou também que, atualmente, não existem no município projetos ou programas de implantação de coleta seletiva direcionados para a comunidade. Do mesmo modo, não foi observada ou relatada a existência de cooperativa ou associação de catadores de lixo, registrando-se apenas alguns cidadãos isolados, que recolhem o material potencialmente reciclável antes da coleta pública.

De forma geral, constatou-se o descuido com a questão dos resíduos sólidos em Leopoldina, tanto pela avaliação feita dentro da cidade, quanto pela análise dos aspectos gerais da unidade de disposição. No primeiro caso, observa-se, principalmente, a falta de comprometimento da população com a causa, um reflexo da ausência de política de

incentivo nesta área. Quanto ao aterro, nota-se que a infra-estrutura existente hoje é bastante precária, com adoção de técnicas de engenharia inadequadas.

Em relação ao aterro, vale salientar ainda o fato de que o aterramento dos resíduos é feito em direção a uma nascente, localizada em um fragmento de mata da região (ver Figura 4.30).



Figura 4.30 - Notar a posição do aterro na vertente direita da microbacia (registro feito da vertente oposta). Notar também o fragmento de mata, à esquerda do aterro, correspondente ao eixo de expansão da unidade de disposição.

Entretanto, segundo informações da prefeitura, mesmo não existindo uma política municipal para atendimento de todas as melhorias necessárias, medidas isoladas estão sendo tomadas a fim de melhorar o panorama atual.

4.6.1 Problemas Identificados

No que se refere aos serviços municipais de coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos gerados pela população de Leopoldina, foram identificados os aspectos negativos, enumerados e descritos a seguir:

- 1) O aterro controlado de Leopoldina encontra-se em Área de Preservação Permanente (APP), onde foram localizados fragmentos de mata e nascente.
- 2) Parte dos entulhos da construção civil é depositada irregularmente em lotes vagos, nas margens dos cursos d'água e no aterro controlado.

- 3) De forma geral, constatou-se o descuido com o estado atual do aterro controlado de Leopoldina, tendo sido encontrado volume de resíduos sem aterramento adequado.
- 4) Falta de comprometimento da população com a questão dos resíduos sólidos, sendo o lixo doméstico e comercial mal acondicionando e disposto inadequadamente nas ruas.
- 5) Inexistência de coleta seletiva e de projetos nesta área.
- 6) Coleta (manuseio) e disposição dos resíduos sólidos proveniente das unidades de saúde de Leopoldina necessitam de maior treinamento dos encarregados responsáveis.
- 7) Ausência total de investimento neste setor, não tendo sido identificado qualquer programa de educação ambiental ou projeto em estudo ou em elaboração que contemple a precária situação dos resíduos sólidos em Leopoldina.

4.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Decreto nº 76.872, de 22 de dezembro de 1975. Regulamenta a Lei nº 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas públicos e abastecimento. Brasília, 22 dez. 1975.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Manual de Saneamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Serviços de Saúde Pública, 1991. 253 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Projeto Preparatório para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Paraíba do Sul: Documentos Emitidos. 2000. Disponibilidade e acesso: <<http://www.hidro.ufrr.br/ppg/relatorios.html>>. Data de acesso: 10 Jul. 2006. Relatório.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 518, de 25 de março de 2004. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

HELLER, L., COSTA, A. M. L. M.; BARROS, R. T. V.. Saneamento e o município. In: BARROS, R. T. V.; CHERNICHARO, C. A. L.; HELLER, L.; VON SPERLING, M.. (ed.). Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. 1. ed. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. cap. 1, p. 13-32.

www.igam.mg.gov.br>. Data de acesso: 03 Jul. 2006.

5 INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE

5.1 SISTEMA VIÁRIO E CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS E PEDESTRES - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

O município possui atualmente uma superfície de 947 km² e, segundo estimativa do IBGE referente a 2005, conta 52.387 habitantes. Inserida na Região Administrativa do Vale do Rio Pomba (cujas sede é em Muriaé), na Zona da Mata, Leopoldina está dividida em sete distritos: Leopoldina (sede), Abaíba, Piacatuba, Providência, Ribeiro Junqueira e Tebas. Suas principais conexões rodoviárias são apresentadas no quadro a seguir:

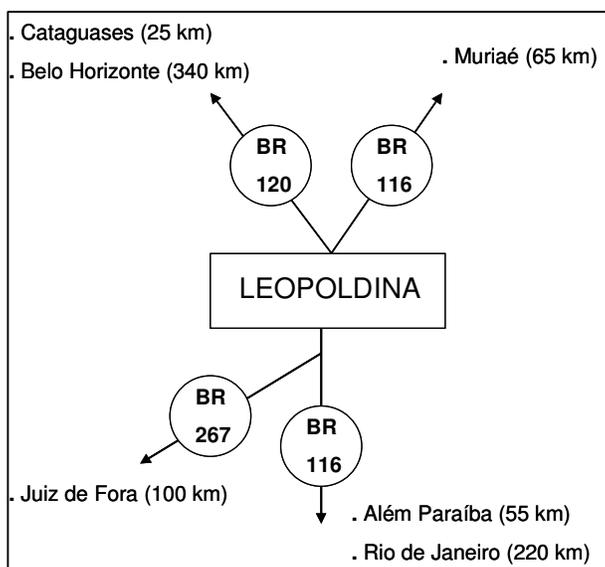


Figura 5.1 - Leopoldina: principais ligações rodoviárias

Com relação à frota de veículos registrada no município, a tabela adiante apresenta sua evolução nos últimos anos:

Tabela 5.1 - Frota de veículos automotores

mês/ ano	Total	Automóveis	%	Motos	%	Ônibus	%	Caminhões	%
dez/02	9.369	6.407	68,4%	1.046	11,2%	92	0,98%	1.477	15,8%
jan/03	9.384	6.411	68,3%	1.056	11,3%	91	0,97%	1.481	15,8%
jan/04	9.795	6.568	67,1%	1.266	12,9%	77	0,79%	1.511	15,4%
jan/05	10.176	6.706	65,9%	1.444	14,2%	86	0,85%	1.547	15,2%
jan/06	10.597	6.863	64,8%	1.671	15,8%	92	0,87%	1.592	15,0%

Fonte: DENATRAN

Com pode-se perceber analisando os dados da tabela, a frota de automóveis de Leopoldina, a despeito de apresentar, nos últimos anos, crescimento em números absolutos e de ainda corresponder a mais de 64% do efetivo de veículos em circulação, vem registrando contínua redução em termos de sua participação na frota municipal. Quanto às motocicletas, ao contrário, registra-se um aumento crescente e significativo do número de unidades e ampliação de sua participação na composição da frota. Nos dias atuais, respondem por quase 16% do total de veículos registrados no município. Tal realidade indica que quaisquer intervenções que vierem a ser feitas no sistema viário da cidade, em termos de plano de circulação (de veículos e pedestres) e de política de estacionamento, deve ser levada em consideração essa matriz modal que está indicando uma forte presença de motocicletas no tráfego da cidade.

5.1.1 Expansão da frota de veículos

Os gráficos a seguir objetivam ilustrar a expansão, nos últimos cinco anos, da frota de automóveis e de motocicletas de Leopoldina.

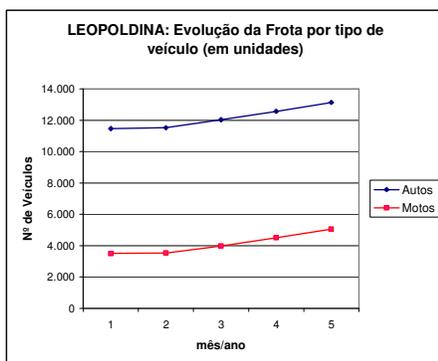


Gráfico 5.1 – Evolução da frota por tipo de veículo (unidades)

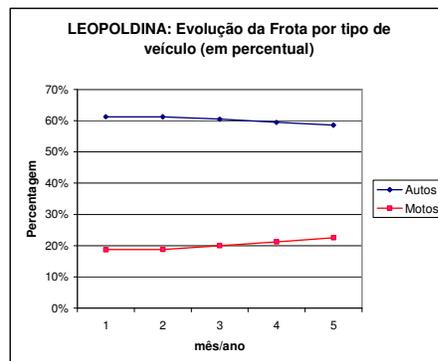


Gráfico 5.2 - Evolução da frota por tipo de veículo (percentual)

Fonte: DENATRAN

5.1.2 Roteiro para levantamento

Para a elaboração de um diagnóstico das condições atuais do sistema viário e da circulação de veículos e pedestres em Leopoldina, foram realizados os seguintes percursos:

1. Avenida Carlos Luz, da interseção com a Rua José Peres à Praça Gama Cerqueira;
2. Rua Tiradentes, da Praça Gama Cerqueira à Praça Nossa Senhora do Rosário;
3. Rua Gabriel Magalhães, da Praça Nossa Senhora do Rosário à Praça Prof. Botelho Reis;
4. Rua Lucas Augusto, da Praça Prof. Botelho Reis à interseção com a Rua Barão de Cotegipe;
5. Rua Barão de Cotegipe, da interseção com a Rua Lucas Augusto à interseção com as ruas Ribeiro Junqueira e Plóbio Cortez de Paula;
6. Rua José Silva (do calçadão) e entorno das praças General Osório, João XXIII, Félix Martins e Átila L. da Cruz Machado;
7. Rua João Lamarca, da interseção com a Rua Custódio Junqueira à interseção com a rua José Peres;
8. Rua José Peres, da interseção com a Rua João Lamarca à interseção com a Rua Coronel Oliver Fajardo;
9. Rua Custódio Junqueira, da interseção com a Rua José Lamarca à Praça Francisco Pinheiro Lacerda;
10. Avenida Getúlio Vargas, da Praça Francisco Pinheiro Lacerda à interseção com as ruas Ízaro Bretas e Jonas S. Bastos;
11. Rua Coronel Oliver Fajardo, da interseção com a rua José Peres à interseção com a Rua Ribeiro Junqueira;
12. Rua Andrade Junqueira, da interseção com a Rua Coronel Oliver Fajardo à Praça Francisco Pinheiro Machado.

Os segmentos viários que compõem os percursos acima descritos, tendo em vista a importância de sua localização ou o papel que desempenham como vias de acesso e/ou de interligação, foram pesquisados com o objetivo de se poder avaliar as condições de

circulação e estacionamento dos automóveis, motocicletas e veículos pesados, a segurança dos pedestres nos seus deslocamentos nas calçadas e na travessia das vias, bem como a sinalização informativa e de regulamentação na área central da cidade.

5.1.3 Condições de circulação – principais problemas

Os principais problemas detectados são os seguintes:

1. Veículos pesados circulando constantemente pelas vias centrais da cidade e efetuando, ao longo de todo o dia, carga e descarga de mercadorias, gerando conflitos no trânsito e constante risco de acidentes (ver Figura 5.2, Figura 5.3 e Figura 5.4);



Figura 5.2 - Rua Coronel Oliver Fajardo (próximo à Praça Felix Faragé)



Figura 5.3 - Av. Presidente Carlos Luz

2. Ônibus rodoviários atravessando a cidade, causando degradação ambiental, conflitos no trânsito, bem como desconforto e risco para pedestres, notadamente os veículos das linhas que percorrem a Rua Barão de Cotegipe (ver Figura 5.2);

3. Utilização do entorno do Posto Centenário, na Rua José Peres, como terminal rodoviário de longa distância, produzindo concorrência desnecessária e predatória, já que a rodoviária municipal está situada quase ao lado do referido posto (ver Figura 5.5);



Figura 5.4 – Rua Tiradentes
(obtida em ônibus da linha Leopoldina – Cataguases)



Figura 5.5 – Rua José Peres

4. Ausência de fiscalização do trânsito compatível com as características da cidade, gerando práticas inaceitáveis de direção, como circular em alta velocidade e desrespeitar à sinalização (ver Figura 5.6 e Figura 5.7);



Figura 5.6– Rua Custódio Junqueira



Figura 5.7 – Rua Gabriel Andrade Junqueira

5. Estacionamento de veículos e motocicletas sem sinalização adequada (ver Figura 5.8 e Figura 5.9);



Figura 5.8– Praça Prof. Botelho Reis



Figura 5.9 - Rua Gabriel Andrade Junqueira

6. Calçadas inexistentes ou em condições inadequadas de operação (ver da Figura 5.10 à Figura 5.13);



Figura 5.10 – Rua Acácio Serpa



Figura 5.11 - Avenida Getúlio Vargas



Figura 5.12 - Avenida Getúlio Vargas



Figura 5.13 - Praça João XXIII

7. Veículos estacionados sobre as calçadas (ver da Figura 5.14 à Figura 5.16);



Figura 5.14 - Avenida Getúlio Vargas (próximo à ponte sobre o Córrego Feijão Cru)



Figura 5.15 – Rua José Peres

8. Pontos de ônibus operando sobrecarregados (ver Figura 5.2 e Figura 5.17);



Figura 5.16 - Rua Coronel Oliver Fajardo (próximo à interseção com a R. José Peres)



Figura 5.17 - Avenida Presidente Carlos Luz

9. Postos de abastecimento com rebaixo total das áreas de calçada, causando desconforto e risco para os pedestres (ver da Figura 5.18 à Figura 5.21);



Figura 5.18 - Avenida Getúlio Vargas (esquina com Rua Farmacêutico Durval Barros)



Figura 5.19 - Praça Francisco Pinheiro Lacerda



Figura 5.20 - Rua José Peres (próximo à ponte sobre o Córrego Feijão Cru)



Figura 5.21 - Avenida Getúlio Vargas

10. Ausência de canalizações para o tráfego e de sinalização para a travessia de pedestres (ver da Figura 5.22 à Figura 5.27).



Figura 5.22 - Rua Tiradentes (próximo à Praça Nossa Senhora do Rosário)



Figura 5.23 - Rua Barão de Cotegipe (próximo à esquina com Rua Tiradentes)



Figura 5.24 - Praça Francisco Pinheiro Lacerda (intersec. com Rua Jonas S. Bastos)



Figura 5.25 - Avenida Getúlio Vargas



Figura 5.26 - Praça Gama Cerqueira



Figura 5.27 - Custódio Junqueira / R. João Lamarca (próximo à Praça Félix Martins)

6 CONSOLIDAÇÃO DE DIRETRIZES PARA O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA

6.1 HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Principais diretrizes:

- Elaboração e implementação de projeto paisagístico para áreas de interesse histórico da cidade, especialmente de praças
- Monitoramento da qualidade das águas de áreas passíveis de exploração turística como cachoeiras e afluentes
- Saneamento córrego Feijão Cru e recuperação do seu vale
- Estabelecimento de políticas de controle epidemiológico da população de doenças transmissíveis pela água
- Retomar a atuação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Leopoldina;
- Dotar o município de estrutura institucional de suporte para a atuação do Conselho, com contratação de profissional especializado para assessorar o mesmo;
- Instituir mecanismo de isenção de Imposto Predial e Territorial (IPTU) para os imóveis considerados de valor histórico e cultural;
- Criar uma Zona Histórica Especial, ao longo das ruas Cotegipe e Ribeiro Junqueira e suas adjacências, com o objetivo de preservar a escala, os espaços públicos e os exemplares significativos da área;

- Prever ações para preservação e recuperação do patrimônio ferroviário, essencial na história da cidade;
- Prever a recuperação do Horto Florestal, espaço com potencial para área de lazer na cidade;
- Identificar o potencial do patrimônio natural do município, integrando-o com a recuperação das fazendas de café existentes no município, com vistas ao eco-turismo;
- Identificar as festas existentes no município, criando um calendário anual de eventos;
- Prever mecanismos de preservação para os distritos, envolvendo o seu traçado e casario, com especial atenção para Piacatuba;
- Incentivar o artesanato local, notadamente dos distritos e em especial a fabricação de doces, tradicional em Leopoldina;
- Remodelação o Arquivo Público Municipal e do Fórum, equipar a Biblioteca Pública Municipal, avaliar a possibilidade da criação de espaço para exposição sobre a história da cidade
- Criação de programa de incentivo à pesquisa e produção de material de divulgação sobre a história da cidade
- Investimento na qualificação dos funcionários da Prefeitura
- Criação de dispositivo de ordenação urbana que regule a instalação de antenas de TV, sinalização de comércio, etc, que possa interferir na fachada de edificações antigas
- Recuperação dos distritos e de seus exemplares de arquitetura rural para fins turísticos
- Medidas para a reversão do quadro de perda consistente de patrimônio e de sua paisagem
- Estudo de viabilidade de tombamento da mina da Estaboquinha.

6.2 MEIO AMBIENTE

6.2.1 Meio rural

- Criação e manutenção de corredores verdes, elementos essenciais para estabelecer a conectividade das espécies vegetais naturais da região, preservando áreas de recarga de córregos e rios.
- Implementação de instrumentos legais no sentido de garantir a manutenção de áreas de reserva natural ao longo dos rios e das unidades de conservação

- Criação de medidas compensatórias para minimizar o impacto das atividades mineradoras na exploração do solo superficial, no transporte do material e no fluxo ferroviário nas áreas do município.

6.2.2 Meio urbano

6.2.2.1 Conforto Ambiental

- Favorecer a ventilação natural urbana através de mecanismos de ocupação do solo que garantam a manutenção dos principais corredores de vento da cidade, com implantação de áreas verdes nos mesmos.
- Deve-se evitar o adensamento e verticalização da região central, constituída pelos bairros da Fábrica, da Bandeira, Alto da Ventania, Mina de Ouro, da Catedral e Centro.
- A área verde nas proximidades da Catedral deve ser preservada para melhora das condições climáticas e de qualidade do ar da zona central, já que esta possui deficiência na circulação do ar.
- Para os novos assentamentos, recomenda-se usar critérios adequados de afastamento entre as edificações e maior largura nas caixas das vias, para favorecer a penetração dos ventos.
- Garantir a adequada drenagem das chuvas para evitar alagamento no verão
- Aplicar as diretrizes do programa do silêncio estabelecidas pelo CONAMA
- Estabelecer um plano de ações e controle na apropriação do solo lindeiro às áreas industriais; favorecer, sempre que possível e viável economicamente, deslocamento de atividades industriais para região específica do Distrito industrial, de forma a minimizar o impacto destas atividades sobre a população

6.2.2.2 Habitação

- Reativação do Conselho Municipal de Habitação
- Criação de parcerias da Prefeitura Municipal com a iniciativa privada para a provisão de moradias de interesse social
- Retirada das habitações irregulares localizadas ao longo dos córregos e encostas de risco, com garantia de realocação em áreas destinadas para à implantação de Zonas de Espaciais de Interesse Social, a serem criadas no Plano Diretor Participativo, PDP

- Uso dos dispositivos legais previstos no PDP de modo a fazer a ocupação prioritária de áreas urbanas dotadas (ou de fácil acesso) de infra-estrutura, saneamento básico e equipamentos urbanos
- Utilização dos novos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para a concessão de fins de moradia e usucapião coletivo
- Criar mecanismos para agilizar a regularização fundiária de loteamentos irregulares
- Criação de uma comissão técnica e jurídica para orientar grupos sociais carentes em ações judiciais, garantindo a esta faixa da população o direito à regularização fundiária e à propriedade, conforme reza o Estatuto da Cidade
- Garantir a manutenção de áreas mínimas permeáveis em cada terreno, com aumento de recuos laterais, frontais e de fundo reduzindo a alta concentração de taxa de ocupação nas áreas de densidade elevada da cidade

6.2.2.3 *Meio ambiente*

- Estudo de realocação da área de expansão do cemitério da cidade
- Implementação de maior número de áreas de lazer para a população
- Desenvolvimento de estudo para a adequação da poda das árvores
- Na implantação de novos conjuntos habitacionais de interesse social deverão ser utilizados mecanismos que garantam a matriz financeira e energética das famílias de baixa renda como o uso obrigatório de coletores solares para o aquecimento de água
- Criação de novas áreas de preservação ambiental de forma a preservar o meio ambiente e a beleza natural da região

6.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

6.3.1 Atividades econômicas

- Políticas municipais específicas para incentivo à produção de:
 - doces finos, confeitos artesanais e enfeites para doces
 - confecções
 - laticínios: tais produtos devem ser estimulados com instalações urbanas apropriadas

6.4 SANEAMENTO

6.4.1 Abastecimento de água

- Melhoria do abastecimento, manutenção e gerenciamento de poços de água na zona rural inclusive com análise de qualidade da água
- Avaliação de riscos e pré-tratamento da água proveniente da ETA, antes de seu lançamento no ribeirão Feijão Cru

6.4.2 Esgoto

- Tratamento do esgoto sanitário hoje lançado in natura no ribeirão Feijão Cru e nos córregos Jacareacanga e das Três Cruzes
- Incremento de investimentos na área de saneamento, para manutenção da infraestrutura existente
- Criação de mecanismos de controle sanitário que incentive o cidadão a regularizar a situação de seu imóvel com relação à ligação na rede de esgoto

6.4.3 Drenagem

- Adequada manutenção da calha de inundação dos cursos d'água que atravessam a cidade e das estruturas de micro-drenagem
- Retirar as ligações de esgoto irregulares da rede pluvial
- Melhoria no controle de deposição de lixo, areia e entulhos para evitar sobrecarga do sistema de drenagem
- Instalação de sistema de drenagem pluvial em regiões não atendidas por estas estruturas

6.4.4 Resíduos sólidos

- Estudo da realocação do aterro controlado (e melhorias no sistema existente) de Leopoldina que se encontra em Área de Preservação Permanente (APP), onde foram localizados fragmentos de mata e nascente.

- Implementação de campanhas de conscientização sobre a adequada destinação de resíduos sólidos e de esgoto, bem como educação ambiental destinada aos funcionários que trabalham na área
- Incentivo a criação de mecanismos de coleta seletiva e de projetos para tratamento dos resíduos recicláveis

6.5 INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

- Restrição de horário para carga e descarga e limitação das vias de circulação para veículos pesados na área central da cidade
- Estudo de viabilidade de reestruturação da rodoviária e da criação de novos eixos viários para acesso de ônibus intermunicipais
- Aumento da fiscalização do trânsito
- Melhoria das calçadas onde estas são precárias ou inexistentes
- Determinação de regras para a instalação de equipamentos urbanos de serviço, levando em consideração o trânsito de veículos e de pedestres (sinalização, calçadas, entradas e saídas)

6.6 DIRETRIZES DE OCUPAÇÃO DO SOLO

Após realizados os estudos relacionados acima, foi construído um mapa síntese de diretrizes do Plano Diretor Participativo para a ocupação do solo urbano de Leopoldina.

Neste mapa são definidas as estratégias genéricas para o zoneamento da cidade, levando em consideração aspectos de conforto ambiental para a preservação dos principais canais de ventilação no meio urbano, preservação do meio ambiente (áreas verdes), expansão urbana, áreas para implantação de Zonas Especiais de Interesse Social, bem como zonas de densadensamento urbano e de permissão de adensamento controlado. Esta setorização pode ser vista no Mapa 6.1 – Mapa de macrozoneamento da sede de Leopoldina.

PARTE II - LEITURA COMUNITÁRIA

1 INTRODUÇÃO

A 1ª Audiência Pública para o Plano Diretor Participativo (PDP) de Leopoldina, realizada no dia 05 de maio do corrente, no Cine Theatro Alencar, teve a participação de aproximadamente 200 cidadãos, do Prefeito José Roberto de Oliveira, de técnicos da prefeitura, do Núcleo Gestor e de técnicos e professores da Escola de Arquitetura da UFMG, EAUFMG. Após a abertura, audiência iniciou-se com palestra proferida pelo Professor Ângelo Arruda da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Esta audiência teve como finalidade dar início oficial aos trabalhos do Plano Diretor Participativo, a ser desenvolvido com a colaboração de técnicos da prefeitura, da Escola de Arquitetura e da sociedade civil organizada. As informações técnicas foram coletadas através de bibliografia e cartografia, bem como junto à Prefeitura e aos órgãos públicos, assim como através de trabalho de campo. O Núcleo Gestor, constituído, se mobilizou para realizar as leituras comunitárias, amplamente divulgadas.

Para iniciar os debates nas leituras comunitárias foram lançadas as seguintes questões: “qual o seu desejo para sua cidade ter boa qualidade de vida” e “quais os pontos positivos e negativos que favorecem ou não a sua cidade”.

As reuniões para as leituras comunitárias foram realizadas no período de 29/05/2006 a 06/06/2006, tanto no distrito-sede quanto nos demais distritos e localidades. Os grupos de discussão foram divididos em bairros e as reuniões realizadas no período da noite, de 19 às 22 horas, em prédios públicos definidos anteriormente. Foram estabelecidos quatro grupos na cidade: A, B, C e D subdivididos em dois grupos, sendo reuniões realizadas duas a duas de forma simultânea, em locais distintos. As reuniões foram coordenadas pelo Núcleo Gestor e por técnico e estagiário da EAUFMG. As reuniões de leitura comunitária foram registradas em filme e com lista de presença. No quadro a seguir são apresentados os Bairros e localidades cobertos em cada uma das leituras comunitárias:

Quadro 1.1 – Locais das leituras comunitárias

Dia	Bairros e localidades
29/05/2006	Bairros Cohab Velha Bairro Vila Esteves Bairro Pirineus
29/05/2006	Bairro Bela Vista Bairro São Cristóvão Bairro São Sebastião
30/05/2006	Bairro do Rosário
01/06/2006	Bairro Vale do Sol Bairro Popular
02/06/2006	Distrito de Providência Distrito de São Martinho
02/06/2006	Distrito de Piacatuba
05/06/2006	Distrito de Tebas
05/06/2006	Distrito de Ribeiro Junqueira
06/06/2006	Distrito de Abaíba
08/08/2006	Distrito de Vista Alegre

A presença nas leituras comunitárias variou de 17 a 72 pessoas por reunião, totalizando mais de 400 participantes. Nessas reuniões destacaram-se sugestões de assuntos referentes não só à sede, mas também aos distritos:

1. Modernizar a cooperativa leiteira local, através de sua reestruturação administrativa, de forma a melhorar o fornecimento, a variedade, o marketing de seus produtos.
2. Implantação de incentivo para maior produção agropecuária, aproveitando a existência da fazenda experimental da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, EMATER-MG, na vila de Vargem Linda.
 - a. Incentivo à manutenção da exposição do cavalo mangalarga marchador;
 - b. Incentivo à manutenção da Exposição Agropecuária de Leopoldina.
3. Explorar de maneira ecologicamente sustentável o potencial turístico do município, com maior divulgação de seu potencial regional.

- a. Exploração do patrimônio natural: cachoeiras; remanescentes da Mata Atlântica com eco sistema representativo; represa da Usina Maurício; corredeiras do Rio Pomba; “Morro do Cruzeiro”.
- b. Incentivar a prática de esportes radicais como vôo livre, asa delta, parapente aproveitando a existência do Morro do Cruzeiro, ponto culminante do município e a segunda melhor rampa de saltos de Minas.
- c. Exploração do patrimônio construído:
 - i. remanescentes da arquitetura da fase colonial à moderna na sede do município, especialmente na Rua Cotegipe.
 - ii. Sedes de fazendas cafeeiras nos distritos de Piacatuba, Abaíba e Providência, com possibilidade de criar um circuito das Fazendas Cafeeiras.
- 4. Incentivar o patrimônio imaterial, recuperando a tradição de folia-dos-reis e de mineiros-páu, o reisado, a festa da “Cruz Queimada” em Piacatuba.
- 5. Dar escala e visibilidade à produção tradicional de doces caseiros, produzidos familiarmente, principalmente no Distrito de Tebas (com perspectiva de criação de cooperativa de doces).
- 6. Revitalizar as atividades de lazer / esportes / festas no município
 - a. Incentivar o esporte de aventura;
 - b. Melhorar a infra-estrutura de bares, restaurantes e afins;
 - c. Gerar espaços adequados para a prática de esportes como caminhadas, futebol, handeball e parques infantis (Bandeirantes e Alto do Cemitério);
 - d. Gerar espaços para shows públicos;
 - e. Melhorar a infra-estrutura de praças e espaços públicos como áreas de lazer;
 - f. Incentivar a prática de malha, com promoção de campeonatos regionais;

- g. Formalizar a criação da Área de Preservação Ambiental, APA, do Horto Florestal;
 - h. Incentivar a realização da Feira da Paz;
 - i. Uso da mina recém descoberta como ponto de lazer.
7. Planejar um desenvolvimento econômico auto-sustentável para a região.
 8. Consolidar uma via paralela a rodovia que une o bairro Três Cruzes ao São Cristóvão.
 9. Criação de loteamentos próximos à malha urbana existente.
 10. Melhorar o saneamento básico e a coleta de lixo com respectiva reciclagem através de uma usina, de forma a ampliar sua vida útil.
 11. Recuperar e sanear os córregos Feijão-Cru, Jacareacanga que cortam a cidade, com a construção de ETEs.
 12. Conscientização da população sobre os danos da poluição ambiental de córregos e rios.
 13. Manter o calçamento original das ruas de forma a não diminuir a permeabilidade do solo às águas pluviais, recompondo as bocas-de-lobo e as calçadas.
 14. Criar política para utilização e limpeza de lotes vagos (muitos sem capina e servindo de depósito de entulhos).
 15. Valorizar o manancial de água potável, no centro urbano, revitalizando rios e córregos.
 16. Regionalização do ensino.
 17. Investir nas confecções caseiras e artesanato (cita-se o caso das florzinhas para enfeite de doces).
 18. Re-utilização do prédio da Fábrica, inclusive com potencialidade para abrigar centro de comércio.
 19. Recuperar o antigo de Centro de Treinamento de Professores, no bairro de Fortaleza.

20. Oferecer adequado transporte à população que vive em conjuntos habitacionais e distritos afastados do centro urbano.
21. Cessão do antigo grupo escolar para a entidade assistencial “Levanta de Novo”, que trabalha pela recuperação de alcoólatras e drogados, com adequação do espaço físico.

2 RESUMO DAS LEITURAS COMUNITÁRIAS

2.1 LEITURA DIA 29/05/06 – BAIRROS COHAB VELHA, VILA ESTEVES E PIRINEUS

Principais pontos abordados:

- Educação – escola profissionalizante, informatização da biblioteca, melhoria da biblioteca
- Emprego e renda – criação do mercado do produtor e central de abastecimento agrícola
- Conservação e incentivo ao patrimônio histórico e cultural – valorização do carnaval
- Saneamento – criação de ETE, limpeza dos bueiros, coleta de lixo em terrenos baldios, revitalização do ribeirão Feijão Cru, fossa séptica nas casas próximas ao ribeirão, coleta seletiva
- Infra-estrutura – calçamento das ruas, melhoria dos passeios, melhoria da iluminação pública
- Transporte – transporte com acessibilidade, criação de novos horários especialmente aos domingos
- Lazer – criação de quadras e parques infantis
- Melhoria da infra-estrutura turística – valorização do Morro do Cruzeiro
- Saúde – melhoria do tratamento médico e odontológico
- Creche
- Segurança
- Cemitério para todas as classes sociais
- Mobiliário urbano – implantação de lixeiras e sinalização
- Arborização

- Mudança de local do Parque de Exposições
- Construção de prédio para o Conservatório de Música Lia Salgado

2.2 LEITURA DIA 29/05/06 – BAIROS BELA VISTA, SÃO SEBASTIÃO E SÃO CRISTÓVÃO

Principais pontos abordados:

- Conservação das praças
- Emprego e renda
- Transporte – aumentar concorrência e melhorar atendimento à comunidade
- Saúde – construção de posto no Bairro São Cristóvão
- Creche
- Lazer e esporte – melhoria do poliesportivo, aumentar a oferta de atividades nos fins de semana
- Incentivo à criação de horta comunitária
- Habitação – melhorar oferta para até 1 salário mínimo, abrir financiamento para compra de material
- Segurança
- Cultura – incentivo à manutenção de tradição popular (fanfarra)
- Pavimentação de ruas
- Educação – ampliar para segundo grau a rede existente de primeiro grau, criação de curso profissionalizante, criar mecanismos no ensino de educação ambiental
- Revitalização do horto e da indústria abandonada
- Recuperação da linha férrea
- Infra-estrutura e saneamento – melhorar coleta de lixo e limpeza urbana (inclusive de lotes vagos), melhorar a drenagem, limpar bueiros, criar usina de reciclagem
- Iluminação pública – melhorar
- Equipamentos urbanos - lixeiras

2.3 LEITURA DO DIA 30/05/06 – BAIRRO DO ROSÁRIO

Principais pontos abordados:

- Revitalização da Praça do Rosário

- Canalização da água pluvial na Chácara Dona Euzébia
- Extensão do atendimento da Unidade Básica de Saúde
- Retirada da Zona Boêmia
- Ampliação e maior assistência ao Asilo Santo Antônio
- Lazer - Maior aproveitamento do espaço do campo Arranca Toco na prática esportiva e ampliação de oferta de espaços nos fundos da zona boêmia, criação de espaços para lazer infantil.
- Destinação do prédio da fábrica Minas Têxtil para área cultural/empresarial
- Revitalização do córrego Feijão Cru e de suas margens com limpeza e plantio de árvores
- Educação - criação de sala de informática da Escola, implantação de escola profissionalizante
- Revitalização do Horto Florestal
- Sinalização urbana das ruas da cidade
- Criação de uma cooperativa de catadores de papéis
- Melhoria no atendimento por transporte público - acessibilidade
- Emprego e renda
- Saúde – melhoria no atendimento e construção de hospital adequado
- Limpeza das ruas
- Incentivo ao turismo
- Saneamento – canalização de córregos, limpeza dos bueiros, melhorar drenagem
- Segurança – especialmente no horário noturno
- Mobiliário urbano - lixeiras
- Coleta seletiva, usina de compostagem e reciclagem
- Promover a arborização e jardinagem da rua
- É necessário eu se construa na divisa do cemitério com a área da rua, um sistema de captação pluvial, eliminando o contato da população com a água que desce do mesmo, evitando com isso a contaminação e doenças
- Revitalização do córrego Feijão Cru
- Reavaliar o lixão da cidade

- Programa participativo de incentivo e proteção e uso do patrimônio edificado do município e do patrimônio cultural (festas tradicionais, grupos folclóricos tradicionais, memória)
- Política de gestão participativa de captação e uso de recursos para a cultural local
- Programas e projetos educativos, culturais, sociais destinados principalmente a adolescente, paralelos aos trabalhos da rede escolar: oficinas de arte, música, danças, etc
- Urbanização Praça Nossa Senhora do Rosário
- Melhoria nos calçamentos e vias de acesso do bairro Joaquim Furtado Pinto (Cohab Nova)
- Reestudo do tráfego (especialmente de veículos pesados) e áreas de estacionamento
- Repensar os programas de saúde da família para que se tornem mais eficazes e que atendam mais aos anseios da população

2.4 LEITURA DO DIA 01/06/06 – BAIRRO VALE DO SOL E BAIRRO POPULAR

Principais pontos abordados:

- Saneamento (rede esgoto, limpeza urbana, bocas de lobo)
- Iluminação pública, especialmente ao longo da BR-116
- Espaços de lazer
- Mobiliário urbano (lixeiras e orelhões)
- Melhorar acesso para pedestres (questão do “escadão” e passeios)
- Transporte público
- Atendimento de saúde
- Arborização (poda)
- Revitalização do Horto
- Uso e ocupação do solo (preservação de visadas)
- Cursos profissionalizantes, universidade pública, projetos sócio-educativos
- Emprego e renda
- Creche
- Sinalização
- Arruamento (asfaltamento, melhoria do calçamento)

- Segurança
- Habitação – ampliar a oferta de casas populares
- Transporte com acessibilidade

2.5 LEITURA DIA 02/06/06 – DISTRITO DE PROVIDÊNCIA E VILA SÃO MARTINHO

Principais pontos abordados:

- Hotel não funciona
- Água não é tratada e falta água
- Iluminação pública deficiente
- Eletrificação rural
- Lazer – ausência de parque infantil e poliesportivo sem opções de esporte e infraestrutura de atendimento, criação de cinema itinerante
- Atendimento bancário deficiente
- Telefonia celular inexistente
- Segurança - funcionamento efetivo do posto policial
- Geração de empregos - confecções e outras pequenas indústrias
- Capela Mortuária e conservação do cemitério
- Incentivar o turismo rural e passeios ecológicos
- Parque infantil
- Preservação do prédio da exposição e construção de um palco com camarins e banheiros
- Creche
- Criação de um viveiro de mudas
- Melhorar assistência à saúde (horários de atendimento médico, atendimento por ambulância, criação de pronto-socorro)
- Aumentar a oferta de casas populares (com crédito para construção de baixa renda)
- Falta calçamento (agrovila)
- Telefonia (agrovila)
- Melhorar a infra-estrutura hoteleira dos distritos
- Incentivar o turismo ecológico e local
- Reativar a cooperativa

- Melhorar a infra-estrutura viária de ligação à sede (asfaltamento)
- Transporte coletivo – aumentar o número de horários
- Educação - criação de curso profissionalizante, melhoria da biblioteca e de transporte escolar
- Criação de mecanismos de proteção das matas e aumento de fiscalização
- Fazer gestão de recursos hídricos
- Implantação de um biodigestor
- Fazer coleta seletiva (com implantação de indústria para destinação do lixo reciclado)
- Tombamento e conservação dos prédios antigos e do posto de gasolina
- Criação de infra-estrutura para realização de eventos
- Transporte com acessibilidade

2.6 LEITURA DIA 02/06/06 – DISTRITO DE PIACATUBA

Principais pontos abordados:

- Incentivo cultural e turístico, ecoturismo – melhoria de acesso
- Arborização e reflorestamento
- Melhoria acesso ao cemitério e capela mortuária
- Saneamento e infra-estrutura - água tratada, canalização do esgoto, drenagem, melhoria de iluminação pública, saneamento dos córregos, coleta de lixo
- Melhoria do parque de exposições
- Emprego e renda – associação das bordadeiras, fábrica de doces, comércio de artesanato, incremento do comércio
- Transporte – melhoria de atendimento, transporte escolar para a área rural
- Rede viária – melhoria, colocação de mata-burro, pavimentação
- Educação – implementação do segundo grau, cursos profissionalizantes (informática), artesanato, moda
- Saúde – melhoria do atendimento médico odontológico
- Conservação do patrimônio – inclusive com tombamento
- Telefonia celular
- Lazer e esporte – criação de quadra esportiva, praça e parque infantil
- Habitação – construção de casas populares

- Melhoria da capela mortuária
- Agência bancária
- Mobiliário urbano - lixeiras, coleta seletiva

2.7 LEITURA DIA 05/06/06 – DISTRITO DE TEBAS

Principais pontos levantados:

- Saneamento - água tratada, canalização do esgoto, drenagem
- Melhoria no atendimento médico e odontológico
- Geração de emprego e renda (Criação de cooperativas de doce, e artesanato de florzinha, confecção)
- Criação de cursos profissionalizantes e de informática
- Melhoria no atendimento de transporte coletivo (horários de atendimento)
- Infra-estrutura (asfaltamento de ruas e melhoria de iluminação pública, implantação de posto de gasolina, telefonia celular, torre de televisão)
- Acesso – melhoria da via de acesso ao distrito
- Segurança
- Lazer e esportes – criação de quadras, reforma na praça, cinema, cursos de teatro e dança
- Aumentar o cemitério
- Melhoria na biblioteca pública
- Criação de um espaço cultural
- Construção de mais casas populares
- Melhoria na fiscalização dos órgãos de proteção do meio ambiente, preservação das mananciais
- Coleta de lixo – aumentar a frequência, fazer coleta seletiva
- Criação de ONGs no apoio ambiental para preservação das florestas
- Fiscalização da criação de suínos dentro do distrito
- Creche
- Acessibilidade - rampas para pessoas deficientes
- Melhorar o mobiliário urbano (orelhão e lixeiras)
- Fiscalização dos imóveis abandonados

- Restauração de casas antigas e da igreja
- Segurança pública (maior número de policiamento com equipamentos adequados)
- Podas de árvore
- Transporte com acessibilidade

2.8 LEITURA DIA 05/06/06 – DISTRITO DE RIBEIRO JUNQUEIRA

Principais pontos levantados:

- Infra-estruturas e saneamento - água tratada, canalização do esgoto, drenagem, iluminação pública, limpeza urbana
- Sistema viário – pavimentação de ruas, acesso ao distrito – pavimentação
- Transporte – melhoria de horários de atendimento
- Emprego e renda – criação de micro-empresas
- Educação – curso profissionalizante e ampliação para ensino médio, criação de biblioteca
- Iluminação e paisagismo da praça, conservação dos parques
- Cultura – incentivo à manutenção das festas culturais
- Mobiliário urbano – lixeiras
- Habitação – construção de casas populares
- Saúde – melhorar atendimento médico;
- Sinal para TV
- Iluminar o cemitério

2.9 LEITURA DIA 06/06/06 – DISTRITO DE ABAÍBA

Principais pontos levantados:

- Infra-estruturas e saneamento - água tratada, canalização do esgoto, drenagem, iluminação pública, limpeza urbana, criação de mais um poço artesiano
- Educação – construção de biblioteca e sala de informática, curso profissionalizante
- Esporte e lazer – construção de quadra, praça, parque infantil
- Sistema viário – pavimentação de ruas, acesso ao distrito – pavimentação
- Transporte – melhoria de horários de atendimento

- Cultura – oficialização da festa de Santa Isabel
- Sinal para TV
- Saúde – melhorar atendimento odontológico;
- Melhoria das estradas rurais – asfaltamento e manutenção
- Habitação – construção de casas populares
- Tombamento da Estação, conservação de patrimônio histórico construído (igreja)
- Segurança
- Capela mortuária e melhoria do cemitério
- Mobiliário urbano – lixeiras
- Emprego e renda – oficina de artesanato, florzinhas
- Poda das árvores

2.10 LEITURA DIA 08/06/06 – DISTRITO DE VISTA ALEGRE

Principais pontos levantados:

- Saúde – melhorar atendimento
- Educação – melhorar atendimento de escolas, creches; criação de curso de informática, curso profissionalizante
- Saneamento e infra-estrutura – abastecimento de água, eletrificação rural, tratamento de esgoto, construção de fossas sépticas, limpeza urbana, iluminação pública
- Transporte – passagem gratuita para aposentados e escolares, aumento do número de horários
- Habitação – construção de casas populares e agrovilas (30 casas)
- Revitalização do Rio Pomba
- Arborização
- Segurança – policiamento
- Conservação de patrimônio construído
- Desenvolvimento econômico e social – reabertura de empresa
- Rede de televisão
- Melhoria das estradas rurais – asfaltamento e manutenção.